

Programa Jovens Mães



*Uma experiência
propositiva do feminino*

Organizadores:

Elizabeth Serra Oliveira e Márcia Gatto

Autores:

Antonio R. Monteiro de Souza

Denise Silva Couto

Elizabeth Serra Oliveira

Luciene Naiff Miguez

Márcia Gatto

Nilmara Pedroso

Paula Vargens

Rivia Cunha

Programa Jovens Mães

*Uma experiência
propositiva do feminino*



Rio de Janeiro, 2016

Organizadores:

Elizabeth Serra Oliveira e Márcia Gatto

Autores:

Antonio R. Monteiro de Souza, Denise Silva Couto, Elizabeth Serra Oliveira
Luciene Naiff Miguez, Márcia Gatto, Nilmara Pedroso, Paula Vargens, Rivia Cunha

Créditos fotos:

Capa: Márcia Gatto, Internas: Tiana Makova-Gold

Realização:**Associação EXCOLA**

Rua Imperatriz Leopoldina, 08/410, Centro – Rio de Janeiro
www.excola.org.br - Email: excola@excola.org.br
Telefone: 2517-3315

**Rede Rio Criança**

Rua Imperatriz Leopoldina, 08/410 - Centro - Rio de Janeiro
<https://www.facebook.com/Rede-Rio-Criança>
email: rederiocrianca2001@gmail.com
Telefone: 2517-3315

**KIYO – ONG para os direitos da Criança**

Rua Tobias do Amaral, 104, Cosme Velho - Rio de Janeiro
www.kiyo-ngo.be

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P958

Programa jovens mães : uma experiência propositivo do feminino / Antonio R. Monteiro de Souza ... [et. al.] ; organização Elizabeth Serra Oliveira, Márcia Gatto. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Imperial Novo Milênio, 2016.
104 p. : il. ; 27 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-8340-011-0

1. Programa Jovens Mães (Brasil). 2. Aprendizagem profissional - Brasil.
3. Menores - Emprego - Brasil. 4. Menores - Educação - Brasil. 5. Ensino profissional - Brasil. 6. Cidadania. I. Souza, Antonio R. Monteiro de. II. Oliveira, Elizabeth Serra. III. Gatto, Márcia.

16-32402

CDD: 371.4250981
CDU: 377(81)

Todos os direitos reservados e protegidos por Imperial Novo Milênio Gráfica e Editora Ltda., pela Lei 9.610 de 19/02/1998. Proibida a reprodução parcial ou integral por quaisquer meios mecânicos, xerográficos, fotográficos etc., sem a permissão por escrito da editora.



IMPERIAL NOVO MILÊNIO GRÁFICA E EDITORA LTDA.
Rua Sá Freire, 36 parte – São Cristóvão CEP 20930-430 – RJ – Brasil
Tel. (21) 2580-1168 Fax (21) 3860-2285 imperial@imperiallivros.com.br

Falar do projeto Street Girls, que nasceu com o nome de Jovens Mães é sempre muito prazeroso. Pois este projeto...(não...este não é um projeto!). É um lugar de convivência, de aprendizagem, de esperança, de cultivar a vida e os sonhos.

A Visão Mundial tem tido a oportunidade de compartilhar desde 1999 as experiências, dificuldades, alegrias e desafios com a equipe e as jovens-meninas que passaram por aqui. Fomos aprendendo a entender e respeitar este universo que parecia tão distante e desafiador para a nossa equipe...Trabalhar com adolescentes em situação de rua, meninas que já traziam em seus braços e em seus ventres os frutos – algumas vezes desejado, em outras, o resultado da violência que sofreram, seja da vida, seja da sociedade insensível que as excluíram. Meninas que trazem em seus corpos as marcas profundas da falta de esperança.

O espaço de vivências e oportunidades é conduzido por uma equipe de gente valiosa, comprometida e engajada. São mulheres em sua maioria e, talvez por isto mesmo, sejam tão docemente guerreiras de uma luta muitas vezes desigual e cruel, em que a rua passa a ser local de violência, dor e morte. Mas esta equipe de guerreiras e guerreiros acredita que são capazes de mudar a realidade, sabem que a rua não é espaço de meninos e meninas viverem, mas pode ser o espaço para eles serem reconhecidos e respeitados por todos nós.

O desafio maior desta equipe tem sido construir junto com as jovens-meninas uma nova realidade: ajudá-las a acreditar que são capazes e são pessoas plenas em direitos. Os resultados mostram que estão no caminho certo, há muitas histórias de vida que foram reescritas, há caminhos que foram abertos... Claro, nem tudo sempre foi fácil, nem sempre foram vencidas todas as batalhas. Perdemos algumas e há outras batalhas em andamento.

Mas temos uma certeza, valeu a pena ter acreditado numa proposta metodológica tão inovadora e, por isto mesmo, chega aos dezoito anos com a maioria de quem já amadureceu tanto sem perder o frescor da inovação.

Oxalá possamos continuar caminhando juntos nesta nova etapa e cheguemos à maioria absoluta com a certeza de que ainda temos muito o que aprender com as jovens-meninas e com seus filhos, que são para nós a certeza de que a vida se reinventa e se transforma.

Assim como a equipe do EXCOLA há 21 anos atrás, cremos que a atitude de sonhar nos coloca em condições de antever o futuro e mudar-lhe o rumo. O gesto de lutar nos faz dar vida e concretizar ideais. Sendo parceiros, possibilitamos ampliar o número daqueles que nos ajudam a lutar pela gestação dos sonhos.

Sueli Catarina – Equipe da Visão Mundial.



“

Fomos aprendendo a entender e respeitar este universo que parecia tão distante e desafiador para a nossa equipe...

”

AGRADECIMENTOS

Agradecemos em especial à Visão Mundial pela verdadeira construção coletiva de todos os processos vividos. Agradecemos a cada adolescente, jovem e criança que nos permitiram fazer parte de suas vidas, um agradecimento especial por tudo que aprendemos com cada um de vocês. Por vocês e para vocês lutamos cotidianamente por uma sociedade igualitária. Agradecemos a todos os profissionais que atuaram no Programa Jovens Mães, nosso muito obrigado pela dedicação e compromisso cotidiano. Um agradecimento especial à Sylvia Regina dos Santos e Lúcia Xavier, que participaram da proposta inicial do Programa Jovens Mães.

LUA NOVA DEMAIS

Elisa Lucinda (Poema encomendado, 1995)

*Dorme tensa a pequena
sozinha como que suspensa no céu
Vira mulher sem saber
sem brinco, sem pulseira, sem anel
sem espelho, sem conselho, laço de cabelo, bambolê
Sem mãe perto,
sem pai certo
sem cama certa,
sem coberta,
vira mulher com medo,
vira mulher sempre cedo.
Menina de enredo triste,
dedo em riste,
contra o que não sabe
quanto ao que ninguém lhe disse.
A malandragem, a molequice
se misturam aos peitinhos novos
furando a roupa de garoto que lhe dão
dentro da qual menstruará
sempre com a mesma calcinha,
sem absorvente, sem escova de dente,
sem pano quente, sem O.B.
Tudo é nojo, medo,
misturação de “cadês.”
E a cólica,
a dor de cabeça,
é sempre a mesma merda,
a mesma dor,
de não ter colo,
parque
pracinha,
penteadeira,
pátria.
Ela lua pequenininha
não tem batom, planeta, caneta,
diário, hemisfério.
Sem entender seu mistério,
ela luta até dormir
mas é menina ainda;*

“

Não será a primeira vez que o saudável exercício de ‘olhar para trás’ ajudará a iluminar os caminhos que agora percorremos, entendendo melhor o porquê de certas escolhas feitas por nossa sociedade

”

Mary Del Priori
2004

E tem medo
de ser estuprada
pelos bêbados mendigos do Aterro
tem medo de ser machucada, medo.
Depois menstrua e muda de medo
o de ser engravidada, emprenhada,
na noite do mesmo Aterro.
Tem medo do pai desse filho ser preso,
tem medo, medo.
Ela que nunca pode ser ela direito,
ela que nem ensaiou o jeito com a boneca
vai ter que ser mãe depressa na calçada
ter filho sem pensar, ter filho por azar
ser mãe e vítima
Ter filho pra doer.
pra bater,
pra abandonar.
Se dorme, dorme nada,
é o corpo que se larga, que se rende
ao cansaço da fome, da miséria,
da mágoa deslavada
dorme de boca fechada,
olhos abertos,
vagina trancada.
Ser ela assim na rua
é estar sempre por ser atropelada
pelo pau sem dono
dos outros meninos-homens sofridos,
do louco varrido,
pela polícia mascarada.
Fosse ela cuidada,
tivesse abrigo onde dormir,
caminho onde ir,
roupa lavada, escola, manicure, máquina de costura,
bordado, pintura, teatro, abraço, casaco de lã
podia borralheira, acordar um dia
cidadã.

Sonha quem cante pra ela:
“Se essa Lua, Se essa Lua fosse minha...”
Sonha em ser amada,
ter Natal, filhos felizes, marido, vestido,
pagode sábado no quintal.
Sonha e acorda mal
porque menina na rua,
é muito nova
é lua pequena demais
é ser só cratera, só buracos,
sem pele, desprotegida, destratada
pela vida crua
É estar sozinha, cheia de perguntas
sem resposta
sempre exposta, pobre lua
É ser menina-mulher com frio
mas sempre nua.

“

Sonha e acorda mal
porque menina na rua,
é muito nova
é lua pequena demais
é ser só cratera,
só buracos,
sem pele,
desprotegida,
destratada
pela vida crua
É estar sozinha,
cheia de perguntas
sem resposta
sempre exposta,
pobre lua
É ser menina-mulher
com frio
mas sempre nua.

”

Elisa Lucinda
1995

SUMÁRIO



1

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO ASSOCIAÇÃO EXCOLA E O PROGRAMA JOVENS MÃES

Página 7



2

SOBRE O CONCEITO “SITUAÇÃO DE RUA”

Página 11



3

EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO FAMILIAR: UMA HISTÓRIA DE MULHERES

Página 17

4

PROGRAMA JOVENS MÃES: CONCEPÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS TECIDAS NO COTIDIANO

Página 41



5

PROTAGONIZANDO AÇÕES AUTÔNOMAS: A EXPERIÊNCIA DO SALÃO ESCOLA DE BELEZA AFRO E DOS GRUPOS ASSOCIATIVOS DE GERAÇÃO DE RENDA

Página 81



6

VIVÊNCIAS DO COTIDIANO: RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Página 89





1

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO – ASSOCIAÇÃO EXCOLA E O PROGRAMA JOVENS MÃES

“Aprendemos com as histórias das outras meninas. Conhecemos muitas meninas, conversamos e faz com que a gente se distraia e esqueça os problemas.”

(Camila- Programa Jovens Mães).

O Centro de Estudos e Ação- Associação EXCOLA nasce a partir da ação de educadores populares, no verão de 1989, na Lapa, Rio de Janeiro. Em outubro de 1994, torna-se uma Organização Não Governamental – ONG, consolidando-se através de ações afirmativas e de pesquisas na área da infância, adolescência e juventude.

A Associação EXCOLA ganhou independência numa atuação autônoma de educadores que, partindo da organização social e cultural dos próprios meninos e meninas que viviam nas ruas, se propuseram a elaborar atividades e metodologia que respondessem às expectativas e anseios colocados pelo grupo. Incluindo cada sujeito como protagonistas dos seus processos de mudanças sociais, fortalecendo sua organização coletiva, e reconhecendo suas potencialidades.

No campo das políticas públicas, somamos esforços na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90), e buscamos efetivar o que protagonizamos no Estatuto, mantendo nossa atuação nos fóruns e redes de luta pela Garantia dos Direitos Humanos da Infância e da Juventude, criando e consolidando vários programas de atendimento à infância e juventude em situação de violações de direitos, humanos, sociais, econômicos e culturais.

Enfrentando sérias adversidades, o EXCOLA consegue se firmar no campo das experiências em Educação Popular e consolidar o que considera seu papel institucional: Atuar na busca de metodologias educacionais alternativas para grupos de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidades sociais e capacitar grupos de igual perfil, visando à multiplicação de suas ações, e procurando dividir responsabilidades com o Estado e a Sociedade.

O EXCOLA atua no enfrentamento das principais violações de direitos humanos e sociais de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua e de vulnerabilidade econômica, social e cultural. ■

“

Aprendemos com as histórias das outras meninas. Conhecemos muitas meninas, conversamos e faz com que a gente se distraia e esqueça os problemas.

”

Camila
Programa Jovens Mães.

Programas institucionais do Centro de Estudos e Ação - Associação EXCOLA -

- Educação Popular com adolescentes e jovens em situação de rua;
- Educação e Gênero;
- Educação e Cultura;
- Incidência política e garantia de direitos;
- Produção de Conhecimentos;
- Geração de Renda e construção de ações autônoma.

Os projetos desenvolvidos pela Associação EXCOLA procuram trabalhar com o conceito que define juventudes em sua condição plural (temos várias juventudes), a juventude que faz parte de nossas ações institucionais é uma juventude em uma fase marcada centralmente por processos de definição e inserção social, sempre lembrando de seu caráter histórico-social, e das implicações sociais e culturais que ele carrega. Partindo da existência e produção de várias juventudes, a literatura sobre a condição juvenil indica a existência de uma multiplicidade de experiências e interpretações, o que nos faz descartar a ideia de homogeneização do conceito “juventude”, “já que são muitas e diversas as formas sociais de conflito e solidariedade envolvendo os jovens que vivem um momento biológico e social transitório, e, portanto, provisório para o estabelecimento de relações estáveis.



Ao analisar o limite etário definido pelo Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013c), percebe-se que crianças, adolescentes e jovens de até 29 anos de idade correspondiam a 47,7% da população brasileira total, segundo a PNAD 2012. Este segmento está perdendo participação na população total, visto que em 2002 representava mais da metade da população (55,4%). Essa mudança na estrutura etária pode ser verificada também no aumento da idade mediana da população, que era de 26 anos, em 2002, e passa a 31 anos, em 2012. A idade média também se eleva no período: era de 29,4 anos e chega a 33,1 anos, em 2012.

Quando nos referimos ao gênero, não estamos nos referindo apenas ao macho e fêmea, e sim de masculino e feminino, identidades construídas nas dinâmicas de construções sociais, históricas, culturais e políticas de masculinidades e feminilidades. E historicamente, desde a infância, se condiciona à menina a um dado lugar de submissão ao sujeito masculino. ■





2

SOBRE O CONCEITO “SITUAÇÃO DE RUA”

“Mudei o meu jeito de ser, estou mais calma, eu era muito agitada, até no falar com as pessoas”.

(Munique – Programa Jovens Mães).

Os homens e mulheres brasileiros que vivem em situação de pobreza crônica ou transitória são vítimas de uma série de violações de direitos, restando a convivência com um conjunto de vulnerabilidades sociais, entre elas, ter a rua como referência de vida.

Condicionar gerações e mais gerações à situação de vulnerabilidade significa a total inexistência de políticas públicas que garantam o direito à cidadania e à convivência familiar e comunitária de milhares de pessoas. Estar em situação de rua não significa uma situação estática e linear, são grupos que transitam, circulam, trabalham ou mesmo moram nas ruas por diversos motivos. A rua passa a ser um espaço importante e primordial para a sobrevivência, isso os une apesar das diferenças e acaba por classificá-los como população de rua.

A dificuldade na conceituação desses grupos prejudica a criação de políticas públicas sociais que contribuam para a não existência dessa condição de única referência de sobrevivência. O que temos são necessidades diferenciadas que acabam não sendo contempladas nas ações governamentais implementadas.

O público prioritário de todas as nossas ações institucionais são crianças e jovens em “situação de rua”. As adolescentes e jovens-mães (e seus filhos) que fizeram e/ou fazem parte do programa de atendimento ao gênero feminino em “situação de rua” apresentam condicionantes que as motivaram a estarem em “situação de rua”, algumas por longos períodos, outras por curto período. Entre esses fatores destacam-se a falta de habitações, as péssimas condições de infraestrutura familiar e comunitária, o desemprego, a violência doméstica, a violência institucional por parte da polícia e/ou por parte de outros grupos armados dos tráficos e da milícia. Cabe lembrar que as milícias são grupos armados compostos por policiais militares e civis e bombeiros na ativa ou na reserva, que dominam a comunidade sob a alegação de “segurança privada”, sob a condição do pagamento por parte dos moradores de taxas e do controle do comércio local. Esses grupos armados muitas vezes expulsam moradores e suas famílias de suas residências e grupos sociais e comunitários sob as mais diversas alegações, como, por exemplo, a de que algum membro estaria tendo ligações com o tráfico de drogas, ou por não ter pago a taxa para venda

“

Mudei o meu
jeito de ser, estou
mais calma, eu
era muito agitada,
até no falar com
as pessoas.

”

Munique
Programa Jovens Mães.

ambulante. A dinâmica com o tráfico de drogas também segue a mesma lógica. Assim, quando um membro da família, ou sua totalidade, passa a ser compreendido pelo grupo local como ameaça são expulsos da comunidade, tendo que buscar refúgio em outras que não são da mesma facção criminosa. Com arranjos familiares que ultrapassam a estrutura organizacional tradicional, as famílias perdem suas principais referências e, muitas vezes, a rua acaba sendo a única opção.

De “menores abandonados”, passando por “menores em situação irregular” e “meninos/as de rua”, chegamos ao conceito crianças e adolescentes em “situação de rua”:

A categoria “crianças e adolescentes em situação de rua” surge por volta do ano 2000, a partir de discussões também nacionais, respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente que os constitui como sujeitos de direitos. No âmbito interno da Rede Rio Criança, desde a sua constituição, em meados de 2001, esta categoria foi alvo de muitas discussões e debates. Pesquisadores do tema, como Ricardo Luccini e Daniel Stocklin (2003), sociólogos suíços, foram convidados pela Fondation Terre des hommes para um Seminário da Rede Rio Criança, em 2002, para apresentarem seus estudos sobre esse grupo na Guatemala e na China, nos quais ressaltaram “que o mais importante a ser levado em consideração é o processo de relacionamento entre um ator e a rua, entre um ator e sua família, entre um ator e a polícia, entre outros” (RIZZINI; CALDEIRA; RIBEIRO e CARVANO, 2010, p. 19)¹.

Em *Vida nas Ruas*, Rizzini (2013) já atentava para o surgimento de uma nova série de termos que denotam o caráter particular da “situação” em que se encontram essas crianças e adolescentes, como por exemplo: “crianças em circunstâncias especialmente difíceis, crianças em situação de rua, crianças em situação de risco ou vulnerabilidade”.

Para a Rede Rio Criança², o fundamental era desmistificar o caráter naturalizado, ou seja, aparentemente sólido, permanente, das categorias “meninos de/na rua”, como se o estar na rua fizesse parte da natureza daquelas crianças e adolescentes, bem como envolver outros sujeitos que também tinham a rua, o estar na rua como uma importante passagem em suas vidas. Era necessário dar movimento, fluidez à categoria, pois a relação com a rua é processual, heterogênea, individual, diferenciada, mas, ao mesmo tempo, para cada uma dessas crianças e adolescentes, em determinado/s momento/s de suas vidas, a rua tinha uma referência muito forte.

1. www.ciespi.org.br/publicacoes/livros-e-periodicos?task...file...pdf. Acessado em janeiro de 2016.

2. Rede Rio Criança é uma articulação de ONGs de referência que atuam de forma articulada no trabalho e em defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de rua no RJ.

O termo “em situação de rua” era usado, mas ainda faltava um conceito que conseguisse abarcar a complexidade que envolvia esta questão.

Depois de muitas discussões, especialmente entre 2008 e 2009, época de formulação da Política Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua do RJ, no âmbito do Grupo de Trabalho constituído no CMDCA, de forma paritária, envolvendo representantes de OGs e ONGs, chegou-se ao seguinte conceito, que é, inclusive, adotado na referida Política:

Situação de rua é uma complexa relação dinâmica que envolve “casa – rua – abrigo – rua – projetos sociais / instituições – rua – família / comunidade – rua”, em que a rua, em diferentes graus, ocupa um lugar de referência predominante e um papel central em suas vidas.

De acordo com este conceito, os meninos/as que estão em situação de rua não são apenas os que dormem nas ruas ou os que trabalham nas ruas, mas também aqueles que mesmo estando ora abrigados ou fazendo parte de projetos sociais, ora em sua família/ comunidade, reiteradas vezes retornam às ruas, pois essa ainda é uma referência forte ou, para uma grande parte, é ainda a única alternativa. É um conceito amplo, mas que procura abranger a complexidade que envolve este fenômeno, entendendo o estar nas ruas como uma violação de direitos humanos, mas também como um dos reflexos da barbárie do sistema capitalista na produção de desigualdades, exclusão, violência e opressão.

O conceito mais recente para “Crianças e Adolescentes em Situação de Rua” foi elaborado, coletivamente, ao longo do processo de construção das propostas de diretrizes para uma Política Nacional de Atenção às Crianças e Adolescentes em situação de rua, pelo Comitê Nacional da Rede de Atenção às Cri/Adol em situação de rua³, formado, em 2013, por Redes e Instituições de referência nessa temática das 05 regiões do Brasil, a maior parte integra também a Campanha Nacional Criança Não é de Rua, e 02 Adolescentes. Devido à abrangência do termo o grupo optou por definir o conceito e desenvolver também as Tipificações para “situação de rua”.

De acordo com o documento, Crianças e Adolescentes em situação de rua, são crianças e adolescentes com direitos violados, caracterizados por sua heterogeneidade (diversidade de gênero, orientação sexual, étnico-racial, religiosa, territorial, de nacionalidade, de opção política, entre outros), pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares, em situação de pobreza e/ou pobreza extrema, com dificuldade de acesso às políticas públicas, utilizando logradouros públicos e/ou áreas degradadas de forma permanente ou intermitente. ■

3. Instituições que compõem o Comitê Nacional: Campanha Nacional Criança Não é de Rua, Rede Rio Criança (RJ), Rede Inter-Rua (RS), Rede Amiga da Criança (MA), Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Projeto Meninos de Rua (SP). Desde meados de 2015, este grupo veio a compor o GT Criança e Adolescente em situação de rua do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), também formado pela representação de Ministérios (Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Saúde, Educação, Turismo, dentre outros).

TIPIIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE RUA:

A) **Situação de trabalho nas ruas:** são crianças e adolescentes que frequentam as ruas, acompanhados ou não por familiares ou responsáveis, para conseguir recursos diversos para complementar a renda, através do trabalho precarizado. Podendo ou não conciliar a atividade de trabalho na rua com a escola e cuja convivência familiar e comunitária, apesar de fragilizada, não foi rompida. Geralmente atuam como vendedores ambulantes, artistas de rua, limpadores de para-brisa de carros, flanelinhas, vigias de carro, catadores de material reciclável, entre outros.

B) **Situação de pedir nas ruas:** são crianças e adolescentes acompanhados ou não por familiares ou responsáveis que vão às ruas, abordando a população para pedir dinheiro, comida ou roupas em locais de grande fluxo de pessoas ou veículos, como praças, terminais rodoviários, sinais de trânsito, corredores turísticos, nas residências, entre outros.

C) **Situação de abuso e exploração sexual nas ruas:** são crianças e adolescentes que ocupam pontos específicos das cidades, identificados como zonas de prostituição, levados por aliciadores, estimulados por amigos, ou por iniciativa própria, para manter relação sexual com abusadores frequentes em troca de favores, dinheiro, droga ou comida. Existem também os casos onde, mesmo fora das zonas de prostituição, crianças ou adolescentes em situação de rua são procurados por abusadores, que se aproveitam da situação de vulnerabilidade das ruas, para abordá-los e abusá-los em troca de dinheiro, comida, droga, entre outros.

D) **Situação de uso abusivo de álcool e outras drogas nas ruas:** são crianças e adolescentes que foram para as ruas motivados pelo uso abusivo de droga, ou ainda, crianças e adolescentes que foram iniciados ao uso de drogas nas ruas, tornando-se usuários frequentes com o tempo, fazendo com que a sua permanência nas ruas seja mais prolongada e diretamente relacionada ao uso e em alguns casos a venda de drogas.

E) **Situação de ameaça de morte nas ruas:** são principalmente adolescentes do sexo masculino envolvidos em conflitos comunitários (brigas de gangue, dívidas com o tráfico de drogas, assaltos e/ou outras infrações graves, entre outros), que se encontram ameaçados ou sobreviveram a atentados, tornando sua permanência na comunidade insustentável e são forçados a se refugiarem nas



ruas por período indeterminado. A ameaça de morte está relacionada a todas as situações de rua, pela exposição destes perfis a grupos que perseguem as populações de rua.

F) Situação de pernoite ou moradia nas ruas de crianças e adolescentes: são crianças e adolescentes que pernoitam nas ruas, ficando nelas por períodos prolongados, afastados da residência de seus familiares de modo que estabelecem uma relação com a rua, semelhante a uma relação de moradia. Esta condição interage fortemente com as demais situações de rua.

G) Situação de pernoite ou moradia nas ruas de crianças e adolescentes acompanhados da família: são crianças e adolescentes que pernoitam nas ruas com seus pais ou responsáveis, ficando nelas por períodos prolongados, geralmente forçados pela falta de moradia fixa e ocupação produtiva ou para garantir o local de trabalho, no caso de vendedores ambulantes que precisam guardar seus instrumentos de trabalho.

É importante destacar que a situação de rua de crianças e adolescentes acontece em todos os logradouros da cidade, inclusive nas comunidades onde vivem, e não somente nos centros das cidades ou locais de grande movimentação.

Utiliza-se o termo “situação” exatamente para enfatizar a possível transitoriedade e efemeridade dos perfis desta população. Ou seja, as crianças e adolescentes que estão em situação de rua podem mudar por completo o perfil repentina ou gradativamente, em razão de um fato novo.

Ocorre uma forte interseção das várias situações de rua. A situação de pernoite ou moradia nas ruas é a que mais se associa a outros perfis de maneira permanente. As interseções podem ocorrer também de maneira circunstancial. É possível identificar uma correlação entre os vários perfis, onde uma situação levará à outra, o que torna o exercício de categorizar a situação de rua entre vários perfis uma tarefa complexa a qual requer muita observação. Entretanto, a tipificação das várias situações de rua é necessária para orientar que tipo de abordagem e qual encaminhamento será mais efetivo.

Podem existir outras tipificações possíveis para a situação de rua, de menor incidência que as anteriores, ou existente em contextos regionais diversos. A situação de populações itinerantes, imigrantes, desabrigados em razão de catástrofes, desalojados de ocupações, entre outros, podem ser considerados, provisoriamente, como parte da população. ■





3

EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO FAMILIAR: UMA HISTÓRIA DE MULHERES

Luciene Naiff

3.1. Exclusão Social

3.1.1. Exclusão social como um conceito em construção

“**Exclusão** – ato de excluir, ser incompatível com, eliminar, isentar-se, pôr de lado” (BUARQUE DE HOLANDA, 1993). A exclusão nos remete à ideia do “estar fora” que, por si só, é uma ideia vaga, já que estar incluído em alguma coisa pressupõe a exclusão de outras. Na presente pesquisa, nosso interesse recai em seu uso no que se refere, basicamente, à exclusão social, isto é, a impossibilidade de usufruir as vantagens, benesses, direitos, conquistas, progresso da vida em sociedade.

O conceito adotado atualmente de exclusão social ocupa o lugar de vários outros que se modificaram historicamente e que se referiam ao mesmo significado geral (miséria, pobreza, marginalização social, etc.). Nesse sentido, é importante visitar algumas das dimensões que nos permitem falar em exclusão, para só então, nos aproximar do fenômeno no seu aspecto mais real: o vivido.

A apropriação do tema é ampla e multifacetada. Podemos falar de exclusão do ponto de vista econômico, social, cultural, em relação à educação, saúde, moradia, informação, direitos, expectativa de futuro, acesso à informática, etc. Todos os aspectos são absolutamente legítimos e bastante atuais nas discussões sobre essa temática; por isso, é necessário visitar como se tem tratado essa temática entre autores brasileiros e estrangeiros para que possamos aproximá-lo da parcela da população à qual nos referimos no presente estudo.

O termo exclusão social ganha força na Europa nos anos 80, principalmente depois do acentuado declínio do *welfare state* nos países de primeiro mundo. Com o enfraquecimento do Estado e de sua política de bem-estar social, percebeu-se que os indivíduos, que estavam à margem da sociedade produtiva e recebiam do Estado subsídios que garantiam sua sobrevivência, agora estavam desprotegidos e sem condições de inserção social por meio do trabalho. Esses indivíduos estavam em completa dissonância com o novo modelo econômico adotado: o neoliberalismo, que fortalece o mercado e enfraquece o Estado. O mercado ditando as ordens coloca o lucro, mais que qualquer outro aspecto social, como o principal objetivo a ser almejado. Neste novo contexto, aos

pobres resta a exclusão da sociedade produtiva e de consumo, além da imersão em uma miséria da qual não conseguem sair, presos à uma lógica que os estão excluindo. Mesmo os atuais programas de renda mínima que buscam uma inclusão financeira básica não conseguem atravessar o desafio do desligamento que deveria acontecer como resultado da inclusão no mercado de trabalho e a diminuição da insegurança alimentar e econômica. (CASTEL, 1998; LOPES, 2006; MAIOLINO e MANCEBO, 2005).

O momento histórico e político mundial atual coloca o fenômeno da exclusão, suas vítimas e soluções como alvo de discussões mundiais. Essa característica se agravou ao longo dos anos por políticas socioeconômicas cada vez mais excludentes. Os excluídos dos países de primeiro mundo estão basicamente excluídos do mercado de trabalho e são dependentes da assistência do Estado. Nos países mais pobres, a exclusão é profunda gerando uma legião de miseráveis que não recebem o mínimo para sobreviver e não podem contar com o Estado para aplacar as consequências de sua falta de oportunidades. É o caso do Brasil que, na maioria das vezes, oferece programas de assistência inadequados ou insuficientes para dar conta da demanda da população pobre, favorecendo o ciclo vicioso da pobreza intrafamiliar. (BUARQUE, 1993; GOES DE OLIVEIRA, 1997; GÓMES, 1999)

A tônica da globalização muda o foco da discussão da pobreza de um âmbito local para um âmbito mais abrangente. Essa “miséria globalizada” cria intolerância e radicalismos – fenômenos de ordem psicossocial – que preocupam as nações mais poderosas. O fundamentalismo religioso, o terrorismo, a relação entre Israel e Palestina, o ataque de 11 de setembro de 2001, a recente guerra entre EUA contra o Iraque, essas e outras questões nos remetem a fenômenos mais amplos que servem de pano de fundo para a situação mundial. Portanto, falar de exclusão social atualmente exige contextualizá-la dentro do fenômeno da globalização (GÓMES, 1999).

A globalização, entre outras coisas, acentua e expõe as diferenças e as desigualdades, pois coloca o excluído diante de um mundo de consumo do qual não poderá fazer parte. Um importante aspecto do fenômeno da globalização, que colabora para o aumento da exclusão social de uma grande parte da população, são as mudanças no campo do trabalho (LOPES, 2006). Segundo Lopes (2006), chamamos de globalização um processo de mundialização dos mercados que seguiu sem rédeas até que alimentasse um discurso que afirma sua inexorabilidade. Ou seja, não há nada a fazer a não ser se adaptar ou estar “de fora”. Sem as fortes garantias que os trabalhadores tinham, por meio de sua organização em entidades e sindicatos, e com os avanços tecnológicos cada vez mais rápidos, começa a surgir o que Singer (1998) chama de “precarização do trabalho”. Há, atualmente, um aumento significativo no número de desempregados que ficarão fora do mercado competitivo.

“

**Exclusão:
ato de excluir,
ser incompatível
com, eliminar,
isentar-se,
pôr de lado**

”

Buarque de Holanda
1993.

O empregado, além de ver limitadas as garantias legais que lhe permitiam negociar salários e condições de trabalho, se vê também em um turbilhão de novidades que podem tornar sua especialidade obsoleta de um dia para o outro, exigindo uma constante reciclagem para estar apto a esse novo modelo de mercado de trabalho. Os aspectos positivos que uma economia competitiva pode gerar, em termos de melhoria de qualidade dos produtos e serviços oferecidos à sociedade, esbarram no possível sofrimento e angústia que esta mesma economia acarreta a quem faz funcionar essa máquina. Este efeito faz aumentar consideravelmente o número de pessoas que ficarão excluídas do mercado de trabalho, além de criar condição para o surgimento de indivíduos que nunca conseguirão exercer uma atividade produtiva (CASTEL, 1998).

O termo exclusão social vem recebendo inúmeras classificações de forma a que se possa adaptá-lo aos argumentos que se quer difundir. Nesse caso, faz-se necessário, segundo Wanderley (1999), a contextualização do conceito com cuidado para evitar as várias possibilidades que o termo oferece e uma alternativa para contornar problemas conceituais. Localizá-lo, portanto, no tempo e no espaço é condição fundamental.

A noção de desfiliação social de Castel (1998) diz respeito a um processo que envolve indivíduos ativos e não um lugar ocupado ou vazio na sociedade como o termo exclusão pode supor. Seu ponto de partida é a questão salarial, único meio pelo qual pode haver uma reversão no quadro de desfiliação a que um sujeito está submetido. Sua teoria faz críticas à existência de um Estado que remedia a miséria em vez de preveni-la.

Atestando para o perigo de se reduzir a explicação da exclusão “sob uma ótica binária”, Zaluar (1997) também parte do princípio de que nos referimos a um complexo jogo de forças e de lugares sociais que não se explicam em uma estrutura determinista que, em última análise, nos mostraria quem está dentro ou quem está fora. Seria mais correto falar de exclusões, no sentido de que existe um emaranhado de situações e vivências que expõem vários modos de ser excluído. Para Zaluar (1997), o importante é compreender os aspectos responsáveis pela produção da exclusão e o conteúdo dessas várias exclusões para, então, vislumbrar o fenômeno em seu aspecto “mais verdadeiro e menos retórico”.

O modo de produção capitalista exclui duas vezes aqueles que não se enquadram em sua lógica: primeiro, eliminando-os do mundo do trabalho, e, depois, estigmatizando os que vivem em condições sub-humanas, considerados perigosos e descartáveis. Esses são, segundo Vêras (1999), os “desnecessários economicamente”. Pessoas que não afetam e não são afetadas pelo mercado financeiro e não encontram saída para mudar sua condição de vida. Nesse sentido, Goes de Oliveira (1997) também apresenta três características básicas da exclusão: (a) uma exclusão do mercado de trabalho, (b) uma percepção dos excluídos como “desnecessários economicamente”, (c) o estigma que os coloca entre os elimináveis da sociedade.

“

O modo de produção capitalista exclui duas vezes aqueles que não se enquadram em sua lógica: primeiro, eliminando-os do mundo do trabalho, e, depois, estigmatizando os que vivem em condições sub-humanas, considerados perigosos e descartáveis.

”

“

Segundo o autor, “apartação social” significa estar fora da condição humana que, em última análise, deveria unificar os homens, essa desumanização de alguns seria uma forma de intolerância social.

”

Não importando a forma como se apresenta, o excluído é sempre o “inimigo”, conforme afirma Fontes (1999). Esse aspecto é reforçado pelos meios de comunicação gerando práticas discriminatórias cada vez mais frequentes em nosso dia a dia. Vemos claramente esse fenômeno tomando forma quando falamos, por exemplo, de adolescentes e jovens em situação de rua. Para esses não há mercado de trabalho, a não ser aqueles criados por organizações não governamentais de forma criativa como as bandas de música, grupos de circo e capoeira, etc. Quando completam a maioridade, tudo se agrava. Sem escolaridade e sem oportunidades, não encontram possibilidades reais de inserção. A sociedade, por sua vez, sobrevive com ou sem eles, tornando-os desnecessários economicamente. Por fim, já marginalizados e marginais, são eliminados, chacinados ou matam-se entre si (NAIFF, 2000).

Muitos autores preferem redefinir o conceito de exclusão na tentativa de fugir do que chamamos “esvaziamento do conceito”. É o caso de Buarque (1993), que prefere tratar o tema pela designação de “apartação social”. Este conceito procura ir além da exclusão da cidadania, isto é, poder exercer os direitos de cidadão em uma pretensa democracia. Segundo o autor, apartação significa estar fora da condição humana que, em última análise, deveria unificar os homens, essa desumanização de alguns seria uma forma de intolerância social. Um bom exemplo é a “guerra particular” travada na cidade do Rio de Janeiro nos dias atuais. Os traficantes, cada vez mais bem armados, criaram uma sociedade paralela com normas rígidas que permitem, entre outras coisas, a pena de morte. A comunidade carente é completamente subjugada às regras a ela impostas. Essas pessoas, entre oprimidas e solidárias, vão se distanciando cada vez mais dos valores de uma democracia e vão perdendo a sensação de pertencimento e unidade com a sociedade como um todo. As classes sociais mais favorecidas, por sua vez, culpabilizam o pobre e a pobreza pela situação de violência. Esse é um sistema de apartação que se autoalimenta, onde a condição de intensa pobreza, imposta a determinados estratos da sociedade, faz crescer a violência e os conflitos produzindo sentimentos de estranheza, medo, angústia e ira que acabam por gerar preconceitos e distanciamentos entre os grupos sociais.

É o que discute também o conceito sociológico da exclusão que se refere a uma deslegitimação do outro como sujeito dos mesmos direitos oferecidos pela sociedade, como argumenta Nascimento (2000), levando o excluído a tentar montar novos vínculos sociais nas suas comunidades “como forma de sobrevivência social, de preenchimento de rupturas” (p.61). Essa característica abre espaço para o aumento do poder do tráfico de drogas nas comunidades carentes que, abandonadas pelo Estado e pela sociedade, aceitam a inclusão nas chamadas facções. Mesmo sem o envolvimento nos crimes exercidos pelo tráfico, todos os moradores de uma comunidade definem-se ou são definidos pelo pertencimento nesta ou naquela facção. Nas comunidades das mulheres entrevistadas, frequentemente, isso gera confrontos, dita a forma de se vestir,

falar, se comportar. Um fato comum é a proibição de uma pessoa de uma comunidade, controlada por uma facção qualquer, transitar por áreas de outra facção. Esse impedimento e controle, muitas vezes indesejado, também confere proteção e sensação de inclusão em algo maior, que abrange os indivíduos de uma mesma localidade.

O conceito de “desqualificação social”, proposto por Paugam (1999), foge da ideia da pobreza como algo estático, que engloba um número de pessoas com problemáticas diferentes dando apenas um retrato do momento e perdendo as origens e os efeitos que essa condição produz. Segundo o autor, o conceito de desqualificação social “valoriza o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e o status social dos pobres socorridos pela assistência” (p.69). Quer dizer, a pobreza é um processo, não se instala de pronto e não se define por um recorte de tempo; precisa, na verdade, ser entendida em sua dinamicidade, em seus graus e variações.

É importante não se perder de vista, no estudo da exclusão, seu dado de realidade, para não se correr o risco de cair no chamado “idealismo”, que reduz a ação ao discurso e não se nutre do vivido, como afirma Martins (1997). O autor sugere olhar a exclusão por um aspecto sociopolítico, já que é nessa relação entre sociedade e política que surgem as vítimas deste processo. Seguindo tal linha de raciocínio, não devemos buscar uma forma economicista, sociológica ou histórica para explicar o fenômeno. De uma forma geral, o autor nega a existência de um conceito de exclusão que tudo explica: “não existe exclusão: existem contradição e vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes” (p.14). O que temos atualmente é o que ele chama de “nova desigualdade”, que separa economicamente, mas aproxima ideologicamente. Tanto o rico quanto o pobre estão mergulhados em um mundo de valores, ideias e bens de consumo comuns, mas separados pelas diferenças abissais de poder de compra. Convém entender a exclusão principalmente pelo sentido atribuído por quem vive essa situação.

Os critérios formais de definição de exclusão, pobreza e miséria são, algumas vezes, contraditórios. Enquanto uns parecem identificar pobres demais, outros índices mostram melhoria em qualidade de vida e diminuição da pobreza. Isso nos alerta para as diversas possibilidades de leitura dos números, que nem sempre são tão objetivos e isentos. Devemos estar atentos ao escolher um critério em detrimento de outros, e, se possível, procurar uma triangulação dos critérios para obter um diagnóstico mais fidedigno. A realidade fala por si e o aspecto vivido da condição de miséria se torna um dado mais interessante do que estatísticas frias e, muitas vezes, descontextualizadas.

É impossível criar indicadores que deem conta das várias dimensões da exclusão social, segundo Bhala e Lapeyre (1997). Este será o desafio das pesquisas que incorporam esta temática: desenvolver metodologias e indicadores para medir a exclusão social. Nesse sentido, o autor sugere a criação de um

“

A pobreza é um processo, não se instala de pronto e não se define por um recorte de tempo; precisa, na verdade, ser entendida em sua dinamicidade, em seus graus e variações.

”

arcabouço analítico e operacional para tratar a exclusão social.

A pobreza, por outro lado, não deve ser definida apenas em sua dimensão de privação econômica. Somente a interação entre as dimensões material e simbólica poderia proporcionar a compreensão dos padrões de desigualdades de uma sociedade. As subjetividades criadas a partir dessa condição são definidoras também do seu significado. Santos (1978) alerta para o cuidado no uso e apropriação do termo:

O termo “pobreza” não só implica um estado de privação material como também um modo de vida – e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura (p.30).

Segundo Lopes (2006, p.13), a pobreza está mais circunscrita na dimensão socioeconômica, resultante das relações capital x trabalho, enquanto que a exclusão é um fenômeno incrustado em um tempo histórico em que temos coexistindo para determinados grupos sociais: o desemprego estrutural; a precarização do trabalho; a desqualificação social; a desigualdade indenitária; a desumanização; grupos que vivem nas ruas, dos lixos, com fome; a falta de acesso a bens básicos de cidadania, etc.

Somam-se, então, aos aspectos de privação econômica e social da vivência da exclusão, explorados até aqui, os aspectos psicológicos peculiares dessa condição. Esses aspectos possuem características próprias, resultado dos vários grupos e contextos sociais a que estão submetidos os indivíduos.

Segundo Jodelet (1999b), o nível talvez mais importante de abordagem do fenômeno da exclusão dentro da Psicologia Social seria o nível relacional entre os grupos ou pessoas envolvidas. É no espaço das relações humanas, objeto de estudo da Psicologia Social, que o fenômeno se apresenta em sua concretude deixando de ser apenas um conceito acadêmico, como argumenta a autora:

O modo através do qual a Psicologia Social tenta dar conta das relações sociais apresenta dupla característica. Uma consiste em focalizar as dimensões ideais e simbólicas e os processos psicológicos e cognitivos que se articulam aos fundamentos materiais dessas relações. A outra aborda estas dimensões e processos, considerando o espaço de interação entre pessoas ou grupos, no seio do qual elas se constroem e funcionam. É o mesmo que dizer que essa abordagem pressupõe a existência de um laço social, seja ele perverso ou pervertido. É aí que ela pode ter alguma coisa a dizer sobre exclusão (p.54).

Buscar a exclusão em suas manifestações sociais, certamente, é o caminho que oferece maiores possibilidades de se abarcar o fenômeno em sua complexidade. Ainda segundo Jodelet (1999b), a Psicologia Social procura

“

Eu aprendi a gostar de mim e a saber as diferenças das doenças, principalmente as que se pega pelo sexo.

”

Ana Lucia
Agente de saúde

explicar como e por que ocorrem, dentro das relações intergrupais, situações de banimento de alguns membros do grupo. Os conceitos de preconceito, estereótipo, discriminação e recentemente exclusão não podem ser inteiramente reduzidos a aspectos históricos ou econômicos. É na dinâmica social que eles se apresentam com toda sua força e realidade. Jodelet define a exclusão como resultado de uma alteridade que se instala a partir das representações sociais, e que provoca a perda de identidade e de pertencimento de alguns indivíduos.

Aspecto igualmente importante são as emoções incluídas nas relações de exclusão, que Sawaia (1999) chama de “sofrimento ético-político”:

O sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade (p.104).

A vivência da exclusão, mesmo que não reconhecida como tal pelos atores sociais envolvidos, traz agregada a manifestação de sentimentos, afetos e emoções característicos do ser humano em seu ambiente relacional. Não se definir como excluído pode ser uma estratégia psíquica para se sentir mais confortável na sociedade em que vive; que não livra, no entanto, o indivíduo das mazelas e dificuldades de sua situação socioeconômica. Ninguém se exclui socialmente, a exclusão vem de fora para dentro, é uma condição, uma forma de estar na sociedade.

A Psicologia Social deve estar atenta para o aspecto afetivo da vivência da exclusão, como sugere Sawaia (1999), e para o aspecto relacional como sugere Jodelet (1999b), elementos constantemente esquecidos nas análises sobre a exclusão social:

Buscar essas respostas para orientar políticas públicas significa incorporar aos cálculos econômicos, os custos sociais e humanos das decisões econômicas. Para colaborar com a obtenção das mesmas, deve oferecer conceitos e teorias que permitam a base afetivo-volitiva que os motiva. Interessa saber quais os ingredientes psicossociais que sustentam os discursos dos excluídos no plano intra e intersubjetivo e o que custa a exclusão a longo prazo em termos de sofrimento (SAWAIA, 1999, p. 113).

Nessa perspectiva, é importante investigar o vivido da experiência da exclusão. Não quem são os excluídos, ou por que são excluídos, mas como agem e reagem os excluídos em relação à sociedade, como sentem e vivenciam sua exclusão.

Ficam em segundo plano, no caso do trabalho proposto, os adjetivos com que se costumam classificar esse grupo: excluídos, desiguais, desqualificados, desfilados, miseráveis, pobres, descamisados, desnecessários econômicos, menos favorecidos economicamente, favelados, apartados sociais. Os indivíduos dos quais falamos estão certamente caracterizados por qualquer um desses adjetivos.

“

**Todas as
informações que
eu sei sobre
sexualidade e
prevenção eu
aprendi no
projeto.**

”

Joelma Silva
Agente de saúde

“

As políticas inclusivas não vêm chegando aos mais pobres e, quando chegam, estes não conseguem sair de sua situação, pois essas políticas não privilegiam os aspectos subjetivos que interferem nas escolhas dos assistidos.

”

Mas, são como homens e mulheres, atores e sujeitos do mundo, inseridos em um contexto social, embebidos em uma cultura, produtores de subjetividades e, portanto, capazes de falarem por si, denominarem a si mesmos, saberem quem são, que procuraremos caracterizá-los do ponto de vista psicossocial.

Nos últimos relatórios sobre pobreza desenvolvidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, verificou-se, entre outras coisas, que, em países que apresentaram crescimento econômico, a pobreza vem diminuindo. No entanto, o chamado núcleo duro da pobreza não vem sendo atingido em sua totalidade pelas políticas sociais. Além disso, identificou-se que aspectos subjetivos da vivência continuada da exclusão social afetam a forma como os indivíduos irão comportar-se diante de uma possibilidade de promoção social. Isto quer dizer que as políticas inclusivas não vêm chegando aos mais pobres e, quando chegam, estes não conseguem sair de sua situação, pois essas políticas não privilegiam os aspectos subjetivos que interferem nas escolhas dos assistidos. O relatório sugere que estudos devem cada vez mais se aproximar da multidimensionalidade da pobreza para servirem de apoio a políticas públicas que possam de fato ter impacto na vida dos mais pobres. A pobreza passa de pai para filho como uma herança, não é só a falta de condições socioeconômicas que os filhos herdam, mas toda a forma de ver e se posicionar no mundo. O problema, segundo Aduan (2004), é a baixa eficiência e eficácia dos recursos destinados a diminuir a pobreza, além de sucessivos equívocos no direcionamento que acabam por não focalizar os mais pobres. As políticas integrais deveriam seguir cinco princípios básicos apontados no relatório: (a) princípio da multidimensionalidade, (b) princípio da focalização, (c) princípio do ciclo de vida, (d) princípio da participação social, (e) princípio da centralidade na família.

Essa proposta da centralidade na família pode ser uma boa alternativa de ação; no entanto, o conhecimento que se tem hoje das famílias mais pobres não é suficiente para que sejam criadas políticas específicas. Precisa-se, antes, conhecer essa família e suas demandas, entender o ciclo de vida de seus componentes, procurar atingir o mais amplamente possível as variáveis que são responsáveis pela transmissão intergeracional da exclusão e envolver os indivíduos no processo de promoção social estimulando o empoderamento. A focalização é uma realidade no Brasil na atualidade, principalmente, após a política pública de transmissão de renda proposta nos governos Lula e Dilma Roussef chamada de Bolsa Família. O Programa Bolsa Família teve impacto na realidade de uma parcela extremamente pobre da população brasileira no que diz respeito ao acesso aos itens mínimos de sobrevivência (IPEA, 2012). No entanto, o PBF precisa superar uma de suas principais críticas que é a chamada “porta de saída”, isto é, em que momento o benefício pode deixar de ser oferecido àquela família. ■

3.1.2. A história e os números da exclusão no Brasil

Nos 500 anos de Brasil, não é difícil reconstruir a trajetória de grupos que ficaram à margem do usufruto da condição de cidadania. A estratificação social, na forma como conhecemos atualmente, foi gerada historicamente como resultado de uma proposta empreendedora que o Brasil viveu e vive, e que se assemelha, segundo Ribeiro (1995), a uma “feitoria”. Essa relação serviu para enriquecer uns poucos e condicionar esses poucos a encarar o povo como mera mão de obra, desumanizando aqueles que estavam nas camadas mais pobres da sociedade. Isto vem acontecendo desde a época da escravidão, passando por mudanças ao longo do tempo, mas perpetuando os mesmos valores nas relações trabalhistas. Sobre isso, Ribeiro argumenta que “Essas diferenças sociais são remarcadas pela atitude de fria indiferença com que as classes dominantes olham para esse depósito de miseráveis, de onde retiram a força de trabalho de que necessitam” (p. 216).

Não há como falar em raízes históricas da exclusão, principalmente no Rio de Janeiro, sem citar a escravidão dos negros africanos e sua posterior libertação. Esse contingente de recém-libertados, somado ao dos imigrantes que aqui chegaram e não conseguiram uma imediata inserção, deram início à formação de uma parcela de miseráveis obrigados a usar estratégias informais, criativas e até mesmo ilícitas para sobreviver. O “problema” do desemprego era tratado de forma repressiva dando origem, por exemplo, à Lei de Repressão à ociosidade promulgada pelo Governo Imperial logo após a libertação dos escravos, precisamente um mês depois. Esta Lei colocava na clandestinidade todos os que estivessem fora do mercado de trabalho, ou seja, a maioria dos escravos libertos (COSTA LEITE, 1991; NAIFF, 2000).

Segundo Ribeiro (1995), nossa sociedade se caracteriza por um losango e não por uma pirâmide como nos acostumamos a imaginar. Existe, em um dos vértices do losango, uma pequena parcela de muito ricos (classe dominante), no meio os setores intermediários e as classes subalternas (classe média) e, no vértice oposto, as classes oprimidas compostas daqueles chamados marginais. Os primeiros e os últimos têm variado muito pouco ao longo do tempo. Os muito ricos não viram sua condição se modificar historicamente, assim como os mais pobres. Isto mostra uma cristalização da riqueza, que deixa de engendrar uma possibilidade de ascensão, e da pobreza, que deixa de ser um processo com possibilidades de mudanças, para se constituírem em estados permanentes. Os setores intermediários e subalternos são os mais suscetíveis às mudanças econômicas e políticas, mas raramente um ocupante desses grupos atinge um dos dois extremos.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2004) admite a dificuldade de se estabelecer um único significado para a pobreza, apesar da realidade

“

Essas diferenças sociais são remarcadas pela atitude de fria indiferença com que as classes dominantes olham para esse depósito de miseráveis, de onde retiram a força de trabalho de que necessitam (p. 216)

”

palpável que dispensa definições. Os critérios que se pretendem mais formais, e, portanto, utilizados oficialmente, chamam-se indicadores sociais. Os governos criam políticas públicas e econômicas com base nesses critérios. Atualmente, nos órgãos oficiais, dois índices sintéticos são utilizados nas medições estatísticas: o IDH e o ICV. O primeiro, IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), foi criado no início da década de 90 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e combinava três componentes básicos: (a) longevidade – condições de saúde da população; (b) educação – combinação entre taxa de alfabetização de adultos e taxa combinada de matrícula em todos os níveis; (c) renda – medido pelo poder de compra de uma população.

O ICV (Índice de Condições de Vida) foi criado a partir do lançamento do conceito de desenvolvimento humano e possui cinco dimensões envolvendo vinte indicadores diferentes. São elas: renda, educação, infância, habitação e longevidade. Alguns de seus indicadores são: renda familiar per capita, porcentagem de pessoa com renda insuficiente, concentração de renda, analfabetismo, média de anos de estudo da população, etc. Este índice foi calculado com base nas informações retiradas dos censos brasileiros e, segundo o PNUD, permite uma caracterização mais precisa do desenvolvimento humano sustentável.

O PNUD admite que o ideal fosse refletir todos os aspectos da experiência humana, já que o principal paradigma desse programa é a interligação de três atributos: o desenvolvimento das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas. Os dados estatísticos e os indicadores dão pistas importantes sobre como os diferentes grupos sociais estão atingindo e sendo atingidos pelas políticas públicas numa análise macrossocial. No entanto, para entender como as pessoas protagonizam seu desenvolvimento ou que fatores impedem, dificultam ou diminuem a capacidade de promoção social, somente pesquisas qualitativas poderiam responder. Na coleção “Estudos da Cidade”, encontramos um interessante estudo desenvolvido pelo PNUD em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, a ONU e o IBGE que investigaram, a partir de grupos focais com a população, a percepção sobre qualidade de vida na cidade do Rio de Janeiro. Essa pesquisa privilegiou os aspectos subjetivos que envolvem a percepção do que é oferecido em termos de: segurança, saneamento básico, educação, emprego, saúde, lazer, transporte, meio ambiente, etc. Os resultados revelaram contradições e possibilidades de se entender o morador da cidade, que podem servir como mais uma fonte de dados para que sejam propostas ações focalizadas, acentuando a importância de estudos qualitativos compondo com levantamentos estatísticos para melhorar a elaboração de políticas públicas (Prefeitura do Rio de Janeiro/PNUD/ONU/IPEA/IBGE, 2002).

“
A pesquisa mostra que os grupos com baixa escolaridade são os que menos compõem a População Economicamente Ativa (PEA).

Existem ainda indicadores não oficiais utilizados por centros de pesquisa privados como, por exemplo, o DATAFOLHA (TOLEDO, 1998). Desde

1997, o DATAFOLHA vem desenvolvendo o que ele chama de “estratificação da população por grupos de classificação social”, tomando como base o cruzamento de três aspectos: a classificação socioeconômica, a escolaridade e a renda familiar. De acordo com esse índice, a população brasileira se dividiria em cinco grupos: elite, batalhadores, remediados, deslocados e excluídos, sendo este último subdividido em três categorias: **pobres** – escolaridade ginásial, com renda de 5 a 10 salários mínimos, **despossuídos** – primário com até 5 salários mínimos de renda e os **miseráveis** – analfabetos, renda de até 2 salários mínimos. Os miseráveis estão no patamar mais baixo da pirâmide social e a baixa escolaridade é uma variável importante na dificuldade de inserção econômica. A pesquisa mostra que os grupos com baixa escolaridade são os que menos compõem a População Economicamente Ativa (PEA). Apesar das mudanças políticas das últimas décadas, a pobreza ainda mantém suas características históricas. O que existe de consenso entre os estudiosos da pobreza é seu caráter multidimensional e a dificuldade de mensuração nos grupos sociais.

O que temos pela frente é um prognóstico muito negativo quanto às possíveis soluções para o problema da pobreza no Brasil. Se existe uma tendência mundial cada vez maior a uma grande competitividade no mercado de trabalho, exigindo cada vez mais especializações e ao mesmo tempo um menor investimento do Estado nas políticas públicas de contenção da miséria pela educação, por exemplo, não há como deixar de pensar na formação dos “eternamente pobres”, gerações que nunca vão chegar a entrar no mercado de trabalho, desenvolvendo atividades de geração de renda instáveis de baixo retorno financeiro ou vivendo de assistência.

Nascimento (1997) antecipa esse momento, mostrando que no Brasil e em grande parte da América Latina diminuiu significativamente a reversibilidade da situação de pobreza. Segundo o autor, esse pobre é basicamente um excluído do mercado de trabalho. O processo de desenvolvimento brasileiro gera grupos sociais que são:

- (a) desnecessários economicamente, pois não se trata mais de exército de reserva, na medida em que não têm mais condições de ingressar no processo produtivo moderno;
- (b) incômodos politicamente, pois são responsabilizados pelos erros e mazelas da política;
- (c) perigosos socialmente, na medida em que são vistos como transgressores da lei, bandidos em potencial (p.81).

Segundo fonte do IPEA (2002), com base nos dados do relatório do PNUD de 1999, o Brasil, em relação à sua renda per capita, tem uma taxa de pobreza altíssima. No entanto, atualmente, vemos que nos últimos 35 anos, o número de desamparados, incapazes de sair de sua situação sem ajuda, modificou em números absolutos; eram 18 milhões, passaram a 23 milhões e hoje são 16,27 milhões (BRASIL.IBGE, 2010).

“

Os miseráveis estão no patamar mais baixo da pirâmide social e a baixa escolaridade é uma variável importante na dificuldade de inserção econômica.

”

Para efeito de contas macroeconômicas, os miseráveis nem entram na equação econômica de um país moderno, já que não produzem nem consomem. Teoricamente eles são o que Vêras (1999) chama oportunamente de “desnecessários economicamente”.

A desigualdade no Brasil ainda é extrema e traz estatísticas difíceis de serem compreendidas. O Brasil aparece todos os anos como um dos países de maior concentração de renda do planeta. O nível de desigualdade no Brasil não se modificava há mais de vinte anos. Em 2001, essa relação era de 24,3 vezes e em 2009 caiu para 17,8 vezes, fruto dos programas de renda mínima implementados a partir dos governos Lula e Dilma (BRASIL.IBGE, 2009). Mas esses avanços ainda escondem uma realidade de miserabilidade focalizada em regiões e estratos populacionais de baixa escolaridade que precisam ser atendidos em suas necessidades.

As mudanças com os programas de renda mínima mudaram o Brasil de 1999 para 2012, com uma diminuição na miserabilidade de famílias antes sem renda e que agora podem contar com os benefícios. (BRASIL.IBGE.SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS, 2009). De 1999 até 2009 os dados mais otimistas apontam para mudanças no quadro geral já que em dez anos caiu a taxa de mortalidade infantil, aumentou a escolaridade, aumentou o número de casas com telefone e eletrodomésticos e aumentou também o número de famílias com acesso a rede de abastecimento de água, esgoto e lixo (IDEM).

O Rio de Janeiro, cenário da presente pesquisa, revela um modelo de segregação particular em relação a outras cidades da América Latina. A disposição geográfica das favelas e comunidades carentes intercalando com moradias de luxo se, por um lado, expõe a flagrante desigualdade, por outro lado, proporciona aos mais pobres acesso a fontes de emprego e favorece a aproximação entre os grupos sociais distantes do ponto de vista econômico. No entanto, essa proximidade mais que afinidades promove preconceitos quando percebemos, por exemplo, cada vez mais representações sociais dos moradores de favela, sendo direcionadas à figura do marginal, traficante e perigoso (NAIFF & NAIFF, 2005). Ao mesmo tempo, fica difícil para o pobre, principalmente nas grandes cidades, não desenvolver sentimentos de desilusão, desesperança ou revolta diante da carência de consumo a que estão expostos.

Não é difícil entender por que as favelas estão crescendo na cidade do Rio de Janeiro. Não basta ganhar uma casa, o cidadão empobrecido tem que ter acesso ao mercado de trabalho, saúde, educação, e como qualquer outro cidadão quer tudo isso perto. As comunidades planejadas, oferecidas como planos habitacionais, normalmente se localizam a duas ou três horas do centro urbano da cidade e não possuem infraestrutura que garanta essas possibilidades. Esse aspecto favorece o aumento das favelas e a dificuldade de lidar com essa situação por parte dos governantes. Uma das propostas oferecidas nos últimos anos para

“

Não basta ganhar uma casa, o cidadão empobrecido tem que ter acesso ao mercado de trabalho, saúde, educação, e como qualquer outro cidadão quer tudo isso perto.

”

a cidade foi o projeto Favela Bairro, que consistia numa série de programas destinados a elevar o status das favelas a bairro, com todas as garantias necessárias. O programa tem como proposta garantir sistemas de água, esgoto, luz, escolas, projetos sociais e tudo o que a comunidade precisaria para ter uma melhoria na qualidade de vida, ainda que na favela (RIO DE JANEIRO. PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2005). No entanto, como a maioria das políticas públicas, o uso político do programa se sobrepõe às demandas da população e acaba por não satisfazê-las por completo.

A maioria da população brasileira se concentra nos grandes centros urbanos e são nesses aglomerados que vive grande parte dos miseráveis brasileiros. Os mais miseráveis têm renda inferior a R\$70,00 por pessoa na família em dados atuais (BRASIL.IBGE, 2010). Em 2005, na ocasião da realização da presente pesquisa, a renda per capita indicativa de miserabilidade era R\$50,00 configurando a realidade expressa abaixo:

Abordamos o que talvez seja a pior forma de destituição: a insuficiência de renda para se comprar uma cesta de alimentos que cubra minimamente necessidades calóricas básicas. Cinquenta milhões de brasileiros, ou 29,3% da nossa população, têm renda mensal inferior a 80 reais per capita. O menor custo possível para a erradicação da miséria corresponde a 1,76 bilhões mensais ou 3,96% de renda familiar. Ou seja, está perfeitamente dentro do orçamento social dos três níveis de governo 20,9% do PIB, desde que não haja desfocalização, custos administrativos e desperdícios desproporcionais. A obtenção dessas condições exige disciplina e motivação por parte de governos e sociedade, justamente nesse ponto entram as metas sociais (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2001, p.14).

A Fundação Getúlio Vargas (2001) sugere que sejam traçadas metas para se eliminar a linha da indigência, que custaria 4,12 reais por cidadão carioca. Para a Fundação essa seria uma forma de enfrentamento focal do problema, sem, contudo, descartar a necessidade de metas em médio prazo que deem conta, de forma mais ampla, da situação de pobreza. Já o IPEA (2012) advoga por uma política de transmissão de renda com “porta de entrada” e “porta de saída” favorecendo a independência das famílias que não mais precisassem do benefício.

O Estado Ativo Providência, termo originalmente criado por Pierre Rosanvallon, seria uma sugestão para a substituição do *welfare state* assistencialista ou da completa ausência do Estado. Nessa proposta, não haveria pessoas assistidas passivamente, elas seriam aproveitadas em suas potencialidades e estariam retribuindo socialmente a ajuda oferecida pelo Estado (ZALUAR, 1997). Para Castel (1998), devem-se observar as diferenças e especificidades de cada grupo; nesse caso, o mais interessante seria a solução surgir de dentro dos próprios grupos, adaptada às suas necessidades, mas recebendo, obviamente, o auxílio do Estado.

Talvez o crescimento de redes internacionais, que sobrevivam independentemente das leis de mercado ou da supremacia de Estado, possa criar espaços de discussão de melhores condições de vida no planeta, gerando uma espécie de “lei universal” que contemple as relações de direitos humanos, combate a doenças e à fome, ecologia e combate ao preconceito. Gómez (1999) sugere uma “política de mundialização por baixo”, que seguiria uma proposta de “solidariedade e de cidadania ampliada” e que pudesse ter força suficiente para mudar condições de injustiça.

Uma possível solução global para a exclusão seria uma preocupação mundial cada vez maior com uma distribuição justa de direitos entre os seres humanos. Room (1999) assegura que o grande desafio da globalização é apresentar uma proposta de responsabilidade social mundial, que possa ser expressa como solidariedade e delimite um mínimo básico e um máximo decente, que permitam vida e dignidade a todos os habitantes do planeta.

No Brasil, atualmente, temos um governo de esquerda que nos últimos 10 anos usou como plataforma política principal o combate à fome e às injustiças sociais. Apesar do prognóstico negativo que temos em relação aos nossos excluídos, renasce a esperança de que estes governos sejam de fato voltados a diminuir os efeitos nefastos a que nossa história de exclusões submeteu uma grande parcela de brasileiros. Os dados estatísticos apontam avanços na condição de miserabilidade a curto prazo. As políticas casadas de transmissão de renda e escolaridade das crianças e adolescentes como contrapartida podem favorecer mudanças a longo prazo, mas é necessário não se perder de vista que políticas compensatórias são utilizadas para corrigir erros. Isso sempre irá pressupor que os erros não devam ser cometidos para que não haja necessidade de corrigi-los à custa de muito sofrimento e miséria de todo um estrato em nossa sociedade.

O Brasil já faz parte dos 189 países que assinaram o compromisso de reduzir a extrema pobreza em 50% até 2015. Segundo Aduan (2003), o combate à exclusão necessita de sentimento, teoria, técnica e compromisso. Há que criar uma “engenharia de inclusão social”, com medidas emergenciais, medidas de inclusão através do protagonismo dos mais pobres e medidas de acompanhamento.

Entender o aspecto vivencial da miséria, ouvir os excluídos e seus medos, aspirações, sonhos e frustrações podem nos aproximar de soluções. Para propor mudanças futuras, temos de conhecer o presente e principalmente o passado desse povo e encontrar, nessas histórias, a diferença entre “viver” e “sobreviver”. Por isso, devemos nos debruçar no estudo das famílias pobres que são as células de toda a estrutura social e o espaço onde a exclusão se manifesta e se perpetua. As famílias pobres, seus personagens, suas histórias, percepções e memórias são, sem dúvida, uma dimensão real do fenômeno da exclusão. ■



3.2. A “feminização” da pobreza nas famílias brasileiras

3.2.1. As mudanças do papel da mulher na estrutura familiar urbana

Recentemente as principais mudanças na concepção familiar mundial, incorporadas na legislação de vários países, dizem respeito à participação mais marcante da mulher na construção e manutenção da família. As conquistas feministas, a entrada da mulher no mercado de trabalho e o divórcio, permitindo uma troca de companheiros mais frequente, deram outra configuração à família, principalmente à família ocidental. Mulheres chefes de família com ou sem parceiros são hoje uma realidade. Apesar disso, o modelo familiar predominante ainda é patriarcal na maioria das sociedades modernas (SAMARA, 2002; CUNHA, 2001; NEGREIROS & FÉRES-CARNEIRO, 2004)

A família patriarcal, em sua forma mais pura, se instalou em comunidades agrárias que tinham na manutenção familiar, muitas vezes composta de agregados e parentes distantes, a garantia da produção e do poder. Após o declínio das grandes famílias rurais e o advento das indústrias, a composição familiar formase a partir da “satisfação de impulsos sexuais e afetivos” e passa a ser chamada de família burguesa (CORREA, 1993).

A principal característica da família burguesa era a clara delimitação dos papéis exercidos pelos integrantes da família nuclear: o homem, a mulher e os filhos. Era lugar do homem a rua, o espaço externo e lugar da mulher a casa (SZYMANSKI, 2002). O movimento higienista na metade do séc XIX promoveu mudanças profundas na concepção de família, principalmente no que diz respeito à saúde das crianças e à ideia desse espaço social como o principal responsável pela formação do futuro cidadão. Este é mais um marco da mudança da família colonial para o modelo burguês. Quaisquer mudanças na estrutura familiar poderiam produzir um indivíduo desviante, já que era no seio familiar que se moldava o cidadão socialmente adaptado. O investimento higienista na criança redimensionava a função social da família e de seus componentes, tendo um impacto marcante no papel da mulher. (SOIHET, 1997, 2003; SAMARA, 2002, BIASOLI-ALVES, 2000)

O papel socializador da família nuclear burguesa faz da mulher a principal responsável pela formação do novo cidadão. Problemas de condutas desviantes que os filhos possam ter são de responsabilidade da família e, em última instância, da mãe. Manzini-Covre (2002) faz a leitura desse papel da mulher como a “guardiã da afetividade familiar: é ela quem deve tomar conta da prole, ser a provedora do alimento e do espírito” (p. 110). É comum, ainda hoje, ouvir funcionários de escolas públicas, de instituições de garantias de direitos como Juizados e Conselhos Tutelares; políticos e a sociedade culpabilizando a mãe pelos atos dos filhos, principalmente a mãe pobre. Um exemplo bastante

atual é o recolhimento de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro, as ações iniciam com o recolhimento da criança e/ou adolescente que estiver sem o responsável perambulando pelas ruas. Depois de enviado a um abrigo, o responsável, quase sempre a mãe, é chamado para responder a processo por negligência e, se a criança estiver trabalhando, exploração do trabalho infantil. Essa família, já fragilizada por uma série de motivos, alguns destes inclusive responsáveis pela ida às ruas dos filhos, passa a ser caso de polícia e não de investimento social.

Leser de Melo (2002) alerta para o perigo de se fazer uma análise simplista, que acaba por reforçar justificativas incompletas para a situação de crescente violência nos centros urbanos, é comum argumentos como: “a patologia social está radicada na pobreza. Ela é a encarnação do mal” (p.51). A autora propõe uma análise mais aprofundada e livre de preconceito que permita delinear o perfil da família pobre brasileira não como vilã ou como vítima, mas sim no seu papel de sobrevivente de um sistema histórico que veio minando seus esforços de existir.

A formação familiar não se modificou de uma hora para outra; esse processo de mudança foi progressivo e lento. O modelo atual, caracterizado pela divisão de papéis, participação feminina no exercício do poder, responsabilidade partilhada na criação dos filhos e manutenção da família, foi conquistado gradualmente. Em nossos quinhentos anos de História, a família brasileira assumiu características diversas e continua se modificando. O novo Código Civil brasileiro, que entrou em vigor em janeiro de 2003, prevê a igualdade nos direitos entre homens e mulheres como nunca houve em nossa História; antes disso, a Constituição de 1988 já iniciava esse movimento, mudando leis inadequadas ao momento atual (GENOFRE, 2002).

Nos últimos cinquenta anos, a família sofreu modificações marcantes em sua constituição: nos anos 50, era formada pelo marido, mulher e filhos, residindo no mesmo espaço físico; nos anos 60 e 70, os vínculos ficam mais frágeis, o divórcio legitima as separações e as famílias se recompõem formando unidades com pais, filhos e enteados; nos anos 90, a família monoparental passa a ser mais frequente e começa a existir uma grande variedade de formas de composição familiar. Essas modificações têm sido mais frequentes e constantes e redesenham o que conhecemos como família (CABRAL, 2002; SZAPIRO & FÉRES-CARNEIRO, 2002; NEGREIROS & FÉRES-CARNEIRO, 2004; SWAIN, 2001).

Com a saída das mulheres para o trabalho, a principal característica da família burguesa sofre um pequeno abalo, permitindo à mulher o espaço externo ao lar. No entanto, a mulher continua sendo a única responsável pela dinâmica familiar interna. Tendo atendido aos chamados das fábricas para ocuparem o mercado de trabalho, temporariamente desocupado pelos homens no período da guerra, as mulheres logo tiveram de voltar aos afazeres domésticos quando a

“

A formação familiar não se modificou de uma hora para outra; esse processo de mudança foi progressivo e lento.

”

guerra terminou e os homens precisavam ser inseridos no mercado produtivo. Assim, nos anos 50 e 60, a mulher “rainha do lar” volta a ser prestigiada. A figura simbólica da “Amélia”, cantada em prosa e verso, se torna símbolo da mulher “direita” (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Somente no final dos anos 60, no Brasil, com o movimento feminista ganhando força é que essa imagem é totalmente destruída, ampliando os horizontes da mulher e suas possibilidades no mundo. A revolução sexual começa a modificar definitivamente a percepção da mulher moderna ocidental. As lutas sociais das minorias que se insurgiram nesse período e iam contra o sistema de poder que oprimia os mais fracos tiveram na mulher uma aliada que reivindicou seu espaço na sociedade em igualdade com os homens. As mudanças práticas desses movimentos, principalmente no que diz respeito à condição da mulher, foram definitivas. Já quanto às mudanças subjetivas, que se referem aos anos de internalização do poder masculino e à identidade feminina caracterizada por uma posição machista, persistem ainda nos dias atuais. O simbolismo da mulher como dona de casa, muito enraizado no imaginário coletivo, leva ainda à representação do papel social feminino vinculado ao lar e às tarefas domésticas. Pesquisas recentes mostram que, mesmo com todas as conquistas, as mulheres ainda vivenciam a duplicação da jornada de trabalho, menor remuneração e maior cobrança social na eficiência de sua atuação em todas as frentes em que se propõe seja no trabalho externo, seja na atuação como esposa, mãe e dona de casa (KARAWEJCZYK, 2007; SZAPIRO & FÉRES-CARNEIRO, 2002; NEGREIROS & FÉRES-CARNEIRO, 2004).

Quando nos deparamos com comunidades de baixa renda percebemos que existe uma dicotomia entre o que podemos chamar de “família pensada e família vivida” (SZYMANSKI, 2002). O ideal de família, isto é, a família pensada, ainda é permeado pelas ideias do homem provedor, que suprirá as necessidades familiares, desobrigando a mulher a buscar o trabalho fora de casa. Na realidade, isto é, na família vivida, a mulher sempre teve de procurar o seu sustento e o de seus filhos. O que diferencia na percepção do trabalho externo, entre os grupos sociais, é que o trabalho para as mulheres mais pobres não é vivido como uma conquista, que proporciona prazer e satisfação como para maioria das mulheres de classe média; esse trabalho, muitas vezes exaustivo e que se soma ao trabalho realizado em casa, é vivido como uma necessidade em consequência da ausência do recurso financeiro necessário para subsistência, que em última análise deveria vir do homem. Nas famílias de baixa renda, a violência doméstica exercida pelo homem aparece constantemente no dia a dia, incorporada na dinâmica familiar e algumas vezes até naturalizada nos discursos das mulheres. O homem, mesmo sem o controle financeiro da casa, exerce seu poder sobre a mulher e os filhos usando, muitas vezes, de agressividade.

Não há dúvida de que as mudanças mais significativas na composição familiar atualmente surgiram ou foram desencadeadas pelas mudanças nos papéis

exercidos pela mulher. Sarti (2002) salienta o que ela considera um importante fato histórico responsável pelas mudanças na estrutura familiar: “a possibilidade de controle da reprodução que permitiu à mulher a reformulação do seu lugar na esfera privada e sua participação na esfera pública” (p. 40). A mulher atual não se define apenas como esposa e mãe, e nem sempre a encontramos dentro de alguma estrutura de família nuclear. A mulher moderna é mãe e esposa, mas também pode ser sozinha, independente, homossexual, ter um filho de “produção independente”, morar com amigas. As mudanças que o papel da mulher teve na sociedade provocaram também o redesenho da estrutura familiar.

É importante observar que as mudanças do papel da mulher na estrutura familiar, e sua saída do âmbito privado para o público, significam conquistas que não estão totalmente concluídas. As mulheres continuam lutando para firmarem-se no campo profissional, receberem salários iguais aos dos homens quando exercem a mesma função e terem com eles uma maior divisão de tarefas domésticas do dia a dia.

É comum encontrar em várias sociedades, com culturas diversas, a mulher sendo subjugada pelos homens. A opressão masculina e sua autoridade foram muito pouco contestadas na história da Humanidade. Atualmente, vemos um enfraquecimento dessa opressão em muitos países do mundo, mas as mulheres ainda não estão livres do que significou todos esses anos de poder masculino legitimado pela sociedade, pela ciência e pela história. As mulheres, principalmente antes dos movimentos feministas, internalizavam esse papel sem questionamentos. Contudo, Rocha-Coutinho (1994) aponta para a resistência, ainda que silenciosa, das mulheres nos espaços a elas reservados. A autora mostra como as mulheres tentaram resistir e reverter sua situação de oprimida trazendo sua contribuição na educação dos filhos e administração do lar.

A mulher atual sente a urgência de adotar os novos padrões de comportamentos femininos que pregam a igualdade de direitos com os homens e a necessidade de realização pessoal em sua vida, mas ainda carrega os antigos desejos impostos por sua cultura. Rocha-Coutinho (1994) ilustra bem o sofrimento da mulher nos dias de hoje:

Deste modo, na vida real, os dois modelos foram acoplados e a maioria das mulheres passou, então, a buscar a excelência no lar e no trabalho fora de casa. Enaltecida por uma florescente campanha que prometia o paraíso para quem quisesse trabalhar e ter filhos e cuidar da casa e ainda ser uma amante sempre disposta e disponível, a mulher passou a se desdobrar e, exausta com o peso de todas as responsabilidades, não conseguindo a excelência almejada, começou a interiorizar uma sensação de fracasso. O problema passou a ser individualizado, como se a dificuldade em ser múltipla o tempo todo fosse pessoal (p.114).

Ainda assim, a mulher resiste e insiste em ser feliz, plena e realizada. As

particularidades, que caracterizam a vivência do feminino em um ambiente desprivilegiado e em outro privilegiado economicamente, podem denunciar diferenças profundas vividas pelas mulheres no âmbito familiar e social.

A presença de mulheres como responsáveis de domicílio é um fenômeno basicamente urbano, 91,4% desses domicílios estão localizados nas cidades. A denominação de chefe de domicílio não é mais utilizada desde a Constituição de 1988, o conceito de responsável pelo domicílio foi abordado pelo último Censo demográfico 2000 como a pessoa definida, pelos próprios moradores, como referência no domicílio ou na família.

Em 1872, a população brasileira era de menos de 10 milhões de habitantes, em 2012, já são mais de 190 milhões. Se antes tínhamos 4.806.609 mulheres, atualmente temos 97.342.162 (SAMARA, 2002; BRASIL. IBGE, 2012).

As mulheres com mais de sessenta anos chegam a um terço do total de mulheres responsáveis por domicílio. Isso se deve ao aumento da expectativa de vida das mulheres em relação aos homens. Em relação à faixa etária de trinta a cinquenta anos, a maioria das mulheres está sozinha por dissolução de casamento. Na faixa etária de 15 a 19 anos, a proporção de mulheres responsáveis por domicílio é elevada em relação a outros grupos etários. Trata-se de jovens mães solteiras, ou jovens arrimo de família. Ao todo, de 2000 até 2010 o número de lares com mulheres como responsáveis de domicílio subiu de 24,8% para 38,7% (BRASIL. IBGE, 2010).

A mulher pobre, muitas vezes, inicia a vida sexual cedo e, com o nascimento dos filhos, compõe um núcleo familiar monoparental, já que o pai das crianças também é adolescente e não assume a relação. Esse dado é corroborado pelos censos de 2000 e de 2010 que mostra o crescimento do modelo monoparental cuja responsável familiar é a mulher, principalmente no início da vida dos filhos. No Rio de Janeiro, perto de 30% das crianças de zero a seis anos estão em domicílios chefiados por mulheres. Nessa fase, as crianças precisam de uma infraestrutura social e econômica para se desenvolver de forma satisfatória; o dado preocupante que o estudo mostrou foi que, no Brasil, 60% das crianças nessa faixa etária vivem em domicílios chefiados por mulheres com rendimento médio de no máximo dois salários mínimos.

O rendimento nominal mensal mediano das mulheres responsáveis por domicílios no Brasil é de R\$276,00. Na região SUDESTE, é de R\$320,00, segundo dados do IBGE do Censo de 2000 (BRASIL. IBGE, 2000). Comparando entre as famílias chefiadas por mulheres e por homens em relação à insegurança alimentar leve, moderada e grave encontramos 28% contra 20,7%, respectivamente (DIEESE, 2011). Esses dados mostram que as famílias chefiadas por mulheres ainda estão em maior vulnerabilidade.

Nos últimos trinta anos, as mulheres e os homens aumentaram

“

A mulher atual sente a urgência de adotar os novos padrões de comportamentos femininos que pregam a igualdade de direitos com os homens e a necessidade de realização pessoal em sua vida, mas ainda carrega os antigos desejos impostos por sua cultura.

”

significativamente o número de anos de estudos. Se, em 1991, as mulheres tinham em média 4,4 anos e os homens 4,9, em 2000, passaram para 5,6 e 5,7, respectivamente, e, em 2010, as mulheres superaram os homens em escolaridade. No entanto, ganham em média 70,7% do que ganha um homem em uma função igual e com a mesma carga horária. Um importante avanço se considerarmos que a educação é o principal caminho para o combate à exclusão e à desigualdade, mas a discriminação ainda se mantém no que tange a isonomia salarial entre os sexos (BRASIL.IBGE, 2010).

3.2.2. Mulheres pobres e a manutenção da família

A “feminização” da pobreza vem aumentando, progressivamente, e, atualmente, coloca a figura da mulher como alvo estratégico de ações de inclusão social. Esse conceito já é adotado mundialmente para definir essa particularidade dos estudos sobre pobreza como salienta Novellino (2002):

O conceito “feminização da pobreza” representa a ideia de que as mulheres estão ficando mais pobres do que os homens. De acordo com o *Human Development Report* 1995: a pobreza tem o rosto de uma mulher – de 1,3 bilhões de pessoas na pobreza, 70% são mulheres. A pauperização das mulheres tem sido relacionada a um aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres. Como consequência, os estudos sobre feminização da pobreza têm se voltado, principalmente, para analisar as famílias chefiadas por mulheres (p.1).

Macedo (2007) salienta os cuidados ao se referir ao fenômeno da vulnerabilidade das famílias chefiadas por mulheres de “feminização”. Isso porque o poder estigmatizante pode ser grande e elevar a mulher uma equivocada culpabilização. A autora prefere considerar que ocorre uma pauperização das famílias chefiadas por mulheres por diversos fatores atribuídos, na maioria das vezes, a causas externas.

Um das mais importantes pesquisas voltadas para essa temática foi desenvolvida no início da década de 80 pela antropóloga Tania Salem. Intitulado *Mulheres faveladas*, o trabalho investigou a formação da identidade feminina em mulheres moradoras da favela da Rocinha na cidade do Rio de Janeiro. A partir do relato de suas histórias de vida, essas mulheres mostraram como se viam e viviam no contexto da exclusão. Os resultados mostraram mulheres que se definem no espaço doméstico, que privilegiam tudo o que envolve a família e as formas de manutenção dessa estrutura.

Em pesquisa realizada na Bahia com mulheres de baixa renda, Woortmann (1987) encontrou a mulher sendo determinante na vida econômica da família.

“As mulheres não apenas trabalham, mas são elas que integram a família

na rede de parentesco de apoio mais ampla, assim como em parte, no fluxo da patronagem” (p. 291).

Apesar de o homem e de a mulher estarem inseridos em um mesmo contexto de exclusão, o sistema ideológico que define os papéis masculino e feminino na estrutura social determina para o homem o lugar da rua, o provedor da família, e para a mulher o lugar da casa. Quando o homem vê enfraquecido seu lugar na estrutura familiar pela falta de emprego e, portanto, falha no seu papel de provedor, ele perde seu espaço na família. A mulher, ao contrário, continua tendo o lar e os filhos para cuidar, esteja em que situação estiver. Nesse sentido, Woortmann (1987) define a família de baixa renda como matrifocal, isto é, tem o homem como uma figura provisória e temporária. Essa estrutura familiar é basicamente formada pela mulher, seus filhos e seus parentes. A principal definição da família de baixa renda, feita pelo autor, assim se configura:

Unões maritais consensuais e transitórias reconhecidas como legítimas pelo próprio grupo social; legitimidade dos filhos de tais uniões no plano ideológico do grupo; uniões esporádicas com ou sem coresidência socialmente aprovadas; ênfase maior nos laços mães-filhos, comparados aos laços pais-filhos e aos laços conjugais; grupos domésticos com chefia feminina, propriedade da casa pela mulher; mãe permanente como ponto focal do grupo doméstico e parceiros masculinos circulantes; dependência com relação a uma rede de parentesco articulada pelas mulheres; importância dessa rede para o equilíbrio da unidade de mãe-filho; viés matrilateral da rede de parentesco (p. 299).

No momento atual de precarização nas relações trabalhistas e de uma maior desproteção do Estado, que nos países de terceiro mundo nunca exerceu seu papel de “grande tutor na distribuição de bem-estar social”, fica a cargo das famílias e, em última instância, das mulheres criarem estratégias de sobrevivência, a partir da criação de redes de solidariedade comunitárias, e receberem atenção nas políticas públicas de combate à desigualdade social. Não podemos deixar de observar que o papel da família como espaço privilegiado de proteção e manutenção da socialização só adquire seu potencial máximo respeitando-se mínimas condições de apoio.

As estratégias de sobrevivência criadas pelas famílias pobres estão calcadas na criação de uma rede de sustentação mútua para momentos de dificuldade. As famílias partilham alimentos, vestimentas, moradia e até a criação dos filhos. Apesar de imersas em uma cultura que durante muitos anos valorizou a mulher caseira e mãe em tempo integral, a mulher pobre sempre incorporou o papel de mantenedora ou auxiliar na manutenção financeira da família e teve de buscar meios de subsistência e estratégias de sobrevivência. Dados estatísticos e estudos

demográficos comprovam essa característica das famílias de baixa renda e vêm corroborar a importância de se direcionarem os programas de políticas públicas de combate à pobreza na família, na figura da mulher. As mulheres são hoje as principais beneficiadas pelos programas compensatórios, análises mostram que, chegando à mulher, os benefícios tendem a ser mais bem aproveitados pela família (NAIFF & SÁ, 2010).

Um bom exemplo da situação da mulher pobre na sociedade brasileira encontramos no livro autobiográfico *O quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus (JESUS, 2001). Carolina é o retrato de uma mulher que viveu em uma favela urbana nos anos 50 e 60, sozinha, com três filhos, trabalhando em circunstâncias adversas para garantir a sua sobrevivência diária e de a de seus filhos. Seu exemplo é comparável com milhares de famílias de baixa renda.

As mulheres pobres utilizam vários recursos para garantir a sobrevivência dos integrantes da família. Desde muito tempo, mães vêm perdendo seus filhos para as ruas, para o crime de modo geral (FARIAS & BARROS, 2011; ROCHA & GOÍS, 2010). Os vínculos afetivos pouco resistem à carência profunda e à ausência de melhores perspectivas futuras. A família, já fragilizada atualmente no seu papel de principal agente socializador, perde-o completamente quando inserida em um contexto de privações. Ainda assim, mães passam para suas filhas, por várias gerações, os meandros da resistência e da manutenção do núcleo familiar. Contar a história dessas mulheres é contar a história da sobrevivência de seu grupo social. A família reproduz nela mesma a tensão entre o exercício moderno do individualismo e a necessidade de pertencimento (FAVART-JARDON, 2002). Esta tensão, acrescida da importância que a família tem na formação das representações e da memória dos indivíduos, coloca esse espaço como privilegiado para estudos de relações interpessoais e do processo de transmissão intergeracional das vivências partilhadas. ■



RÁDIO MADAME

92.1



10 ANOS

4

PROGRAMA JOVENS MÃES: CONCEPÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS TECIDAS NO COTIDIANO

“Esse projeto fez com que eu me aproximasse da minha mãe”.

(Dayane)

Institucionalmente, criamos e desenvolvemos, inicialmente, o projeto “Sou Menina e Mãe”, destinado a atender as jovens mães do grupo em situação de rua oferecendo atendimento específico para um universo constituído por 15 jovens e 21 crianças. Em 1999, esse projeto torna-se um Programa denominado **Jovens Mães**, voltado para o atendimento de adolescentes e jovens mães e/ou grávidas e seus filhos. A partir de então, o Programa contou com investimento pedagógico e financeiro da Visão Mundial.

O Programa Jovens Mães foi consequência de um trabalho de abordagem de rua iniciado em 1990. A equipe do EXCOLA, formada por profissionais de diversas áreas, entre eles, educadores sociais, assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, manteve contato com grupos de meninas em situação de rua que viviam nas imediações do Centro da cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente aquelas que circulavam pela Lapa, Cinelândia e Praça Tiradentes. Ao longo do tempo, percebemos que as meninas estavam virando mulheres, engravidando e se contaminando com as diversas doenças infectocontagiosas⁴ em meio aos conflitos inerentes à vida nas ruas.

Para realizar o atendimento junto a esse grupo, utilizamos, inicialmente, um trabalho de Abordagem processual, que é uma metodologia de referência construído coletivamente pelos vários atores que trabalham com nosso público-alvo. Abordagem processual agrega um conjunto de princípios da Educação Popular e Educação Social de Rua, que devem ser respeitados por nós quando vamos às ruas estabelecer um início de relação com adolescentes e jovens que estão em situação de rua. Significa **estabelecer inicialmente um canal de diálogo, escuta e afetos, e, acima de tudo, de procura de conhecimento e respeito pela história do outro.**

Quando iniciamos esse projeto em 1999, quase não existiam iniciativas voltadas para o referido público, mormente na questão das jovens mães em situação de rua. Essa é uma iniciativa pioneira. Os programas sociais não chegavam até esse público, fazendo com que o projeto tivesse que arcar com,

4. Doenças produzidas pelo contexto da falta de condições básicas de higiene e moradia: doenças de pele, diarreias, etc.

praticamente, todas as demandas que o atendimento exigia, como, profissional de saúde – médico pediatra, para atender os filhos das adolescentes e jovens.

Vale pontuar que por ser o médico fora da rede pública de saúde, as meninas não tinham acesso gratuito aos medicamentos, sendo necessário o projeto viabilizá-los. Como neste início eram poucos os Centros de Defesa de Direitos Humanos, e como existiam várias demandas jurídico-sociais, o projeto também contemplava o pagamento de um advogado.

A opção institucional em desenvolver programa de atendimento especial ao gênero feminino em situação de pobreza advém da concepção de que o gênero feminino possui uma série de particularidades individuais e coletivas que devem ser devidamente contempladas. Daí a necessidade de criação do Programa Jovens Mães, que veio da nossa convivência com as meninas, suas histórias e necessidades, nunca antes consideradas como específicas e que mereciam uma atenção especial.

A cada ano de atuação do Programa Jovens Mães (1999-2012), o EXCOLA seleciona um grupo de 20 adolescentes e jovens mães e/ou grávidas para construir junto com os técnicos da instituição uma proposta de atendimento socioeducativo que contribua na construção de ações protagonistas e autônomas, visando a conquista dos direitos preconizados no ECA e na legislação brasileira.

Nesse sentido, o programa constrói, a cada ano, um plano de ação para balizar sua atuação no ano seguinte. Esse plano é construído coletivamente por todos os técnicos envolvidos e conta com a contribuição direta das jovens que participam das atividades no ano corrente. No decorrer do Programa Jovens Mães, o contexto de cada grupo e suas demandas individuais são reconhecidos através do Plano de Atendimento Individual e dos diagnósticos sociais coletivos formam a base dos planos de ação.

A fome é algo recorrente do cotidiano de todas essas jovens, principalmente, anteriormente aos programas sociais de transferência de renda (Lei nº. 10.836 de 09 de janeiro de 2004); assim, desde o início, compreendemos que temos o compromisso de viabilizar condições de erradicação dessa situação. Dessa forma, o projeto sempre previu o apoio financeiro através de Bolsa Auxílio denominada de apoio nutricional (mensalmente cada jovem recebe um apoio nutricional em dinheiro), onde através dela trabalhamos a temática da alimentação saudável.

A cada ano o projeto vem procurando ampliar seus conhecimentos, concepções e ações, no sentido de criar parcerias públicas e contribuir na criação de ações autônomas do grupo. Nesse sentido, o projeto viabilizou parcerias com a saúde pública nas três esferas de governo. E ao longo de sua existência desenvolveu ações articuladas e complementares com o conjunto de instituições da Rede Rio Criança.

Quanto às iniciativas de ações autônomas, compreendemos que o aumento

da capacidade propositiva dessas jovens deve ser fortalecido individualmente e, principalmente, em seus coletivos, deve ser potencializado através da sua consciência de gênero, etnia, sexualidade, e criação de oportunidades para acesso e permanências nas políticas públicas de educação, profissionalização e geração de renda.

4.1. Educação Popular

A primeira matriz teórica a qual o projeto toma como referência são os processos de **Educação Popular** (ver GADOTTI nas referências) propostos pelo educador Paulo Freire e vivenciados inicialmente nas Comunidades Eclesiais de Base, que têm como principal objetivo tornar o indivíduo conhecedor dos seus direitos e deveres por meio do resgate de sua cidadania. Segundo o pensamento Freiriano da década de 1960 do século XX, a educação popular tem como centralidade o respeito ao conhecimento do outro, contribuindo no seu processo de organização social e no seu processo de conscientização⁵. Institucionalmente, partimos do princípio de que cada grupo social é sujeito dos seus processos de mudanças. Cabe às instituições contribuir para seu protagonismo e organização social.

Segundo Moacir Gadotti (2012),

A educação popular como uma concepção geral da educação, via de regra, se opôs à educação de adultos impulsionada pelo Estado, e tem ocupado os espaços que a educação de adultos oficial não levou muito a sério. Um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia, baseada no profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando-o, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular, teoria ainda não conhecida pelo povo, problematizando-a também, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário (Gadotti, 2012, p.14).

4.1.1. Autonomia como princípio educativo

Entre os pressupostos do nosso trabalho destacamos a **Autonomia**, entendida como um processo de construção da responsabilização ética dos sujeitos enquanto atores sociais, compreendendo que essa autonomia é sempre relativa, e só mantida pela luta. É na relação social que a autonomia se manifesta. “Ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a produção ou construção” (Freire, 1996, p. 52).

5. Para um maior aprofundamento desta temática da Educação Popular, ver <http://www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire>

Assim, autonomia é um processo de decisão e de humanização que vamos construindo historicamente, a partir de várias, inúmeras decisões que vamos tomando ao longo da existência (MACHADO, 2008, p. 57).

Paulo Freire propõe uma pedagogia da autonomia na medida em que ela está “fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando” (FREIRE, 1996, p. 37). Essa autonomia deve ser conquistada, construída a partir das vivências, das decisões, da liberdade de cada um. Ou seja, embora a autonomia seja um atributo humano essencial, na medida em que está vinculada à ideia de dignidade, defendemos que ninguém é espontaneamente autônomo, ela é uma conquista que deve ser realizada.

A temática da autonomia que ganhou centralidade nos pensadores e na educação moderna ganha em Paulo Freire um sentido sócio-político-pedagógico: autonomia é a condição sócio-histórica de um povo ou pessoa que tenha se libertado, se emancipado, das opressões que restringem ou anulam sua liberdade de determinação. E conquistar a própria autonomia implica, para Freire, em libertação das estruturas opressoras. “A libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela” (FREIRE, 1983, p.32).

Nessa mediação, o diálogo é o instrumento de maior eficiência para as negociações necessárias, pois “o diálogo é uma relação de comunicação de intercomunicação, que gera a crítica e a problematização uma vez que é possível a ambos os parceiros perguntar: por quê?” (FREIRE, 1996). O conceito de autonomia vivido no cotidiano do Programa Jovens tem sua centralidade no investimento de potencializar as lutas coletivas deste grupo social, entendendo que autonomia é sempre relativa, e mantida pelos processos coletivos de organização social.

4.1.2. Formação de Multiplicadores Sociais

“Eu aprendi a gostar de mim e a saber as diferenças das doenças, principalmente as que se pega pelo sexo.”

Ana Lúcia - Agente de saúde

“Entendo que se pega doenças tendo relações sexuais. Por isso uso camisinha com meu marido.”

Kelly Gonzaga - Programa Jovens Mães.

“A gente tem que se cuidar sempre, usar camisinha para não pegar as doenças e não ficar grávida.”

Selma Silva - Agente de Saúde.

“Todas as informações que eu sei sobre sexualidade e prevenção eu aprendi no projeto.”

Joelma da Silva – Agente de Saúde.

Contribuir na construção de ações autônomas por parte do grupo faz parte de um dos princípios do Programa Jovens Mães. Nesse sentido, nesses anos de trabalho das jovens mães o EXCOLA vem incentivando a formação de grupos de jovens mães e/ou grávidas que estejam em situação de rua e/ou vulnerabilidade social para operarem como multiplicadores de debates sobre sexualidade no âmbito da prevenção da saúde, a promoção de direitos e o acesso a serviços públicos existentes. Desse grupo saem agentes de saúde, que são jovens capacitadas para operarem como multiplicadores de debates sobre sexualidade no âmbito da prevenção da saúde, na promoção de direitos e acompanhamento do acesso a serviços públicos existentes.

A metodologia de trabalho para proporcionar a formação desses grupos consiste em:

- Oferecer Capacitação de conhecimentos específicos relativos ao âmbito da prevenção e promoção da saúde;
- Desenvolvimento de metodologias inovadoras potencializando as manifestações artístico-culturais;
- Realizar Mostra de Criação – Socialização das metodologias e produtos desenvolvidos pelo grupo junto a outros grupos de jovens atendidos por instituições.

A fim de viabilizar a realização desses objetivos desenvolvemos as seguintes atividades: produção de diagnóstico da situação de saúde do grupo, discussão e o estudo da sexualidade humana, realização de programa semanal de rádio e o acompanhamento das participantes do grupo nas unidades de saúde. O grupo participa de oficinas de formação, abordando os conhecimentos específicos relativos ao âmbito da promoção da saúde, da prevenção e da assistência, por meio de palestras, filmes, oficinas e aulas expositivas e dialogais.

Após o domínio de conhecimento do grupo em relação aos temas abordados, sempre relacionando com o conhecimento anterior de cada um do grupo, bem como as vivências em relação à temática, o grupo cria novas formas de prazer sem risco para se relacionar com as formas de prevenção. Expressando esse novo modo de pensar em linguagens que possam se comunicar com outros jovens. Tivemos grupos que criaram historinhas de desenho animado sem palavras, peça de teatro, novela de rádio, spots de rádio. Desenvolveram os projetos “Malandro que é malandro não dá mole pra AIDS”, “Qualquer maneira de amor vale a pena”, “Sem camisinha não dá”, “Malandro que é malandro não vacila!” e o Concurso Camisinha na cabeça.

4.1.3. Formação coletiva das jovens mães

“É legal porque a gente faz um montão de amizade e também a gente é mãe dos outros bebês.”

Jéssica Chaves - Programa Jovens Mães.

O trabalho de formação dos grupos tem inicialmente duração de 01 ano com cada grupo. É feita com cada participante a construção de um diagnóstico situacional que serve para monitorar e acompanhar o trabalho socioeducativo na resolução das principais demandas por parte de cada jovem e do grupo em relação às políticas públicas existentes. Essas informações são complementadas através de visitas domiciliares familiares e/ou em comunidades que cada uma das jovens mães tenha desenvolvido algum tipo de relação sócio-afetiva. É também a partir do diagnóstico que geramos os temas transversais de interesse das jovens: ECA, sexualidade e prevenção às ISTs, DST/HIV/AIDS, violência doméstica, adolescência, gravidez, aborto, consumo abusivo de drogas, Sistema Único de Saúde – SUS, Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Pró-jovem, cuidado com os filhos, etc. Esses temas são trabalhados em grupo através de oficinas e formação de agentes multiplicadores. Nessas oficinas as jovens criam outras linguagens para multiplicar as informações através da criação de **programa de rádio, rádio novela, spots de rádio, teatro, hip-hop, etc.**

As jovens em acordo com seu grau de interesse pela temática são inseridas na preparação da oficina temática que vai ser ofertada para todo o grupo. Junto com a equipe técnica, estudam sobre a temática e criam a dinâmica de trabalhar o tema com o grupo.

O EXCOLA tinha uma rádio comunitária chamada “Rádio Madame Satã⁶”, na qual o Programa das Jovens Mães tinha um programa semanal. O programa era produzido e dirigido pelas jovens, com apoio da formação da equipe técnica do Programa Jovens Mães.

Criação de spots de rádio? Como eram construídos?

No processo de criação de um spot, inicialmente, elege-se uma temática, produzem-se em linguagem acessível informações sobre o tema e disponibiliza-se para o grupo o mesmo; a partir de um “tema gerador⁷” ou “palavra geradora”, o grupo em dupla vai construindo frases. As que conseguem transmitir o maior número de informações sobre o tema irão para o trabalho de edição de áudio.

Outros processos criativos são desenvolvidos com a participação dos grupos das jovens mães: oficinas de rádio novela, teatro, oficinas de criação de letras e músicas de hip hop.

6. O nome da Rádio foi escolhido entre os participantes da instituição em homenagem a um grande morador e personagem da Lapa, conhecido como ‘Madame Satã’.

7. Tema gerador tem como referência a Educação Popular, alfabetização de jovens e adultos, segundo Paulo Freire.

A terceira ação desse programa é voltada para capacitação profissional e geração de renda. As adolescentes e jovens que participaram da primeira fase do projeto receberam capacitação na área de embelezamento e atuam como cabeleireiras especialistas em técnicas de penteados afros. Algumas se especializaram e atuaram como professoras das turmas seguintes, e outras atuaram em grupos de produção de serviços, utilizando a própria estrutura do Salão Escola de Beleza Afro para gerar renda.

4.1.4. Vulnerabilidades Sociais

O Programa Jovens Mães tem como foco as demandas que envolvem as vulnerabilidades de ser adolescente, jovem, mulher e mãe e estar utilizando as ruas como referências de vida.

O conceito de vulnerabilidade foi primeiro associado especificamente à saúde pública, no contexto de epidemia da AIDS, segundo Ayres(1999), principalmente a partir de 1992, o termo inicialmente associado à defesa dos direitos de cidadania de grupos ou indivíduos fragilizados jurídica ou politicamente, passou a ser utilizado nas abordagens analíticas, teóricas, práticas e políticas voltadas à prevenção e controle da epidemia.

Segundo Ayres (1999), numa primeira tentativa de explicar a AIDS, doença até então desconhecida, várias classificações permeadas por preconceitos foram criadas e atribuídas às pessoas portadoras do HIV e doentes de AIDS. Falava-se em “grupos de risco”, referindo-se aos homossexuais, hemofílicos e usuários de drogas injetáveis. O uso desta expressão fez com que as pessoas que não se enquadrassem em algum destes grupos se sentissem imunes à doença. Esta classificação, duramente criticada pelos grupos organizados envolvidos na prevenção da aids, passou a ser substituída por “comportamento de risco”. Este termo tampouco se mostrou adequado, pois responsabilizava apenas o indivíduo por ter adquirido a doença. Assim sendo, a prevenção dependeria exclusivamente da vontade pessoal e de uma mudança voluntária de comportamento. No entanto, com o desenvolvimento do conceito de vulnerabilidade foi possível observar que existem outros fatores que interferem e, muitas vezes, determinam a atitude e a conduta das pessoas, ampliando ou diminuindo as situações de risco. Entre estes fatores estão: o acesso ou não à informação, escola, serviços, programas de saúde e condições de vida digna; e os códigos culturais sobre como se deve expressar a sexualidade de homens e mulheres.

Ainda de acordo com Ayres (1999), se estabelece uma classificação de vulnerabilidade baseada em três eixos: social, programático ou institucional e individual como os principais determinantes da infecção pelo HIV de pessoas, grupos ou nações. O eixo social inclui condições sociais e econômicas, acesso à informação, à educação, à assistência social e à saúde, a garantia de respeito aos direitos humanos e a situação sócio-política e cultural do indivíduo.

O eixo programático ou institucional associa-se a programas voltados especificamente para a prevenção, controle e assistência aos portadores de HIV/AIDS. O eixo individual refere-se ao acesso a recursos que possibilitam a adoção de comportamentos seguros ou, ao contrário, que possibilitem a infecção pelo HIV. Este último eixo está intrinsecamente relacionado com os eixos social e programático. Deste modo, foi possível ultrapassar a visão de que o comportamento seguro em relação à AIDS dependia apenas de ações individuais. Associados à pobreza, outros fatores como as mudanças provocadas pelo momento de transição entre a adolescência e a vida adulta contribuem para potencializar uma maior suscetibilidade ao risco das doenças sexualmente transmissíveis.

4.1.5. Consumo Abusivo de Drogas e Redução de Danos

Conviver e entender como a população em situação de rua se relaciona com a questão das drogas lícitas e ilícitas, e como e por que esse consumo torna-se abusivo – essa era uma questão necessária a ser compreendida.

Quando iniciamos nossas atividades, na década de 1990, a substância entorpecente mais consumida pelos grupos que estavam em situação de rua era a cola de sapateiro/ (cola utilizada na fabricação de sapatos).

A ideia era, partindo da cultura e do cotidiano dessas pessoas, contribuir para que eles construíssem alternativas prazerosas de bem-estar para substituir o consumo de drogas. Criar condições e alternativas culturais de criação de outras “colas” da afetividade, da família, da escola, do cuidado de si e do outro. Logo percebemos que para esses grupos construir outras “colas” era necessário um olhar integral sobre todas as faltas, carências e direitos desses sujeitos.

A base metodológica é sempre a mesma, partir da história e dos conhecimentos que cada um tem em relação à temática. Em 1990, criamos junto com o referido grupo nossa primeira Campanha, denominada “Malandro que é Malandro, não dá mole!”. Com acesso às informações, o grupo é incentivado a criar outras linguagens de comunicação que possam atingir outras pessoas quanto à prevenção ao consumo abusivo de drogas. O tema foi sempre abordado no contexto social, econômico e cultural no qual o grupo está inserido, relacionando as mudanças em relação ao consumo abusivo, dependências e a integralidade da vida de cada sujeito.

No início da década de 1980, os acessos às drogas estavam concentrados nos morros e favelas da cidade. Hoje o acesso a essas substâncias está em qualquer lugar, especialmente no asfalto. Ao longo do tempo, novas drogas foram se incorporando ao cotidiano da população em situação de rua. A realidade desse consumo a cada dia torna-se mais complexa com a relação cada vez maior com novas drogas disponíveis no mercado. A entrada do crack no Rio de Janeiro,

verificada, inclusive, pelo Programa Jovens Mães em 2007, teve significativo aumento com o passar dos anos. O consumo de drogas deve ser enfrentado como um problema de saúde pública, reforçado pelo fato de que a cada dia surgem novas drogas. Nossa experiência de trabalho nos aponta a ineficiência da abordagem em relação às drogas, necessita-se de um trabalho multidisciplinar tomando como base a vida integral das pessoas.

A Redução de Danos, segundo o Ministério da Saúde, é uma estratégia da saúde pública que visa reduzir os danos à saúde em consequência de práticas de risco.

O tema do consumo abusivo de drogas sempre foi a discussão central em todos os programas e projetos da instituição. A ideia era de problematizar com os usuários a relação com as drogas, lícitas e ilícitas, que advém da concepção de que o consumo de drogas perpassa a vida humana. E que o consumo abusivo significa reconhecer o lugar que essa ação abusiva do consumo ocupa em suas vidas e em seus projetos de futuro de vida, bem como o grau de consciência que têm dessa relação abusiva.

A opção da Instituição na escolha do nome EXCOLA significava, à época, utilizar uma relação de consumo que os usuários em situação de rua tinham com a substância da cola de sapateiro, e propor, disputar lugar, na vida desses sujeitos, todas as vezes que essa relação com as drogas fosse abusiva. Partimos da compreensão de que, na maioria das vezes, essa relação com as drogas é uma relação de prazer, nesse sentido, propomos ocupar esse lugar com ações e iniciativas que também gerassem prazer. Com esse objetivo, utilizávamos a ideia de “cola” como “liga”, e propúnhamos um desafio para o grupo construindo a ideia de que outras “colas” colam na sua vida, que possam substituir o consumo da cola de sapateiro por “cola” dos afetos, “cola” da cultura, do esporte, das apostas nas iniciativas autônomas de cada sujeito. Dessa forma, com a participação desses sujeitos, novos projetos iam nascendo na instituição.

Institucionalmente, nosso maior aprendizado na temática *consumo abusivo de drogas* foi compreender que essa abordagem não pode envolver, apenas, o consumo e o usuário. Mas em termos de trabalho de formação humana, temos que compreender o usuário em sua integralidade, pensando ações que deem conta das diversas demandas sociais, de saúde e de perspectiva de vida, para que possamos, junto com o sujeito usuário de drogas, compreender o lugar que este consumo ocupa em sua vida. E pensar em estratégias para reduzir o consumo abusivo.

A temática que envolve as drogas não pode ser tratada de forma dissociada das temáticas da política do proibicionismo, do tráfico de drogas, da interpretação de classe sociais, do racismo praticado pela sociedade brasileira. Devemos ultrapassar os limites do senso comum, dos valores morais, juízo de valores que perpassam essa temática. Segundo Souza (2011),

Esta atitude deve significar a compreensão dos fatores culturais, as tensões existentes na sociedade, o tipo de droga consumida, os aspectos psicológicos, econômicos e sociais, bem como as características individuais de cada pessoa. É preciso pensar na articulação entre estes pontos, e evitar uma atitude que rotule o usuário de droga de marginal, criminoso, vagabundo, etc., ou responsabilizar o contexto social e a família. (p.118).

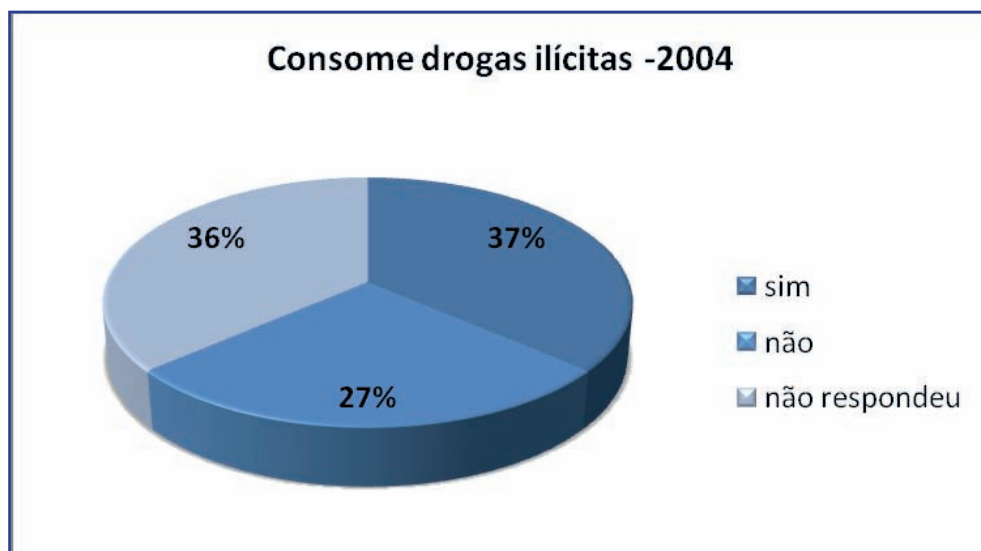
Neste sentido, o propósito seria aliar a temática do consumo abusivo de drogas à política de direitos humanos e redução de danos. Ainda segundo Souza (2011),

A redução de danos visa a pessoa e não a droga reconhece que aspectos como, classe social, pobreza, desigualdades, racismos, discriminação sexual, entre outros fatores, passam a ser determinantes do tipo de vulnerabilidade que cada um apresenta em relação ao consumo de drogas. Este tipo de política demarca um ponto de vista, que não ignora os perigos reais e potenciais que advêm do consumo de drogas, porém, apresenta uma nova estratégia. Essa estratégia já demonstrou que minimizar os riscos do consumo é mais eficaz como medida de controle do que a criminalização do uso, de maneira que busque evitar a construção de uma relação destrutiva entre a pessoa que busque evitar a construção de uma relação destrutiva entre a pessoa e a droga, pois o foco principal é o ser humano (p.119).

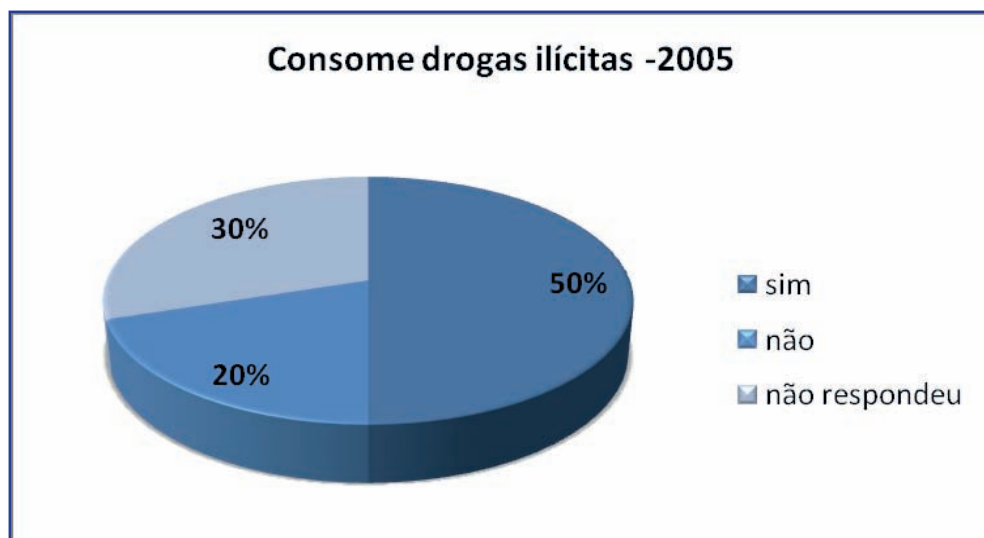
Quando essa temática das drogas era debatida no Programa Jovens Mães, partimos sempre da necessidade de conhecer o grau de consumo abusivo que cada jovem tinha com as drogas, e criar estratégias coletivas, para compreender estes sujeitos em sua integralidade, e contribuir na mudança de comportamento de cada um com a temática. Vamos apresentar algumas informações sistematizadas de alguns grupos do Programa Jovens Mães.⁸

8. O Programa Jovens Mães funcionou de 1999-2012, no entanto, nem todas as informações em relação às participantes foram coletadas dentro do mesmo padrão. Optamos por sistematizar as informações individuais dos participantes por ano de participação. E quando as informações não tiverem o mesmo padrão em todos os anos em seu instrumental de coleta de dados, apresentar algumas amostragens.

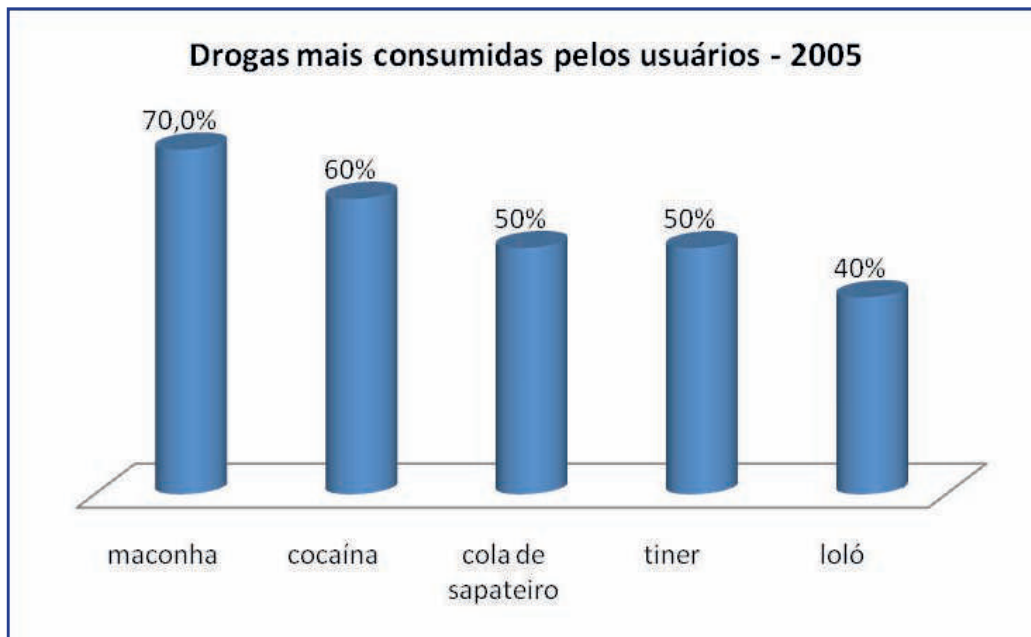
Vejamos um exemplo abaixo, em relação ao assumir o consumo de drogas do grupo de jovens mães, no ano de 2004.



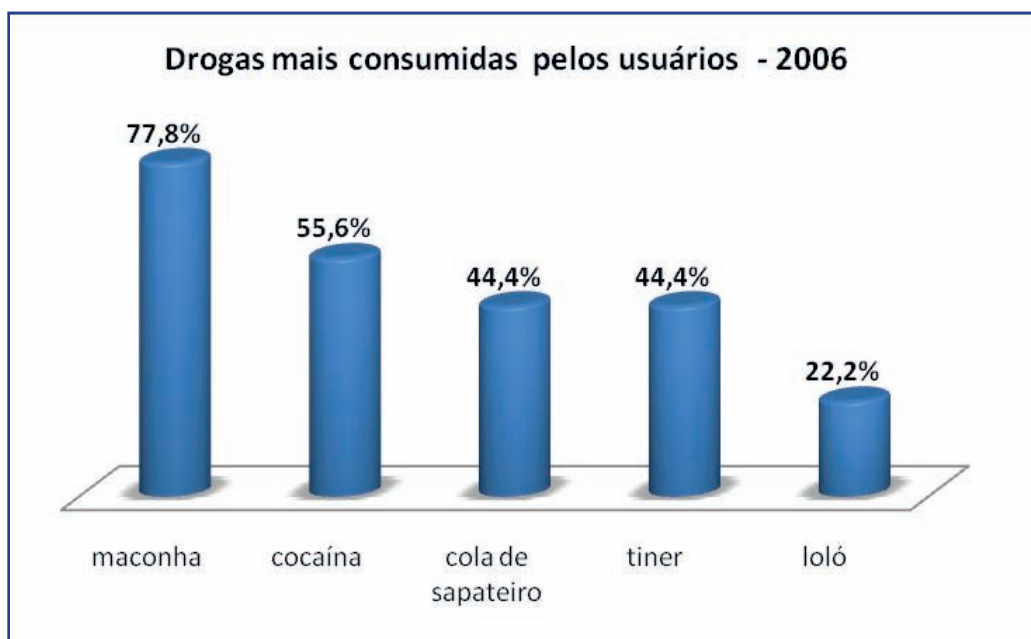
Vejamos como o grupo de jovens mães de 2005 respondeu em relação à sua relação com drogas ilícitas e quais as drogas:

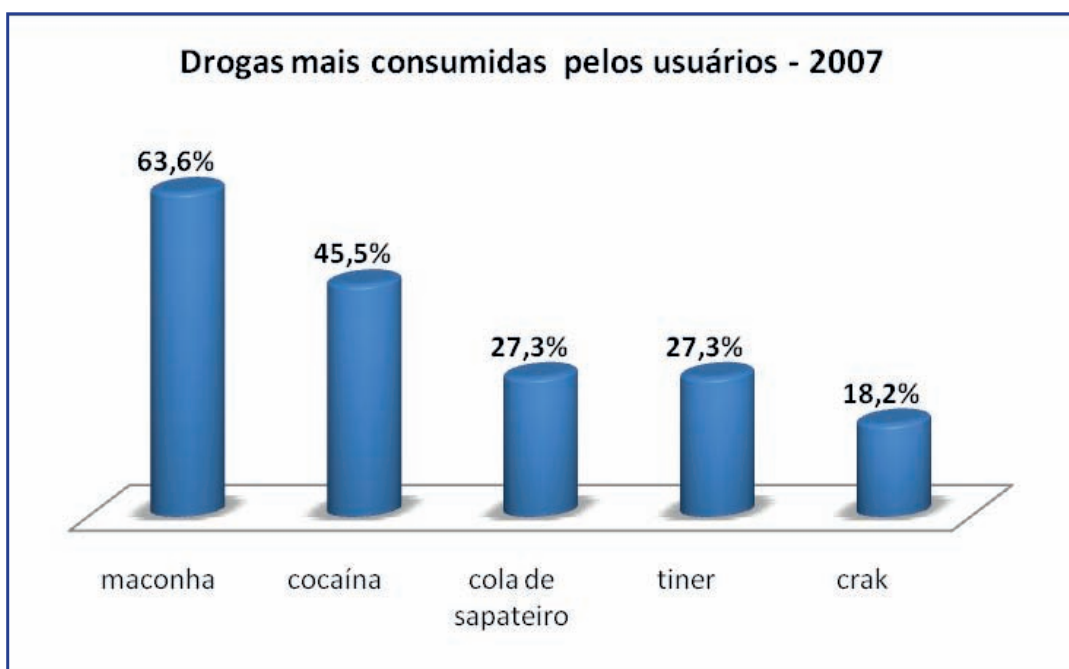
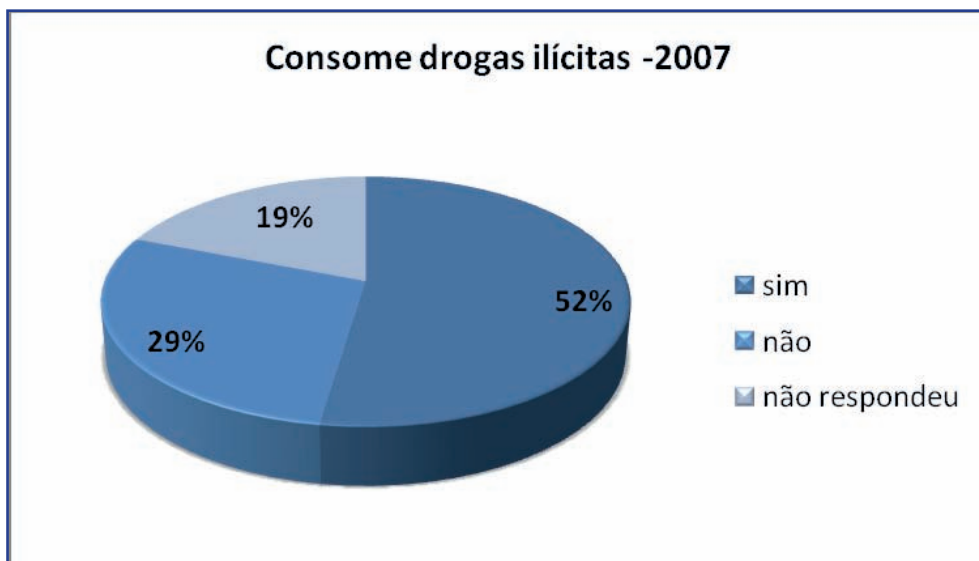


100% = 8, número total de usuários declarados de drogas, geralmente os usuários citam que consomem mais de uma droga. O gráfico acima deve ser lido da seguinte forma: 87,5% dos que declararam usar drogas citaram que consomem maconha.

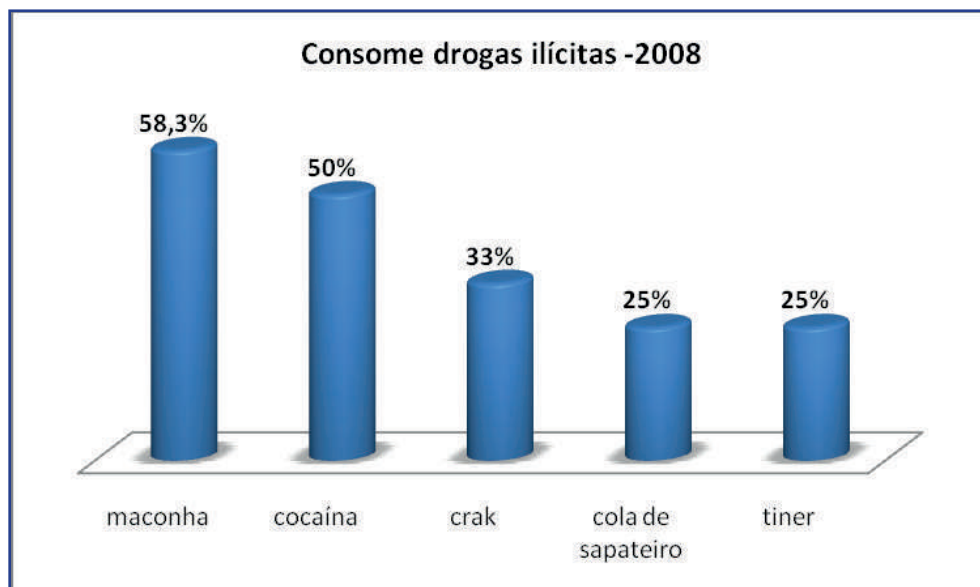
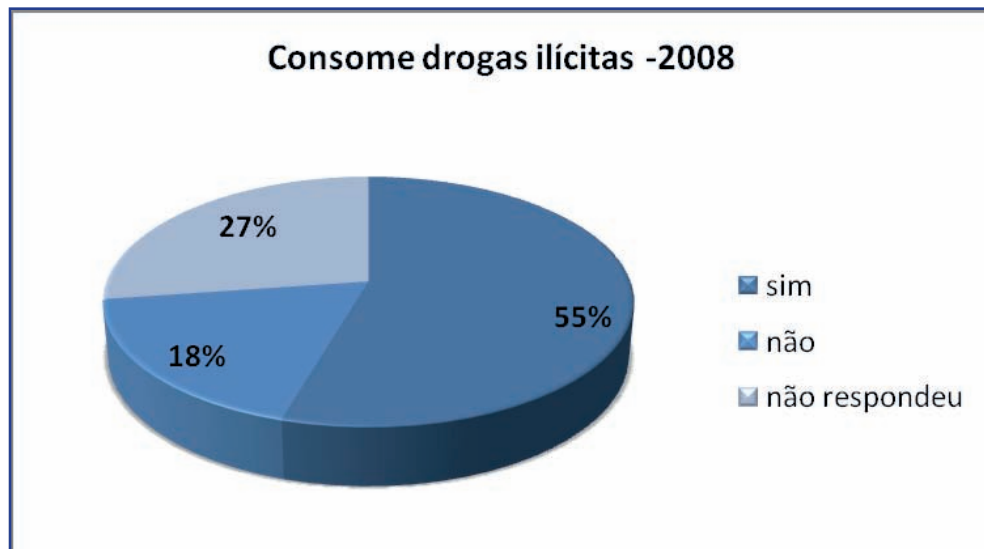


100% = 9, número total de usuários declarados de drogas, geralmente os usuários citam que consomem mais de uma droga. O gráfico acima deve ser lido da seguinte forma: 77,8% dos que declararam usar drogas citaram que consomem maconha.





Neste ano de 2007, se consolida a entrada do consumo de crack entre os moradores em situação de rua. Onde de 20 participantes do grupo das jovens mães neste ano, em torno de 20% eram usuárias do crack. No grupo que acompanhamos na região da Lapa e adjacências na cidade do Rio de Janeiro, o crack chega através de um jovem que veio de São Paulo, e que fazia parte de uma organização do tráfico, que, até então, não tinha organização no Rio de Janeiro.



Em 2008, o consumo do crack cresce de forma avassaladora, também entre as jovens integrantes do Programa Jovens Mães: de 18,2% no ano de 2007 para 33% no ano seguinte. Segundo os próprios usuários, esse consumo do

crack, em especial, aconteceu entre os usuários da cocaína, por ser uma droga com valor de compra mais em conta do que a cocaína.⁹

9. O uso de crack se iniciou no país no final dos anos 1980 e seu consumo aumentou devido ao preço baixo e efeito intenso (FERRI et al. 1997; RIBEIRO; DUNN; SESSO; DIAS; LARANJEIRA, 2006). No Brasil, o uso do crack aumentou de 0,4%, para 0,7%, sendo que especificamente, no Sudeste, este aumento foi de 0,4% para 0,9%. O crack é uma forma potente de cocaína que resulta em rápido efeito estimulante quando fumado (FERRI et al. 1997). Em função da dependência química, o usuário foca sua vida no consumo da droga de forma que sono, alimentação, afeto, senso de responsabilidade e sobrevivência perdem o significado (NAPPO et al. 1994), e devido à sensação de urgência pela droga e falta de condições financeiras, o usuário geralmente participa de atividades ilícitas (tráfico, roubos e assaltos) ou troca de sexo por crack ou dinheiro, correndo risco de infecções sexualmente transmissíveis. Tais características interferem negativamente sobre a saúde e o funcionamento social do usuário de crack de forma a marginalizá-lo, tanto no contexto micro (rede de uso) quanto macrossocial (comunidade e serviço de saúde) (OLIVEIRA; NAPPO, 2008).

Em 2008, acompanhamos o primeiro bebê que nasceu vítima da mãe usuária do crack, chamado pelas demais jovens como o “bebê crack”: nasceu prematuro e muito desnutrido.

Segundo a *Revista de Pediatria* do Rio de Janeiro, 2011, nascem, nos Estados Unidos, anualmente, cerca de 375.000 bebês de mães viciadas em cocaína. No Brasil, um estudo em 2008 sobre o perfil dos usuários de crack mostrou um aumento do número de crianças intoxicadas pela droga durante a gravidez. Os problemas neonatais relacionados ao crack são: asfixia, prematuridade, baixo peso e alterações do comportamento. O vínculo mãe-filho costuma ser afetado. A síndrome de abstinência à droga pode ocorrer. Os recém-nascidos podem apresentar manifestações em vários sistemas do organismo, como choro estridente característico e convulsões. Dificuldade de sucção, diarreia, vômitos, febre, tremores, sudorese excessiva e palidez são frequentemente encontrados.

Ainda segundo Souza (2012), “o crack é o maior exemplo vivo de como a política proibicionista gera mais resultados nefastos do que podemos prever”(p.44). A história do surgimento do crack, o qual nos permite afirmar que foi uma invenção criativa do tráfico frente à eficácia da repressão naquele momento” (p.45).

4.1.6. O perfil das famílias no Programa Jovens Mães

Outra necessidade, sempre presente, foi a de conhecermos marcos teóricos que nos ajudassem a buscar a coerência em todas as nossas ações. Um dos primeiros que demandou a necessidade de uma reflexão mais profunda, com questionamentos diversos, foi referente à ideia de família. De pronto saímos de uma concepção única, família, para compreensão da diversidade de formas de organização que constituem múltiplas compreensões do que é uma família, em especial quando falamos de famílias empobrecidas economicamente, chegamos assim a famílias. Todos nós temos um modelo de família internalizado, uma ideia do que “deve ser” uma família. Esses modelos predominantemente de relação familiar vêm sofrendo profundas transformações, em especial a partir da segunda metade do Século XX, no entanto, a concepção da família cristã burguesa ainda nos é muito presente.

A maior inserção da mulher no mercado de trabalho, a separação entre reprodução e sexualidade, o aumento da expectativa de vida, o crescimento das separações/divórcios, a monoparentalidade, o predomínio das famílias chefiadas por mulheres contribuiu muito para a ampliação deste conceito e a luta pela aceitação da diversidade dos arranjos familiares, em um processo concomitante de afirmação da importância da mulher na sociedade. Segundo Sarti (2003), “*A família contemporânea é relacional. A afetividade integra, modifica e acompanha as regras formais entre os sexos e as gerações, (p. 81)*”.

“A família contemporânea é relacional. A afetividade integra, modifica e acompanha as regras formais entre os sexos e as gerações, (p. 81)”.

“

Gostei das palestras sobre gravidez na adolescência e sobre as doenças que são transmitidas pelo sexo.

”

Camila

No Programa Jovens Mães a diversidade dos arranjos familiares é uma realidade. Primeiro, em sua maioria, as jovens viveram a primeira maternidade na adolescência, e gerar filhos assumia em suas vidas uma promoção ao status de mulher, consequentemente, chefe de família. Demoramos a compreender as jovens com seus filhos, com ou sem companheiro, compondo um novo arranjo familiar. Tendíamos a olhar as jovens como filhas que precisavam de uma família. Essa concepção é resultado do olhar guiado pelo senso comum que nos leva a procurar uma estrutura familiar conhecida e incorporada no imaginário brasileiro. Estávamos sempre buscando visualizar essas adolescentes e jovens e seus filhos em um arranjo familiar que era chefiada por outra mulher da geração anterior, suas mães.

Nesse processo, vivido nesses anos de programa, podemos afirmar que essas famílias dos grupos populares tendem a ser estigmatizadas e culpadas pelas dificuldades e fracassos com os quais se defrontam, sendo vistas como únicas responsáveis pela violação de direitos a que estão submetidas. No entanto, pouco é o espaço para compreensão de suas formas próprias de organização familiar, os papéis assumidos e os arranjos sociais e comunitários realizados. O olhar hegemônico apenas criminaliza, sem que sejam respeitadas as possibilidades múltiplas de arranjo familiar. O olhar criminalizante traz em si consequências diretas para a vida destas famílias. Sem considerar suas particularidades, as poucas políticas públicas voltadas para essas famílias não contemplam as necessidades desses grupos. Essa ausência de políticas públicas leva-os a conviverem com diversas situações de vulnerabilidades sociais, entre elas a principal: **viver em situação de rua.**



Percebe-se que a família pobre, em especial os grupos com quem trabalhamos, desenvolvem um sistema de trocas de obrigações morais e de apoio mútuo que envolve uma rede de relações sócio-afetivas e/ou de parentesco. Concordamos com Sarti (2003), que considera que “os vínculos estabelecidos entre pais e filhos são ainda os mais relevantes na rede de interajudas familiares”, (79-80)¹⁰. Ainda segundo a autora, as famílias pobres se organizam em redes de relações, contrariando a ideia de que elas se caracterizam pelo modo nuclear de família. Lembrando que as relações no interior dessas redes de ajuda e obrigações familiares não estão desprovidas de conflitos e convivências com as mais diversas formas de violências.

Ressaltam-se nessas redes, as trocas intergeracionais, que “inclui a dimensão afetiva quando se materializam sob inúmeras formas e serviços” (Apud: Vitali, 2003). Percebe-se no interior desses grupos que as manifestações familiares de solidariedade são, predominantemente, femininas, conforme sinaliza Vasconcelos (2003),

(...) o grande factor estruturante dessas redes é o gênero, pois as mulheres são as grandes protagonistas da comunicação e mediação entre grupos domésticos da parentela. Existem verdadeiras linhagens de ajuda feminina (...). (VASCONCELOS, p.540).

“Eu fui criada apanhando e hoje eu não preciso bater no meu filho para educar. Amadureci sendo mãe, antes eu achava que sabia ser mãe dos meus irmãos e agora eu sei ser mais do meu filho”

Jéssica - Programa Jovens Mães.

“Foi legal, vocês conversam muito com agente. Aprendi várias coisas, e mudou muito meu jeito, pois hoje eu converso mais com a minha filha”

Joseane – Programa Jovens mães.

Muitas mudanças que aconteceram nas experiências vividas no espaço da rua foram nos trazendo possibilidades na forma como utilizamos esse espaço, sem fronteira, onde várias coisas podem acontecer ao mesmo tempo. Em nossos primeiros anos de atuação, o espaço da rua nos permitia desenvolver algumas atividades culturais e educativas. Hoje, esse espaço está cada vez mais atravessado e comprometido por diversas situações, dificultando muitas das ações antes facilmente executadas. O educador sente-se cada vez mais desafiado a buscar alternativas inovadoras e **possíveis** que permitam o encontro real e satisfatório para garantir a porta sempre aberta.

“

Eu fui criada apanhando e hoje eu não preciso bater no meu filho para educar. Amadureci sendo mãe, antes eu achava que sabia ser mãe dos meus irmãos e agora eu sei ser mais do meu filho

”

Jéssica

Programa Jovens Mães

“

Foi legal,
vocês conversam
muito com a
gente. Aprendi
várias coisas, e
mudou muito
meu jeito,
pois hoje eu
converso mais
com a
minha filha

”

Joseane
Programa Jovens Mães

O Programa Jovens Mães trabalha com a metodologia da abordagem dirigida, que significa, uma escolha direcionada e planejada de acolhimento e atendimento social – onde durante os 03 meses iniciais de composição de um novo grupo de trabalho intensificamos nossas idas às ruas no Centro da cidade do Rio de Janeiro e adjacências, com o objetivo de criar relação com adolescentes e jovens grávidas e/ou mães, convidando para participar de alguns encontros na sede da instituição. Lá chegando, apresentamos o convite para participar de um grupo composto por 20 adolescentes e jovens e seus filhos, e realizamos uma entrevista individual em que apresentamos os critérios do perfil de participação no grupo do Programa Jovens Mães: adolescentes e jovens até 24 anos, que naquele momento da seleção do grupo se encontram em situação de rua.

Caso mais de 20 pessoas manifestem o desejo em participar do grupo, abrimos uma lista de espera, em que, após a saída de alguma das jovens no decorrer do ano de trabalho, inserimos nova participante. Todas as jovens com as quais mantemos diálogos, independente de fazer parte do grupo, que manifestaram interesse, são encaminhadas para a rede de serviços, atualmente Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

Após os 03 meses iniciais de abordagem e atividades com o grupo em um espaço fechado, o grupo constrói junto com a equipe técnica do projeto seu plano de ação, com metas individuais e coletivas para um ano de trabalho. A participação do grupo e a adesão de todas as jovens é fundamental no desenvolvimento das ações.

O objetivo principal dessas ações é contribuir para que essas jovens deixem de utilizar o espaço da rua como única referência de sobrevivência e possam buscar, com nosso apoio, alternativas que garantam um espaço familiar e comunitário, com perspectivas concretas de futuro.



Os gráficos abaixo nos permitem tecer considerações tanto sobre aspectos do perfil social das jovens quanto os aspectos visíveis de suas vulnerabilidades, bem como nos permitem demonstrar como estas vulnerabilidades foram minimizadas ao longo do projeto. Inicialmente, cabe destacar que 282 jovens de 13 a 29 anos passaram pelo projeto ao longo de 13 anos, uma média de 21,7% por ano. O projeto atendeu a um total de 784 pessoas em 13 anos, média de 60,3 pessoas por ano. Deste total, 64% eram crianças de 0 a 12 anos.

Gráfico 01

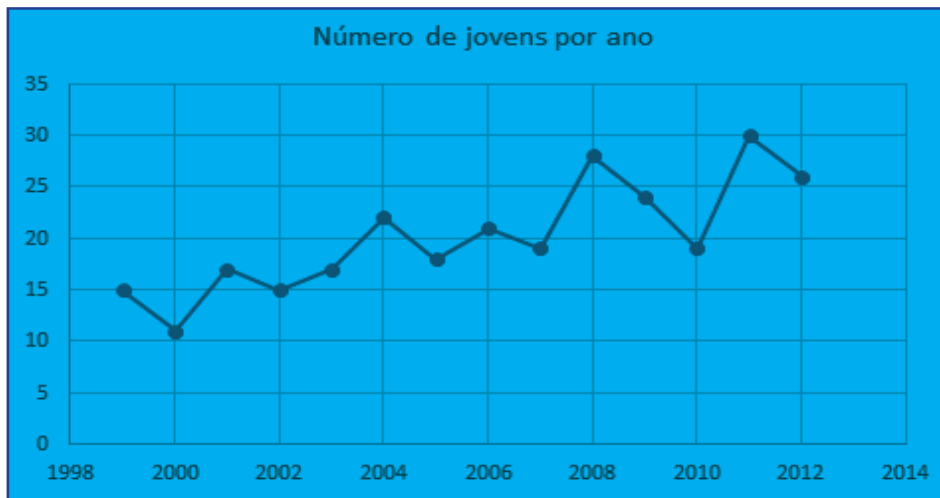
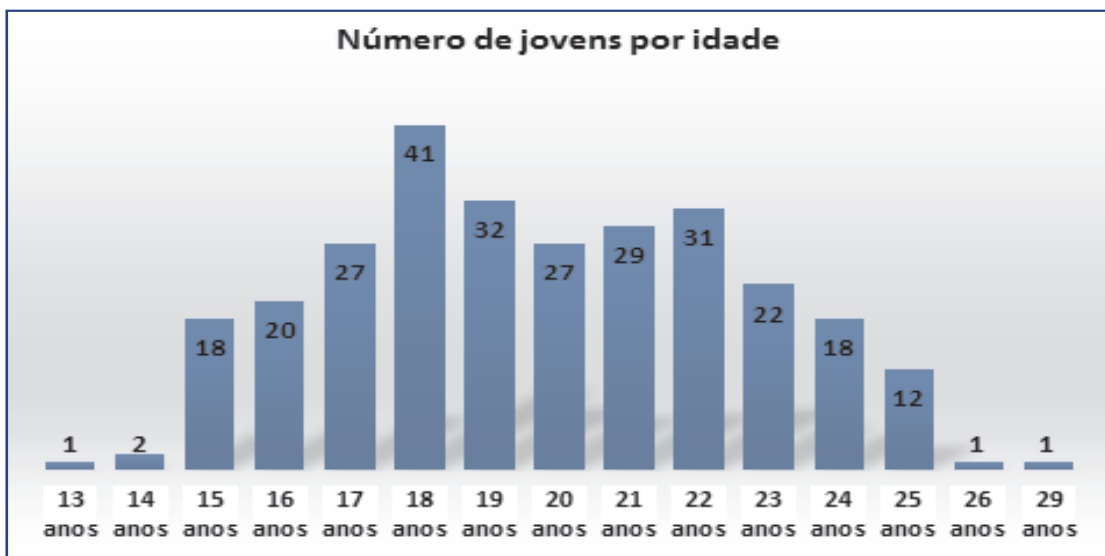


Tabela - Gráfico 01

Ano	Quantidade
1999	15
2000	11
2001	17
2002	15
2003	17
2004	22
2005	18
2006	21
2007	19
2008	28
2009	24
2010	19
2011	30
2012	26
Total	282

No **Gráfico 01**, podemos ver a distribuição do número de jovens ao longo dos anos de funcionamento do projeto. Neste gráfico, é possível ainda identificar que, a partir do ano de 2008, com exceção de 2010, houve um aumento do número de jovens no projeto.

Gráfico 02



O **Gráfico 02** permite vislumbrar a quantidade de jovens por idade: nele podemos perceber que de 18 a 22 anos encontrava-se a maioria das jovens - 56,7% (160). O gráfico ainda nos permite ressaltar que 18 anos é a idade com maior concentração de jovens - 14,4% (41), que 24,1% (68) encontravam-se entre 13 e 17 anos, 70,9% (200) entre 18 e 24 anos e 5% (14) entre 24 e 29 anos. Quando olhamos para a média de idade por ano de projeto (Tabela 01 – Gráfico 02), percebemos que a partir de 2008 houve uma diminuição da média da idade das jovens, ao mesmo tempo em que houve também um aumento do número de jovens no projeto.

Tabela - Gráfico 02

Idade	Quantidade	%
13 anos	1	0,35
14 anos	2	0,71
15 anos	18	6,38
16 anos	20	7,09
17 anos	27	9,57
18 anos	41	14,40
19 anos	32	11,35
20 anos	27	9,47
21 anos	29	10,28
22 anos	31	10,99
23 anos	22	7,80
24 anos	18	6,38
25 anos	12	4,26
26 anos	1	0,35
29 anos	1	0,35
Total	282	99,73

Tabela 01 - Gráfico 02

Anos	Média de idade por ano
1999	19,13 anos
2000	19,81 anos
2001	22,05 anos
2002	19,14 anos
2003	18,56 anos
2004	20,23 anos
2005	19,29 anos
2006	19,42 anos
2007	20,78 anos
2008	21,37 anos
2009	18,83 anos
2010	18 anos
2011	18,30 anos
2012	18,26 anos

Em relação à idade cabe ressaltar que: 24,1% encontravam-se entre 13 e 17 anos; 70,9% entre 18 e 24 anos; e 5% entre 24 e 29 anos.



Gráfico 03

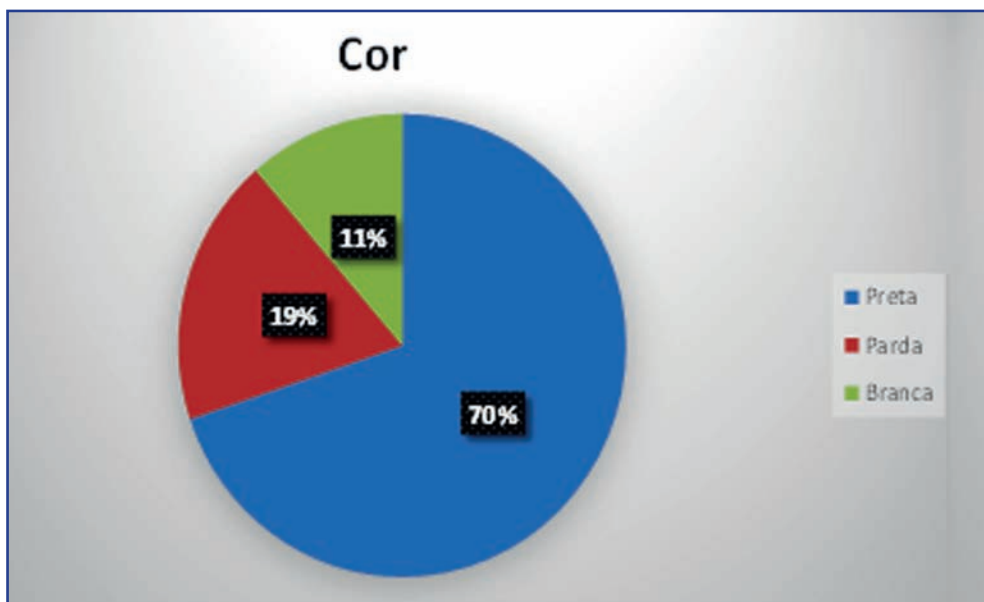


Tabela - Gráfico 03

Etnia	Quantidade	%
Negra	197	69,9
Parda	53	18,8
Branca	32	11,3
Total	282	100

O **Gráfico 03** demonstra a clássica relação histórica da pobreza com a cor, no qual apenas 11,3% (32) das jovens do projeto se autodeclararam de cor branca. E a permanência do racismo, onde a pobreza no Rio de Janeiro, em sua maioria, são negros, vivendo sem condições mínimas de subsistência.

Gráfico 04

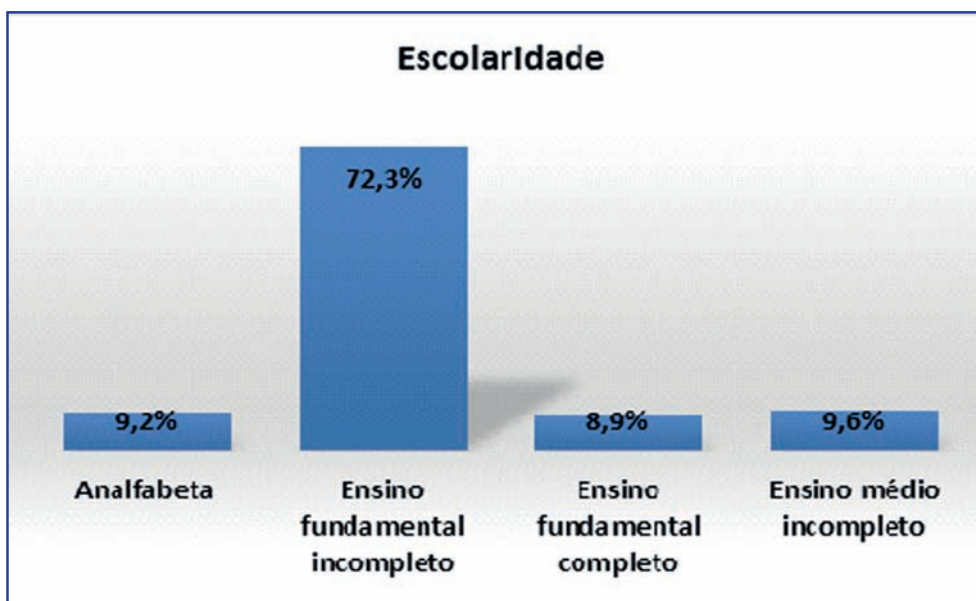


Tabela - Gráfico 04

Estudando ao entrar no projeto	Quant.	%
Analfabeta	26	9,2
Ensino fundamental incompleto	204	72,3
Ensino fundamental completo	25	8,9
Ensino médio incompleto	27	9,6
Total	282	100

Gráfico 05

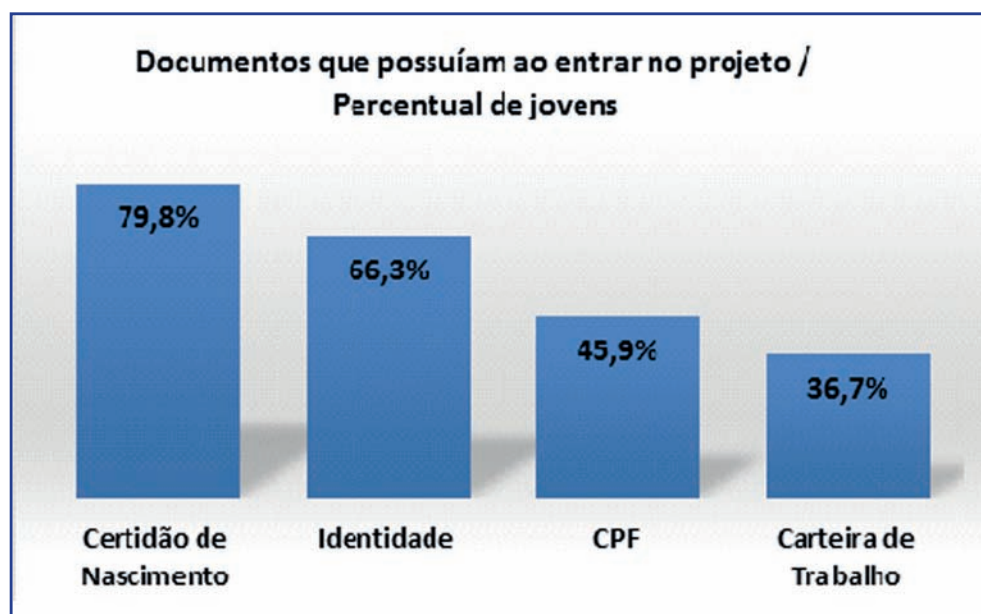


Tabela - Gráfico 05

Documento que possuíam ao entrar no projeto	Percentual de Jovens
Certidão de Nascimento	79,8%
Identidade	66,3%
CPF	45,9%
Carteira de Trabalho	36,7%

O **Gráfico 06**, ao lado, demonstra como as famílias jovens, brasileiras, ainda persistem no matriarcado. São mulheres que na grande maioria das vezes não conta com o companheiro na criação dos filhos. Somente 37% (104) tinham algum tipo de relação com companheiros na divisão de algumas responsabilidades com o filho.

Gráfico 06

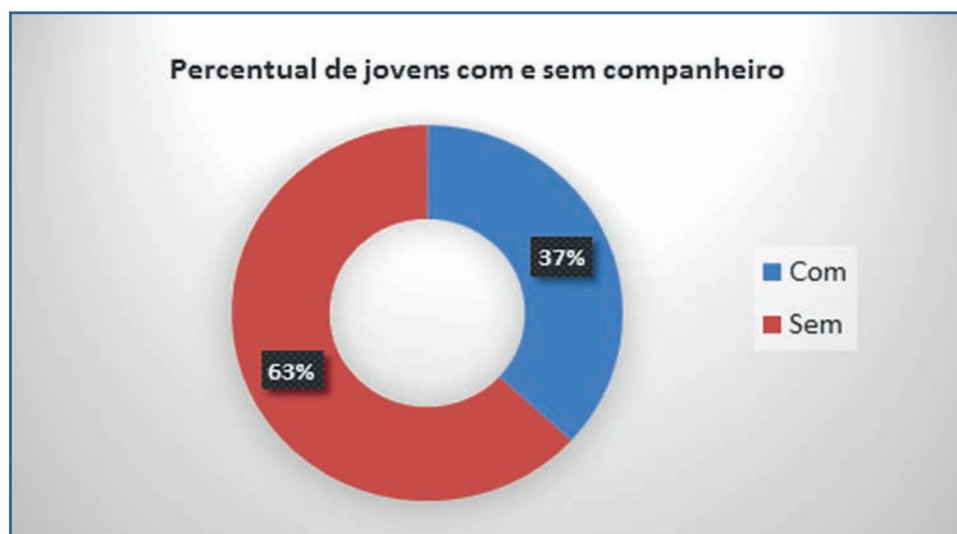
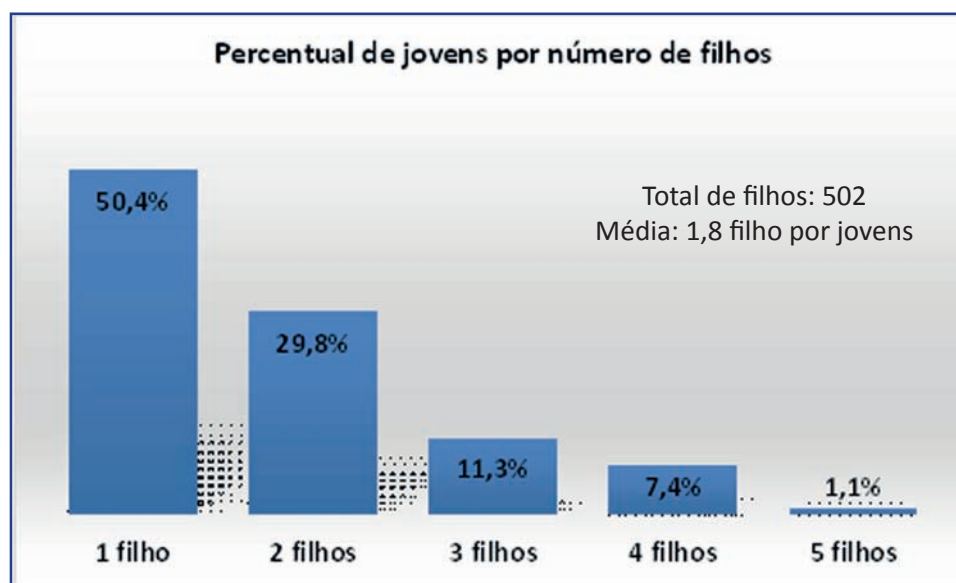


Tabela – Gráfico 06

Sim	104
Não	178
Total	282

Gráfico 07



O **Gráfico 07** mostra o percentual por número de filhos. Neste gráfico, é importante ressaltar que 77,5% dos filhos das jovens encontravam-se com idades entre 0 e 6 anos, o que levou o projeto a ter uma preocupação específica

e ações relativas à primeira infância e aos primeiros anos de vida. E que, ao saírem do projeto, todos (100%) estavam devidamente documentados e com acompanhamento e atualização das vacinas.

Tabela - Gráfico 07

Nº Filhos	% de Jovens
1 filho	50,4%
2 filhos	29,8%
3 filhos	11,3%
4 filhos	7,4%
5 filhos	1,1%

Gráfico 08

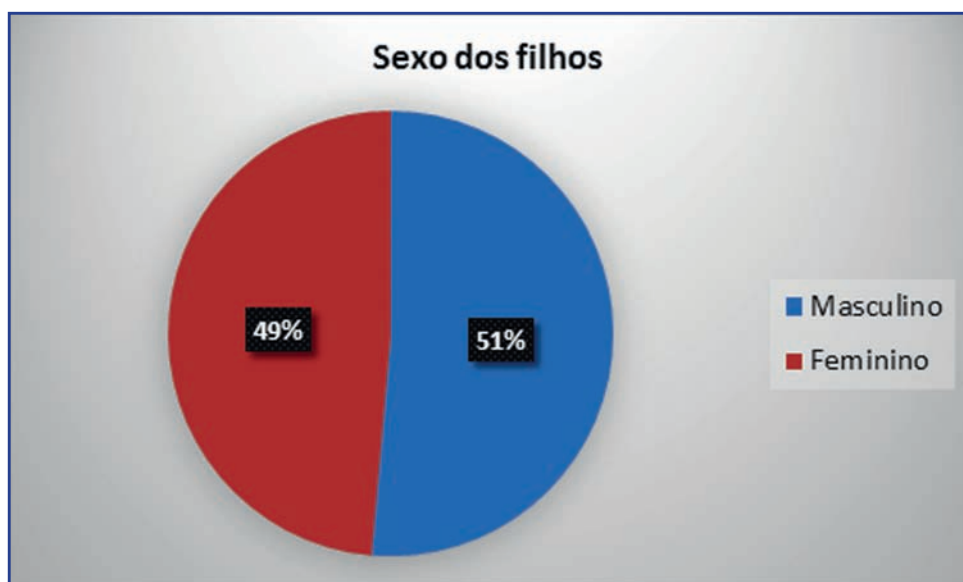


Tabela - Gráfico 08

Sexo filhos	Nº	%
Masculino	258	51,4
Feminino	244	48,6
	502	100,00

Gráfico 09

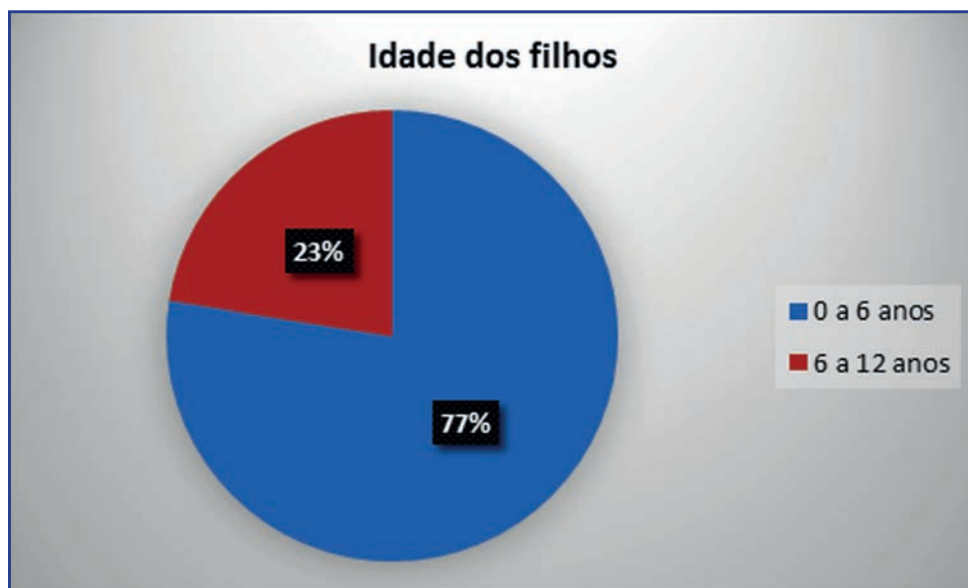


Tabela - Gráfico 09

Idade dos filhos		%
0 a 6 anos	389	77,5
6 a 12 anos	113	22,5
Total	502	100,00

Gráfico 10

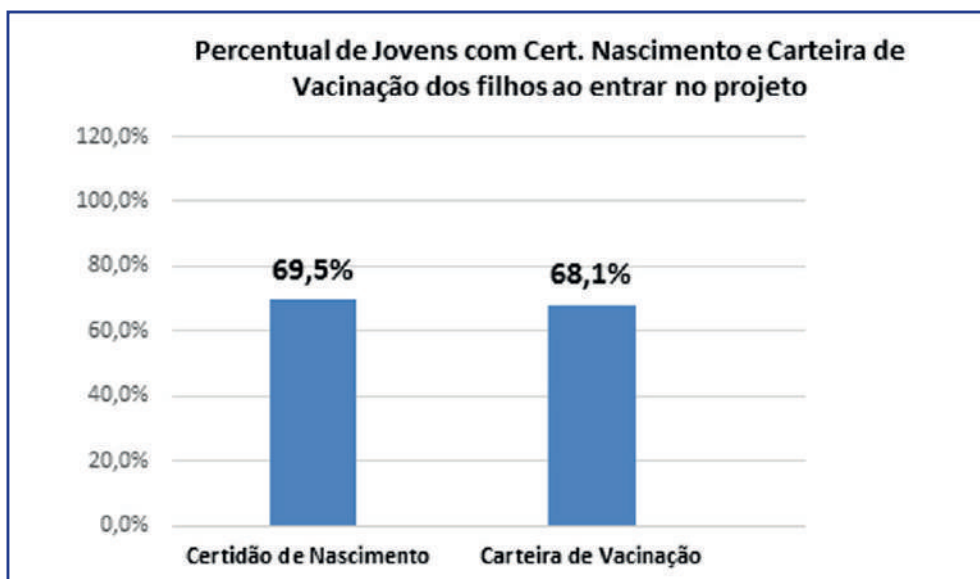


Tabela - Gráfico 10

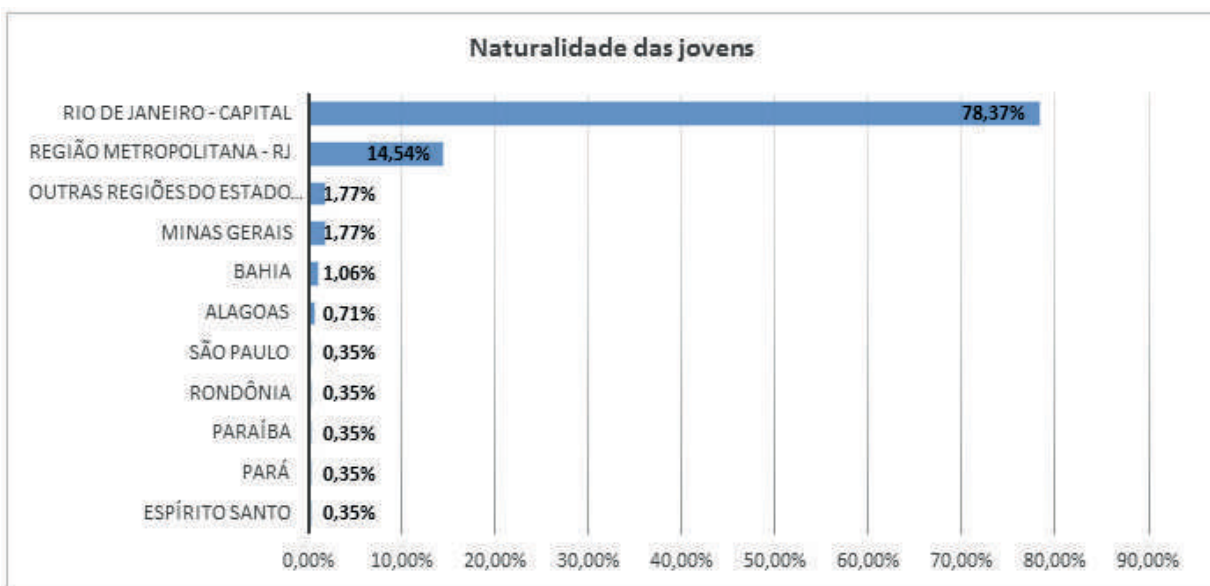
Jovens com Certidão de Nascimento e Carteira de Vacinação dos filhos ao entrar no projeto	%
Certidão de Nascimento	69,5%
Carteira de Vacinação	68,1%

Gráfico 10: Nesse gráfico, observa-se que, mesmo em uma grande capital como o Rio de Janeiro, ainda permanecem adolescentes e jovens sem certidão de nascimento e filhos das jovens, ao entrarem no projeto, ainda não possuem certidão de nascimento e nem carteira de vacinação.

4.1.7. Condições de moradia das Jovens Mães

As políticas habitacionais sempre estiveram longe de atender à demanda por moradia na cidade. De acordo com o censo do IBGE (2010), o Rio de Janeiro tem 6.323.037 moradores, sendo que 1.393,314 destes estão vivendo em 763 favelas. Não existe uma política habitacional consistente para melhorar as condições de moradia desta população. Por outro lado, existia em 2006 em torno de 5.000 imóveis abandonados na cidade.¹¹ Segundo a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, em 2015, a cidade tinha mais de 5.000 pessoas vivendo nas ruas da cidade.¹¹¹² Quando analisamos a naturalidade das jovens, que fizeram parte do Programa Jovens Mães, a maioria é proveniente da capital do Rio de Janeiro.

GRÁFICO 08



11.10 Ver: www.renajorp.net/2006/07-ocupacoes-rj.html. Acessado em janeiro de 2016.

12.11 <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/mais-de-cinco-mil-pessoas-moram-nas-ruas-do-rio-diz-prefeitura.html>. Acessado em janeiro de 2016. www.brasilecola.com.br/drogas. 15/12/2008

TABELA – GRÁFICO 08

	Quant.	%
Espírito Santo	1	0,35
Pará	1	0,35
Paraíba	1	0,35
Rondônia	1	0,35
São Paulo	1	0,35
Alagoas	2	0,71
Bahia	3	1,06
Minas Gerais	5	1,77
Outras regiões do Estado RJ	5	1,77
Região Metropolitana – RJ	41	14,54
Rio de Janeiro – Capital	221	78,37
Total	282	100

Quando observamos no **Gráfico 09**, abaixo, a situação de moradia das jovens 282 participantes do programa das jovens (1999-2012), inicialmente, confirma-se o aumento no número das ocupações irregulares na cidade, também observa-se que a rua é utilizada pelo grupo como meio de subsistência, lugar de “tirar o sustento”, que apenas 17% delas vivem de forma permanente nas ruas da cidade, sendo que 45% vivem em cortiços e/ou ocupações e em comunidades em sua maioria da zona oeste da cidade.

GRÁFICO 09

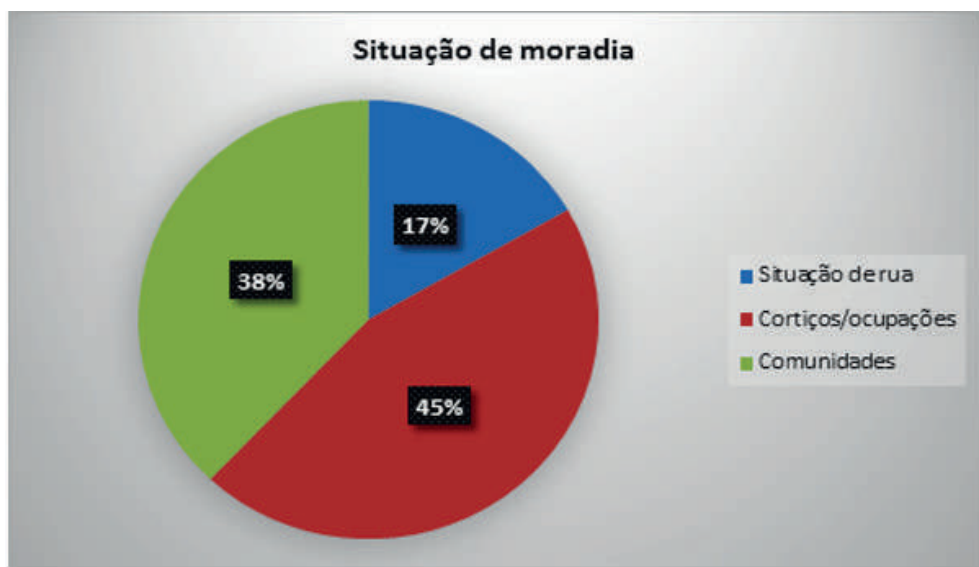


TABELA – GRÁFICO 09

Moradia	Quant.	%
Situação de rua	47	16,67
Cortiços/ocupações	128	45,39
Comunidades	107	37,94
Total	282	100

Por sua vez, observa-se a precariedade das moradias das jovens, onde podemos observar que 45% (128) moravam em ocupações irregulares e cortiços, 17% (47) usavam as ruas como moradia e 38% (107) moravam em comunidades. Cabe ressaltar que mesmo as que moravam em comunidade, também habitavam em moradias irregulares, muita das vezes cedidas pelo tráfico de drogas.

4.2. Promoção da Saúde e Sexualidade

“Antes eu não ia no ginecologista, hoje eu vou no ginecologista e faço tratamento para não engravidar.”

Patrícia - Programa Jovens Mães.

“Gostei das palestras sobre gravidez na adolescência e sobre as doenças que são transmitidas pelo sexo.”

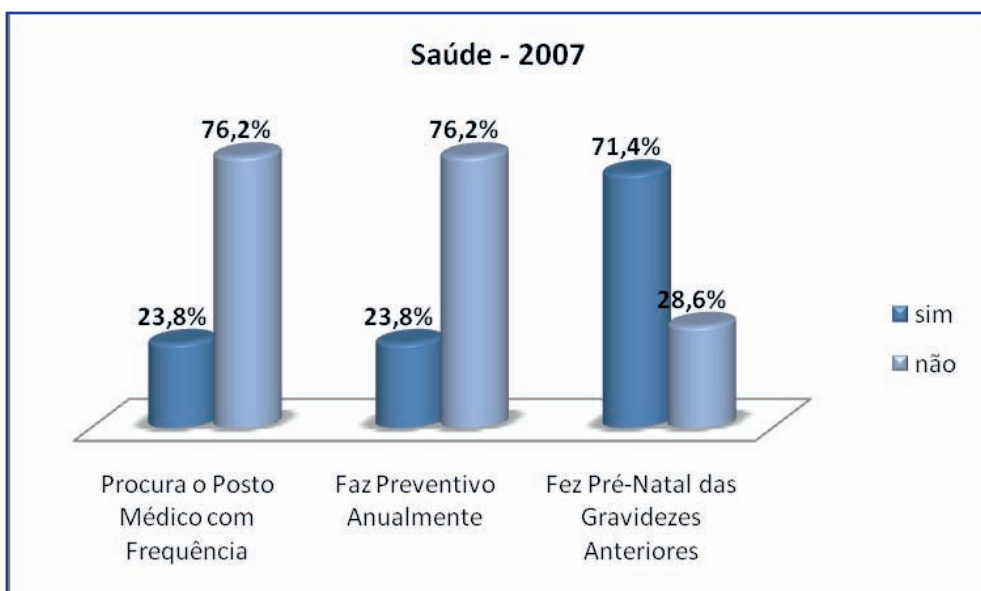
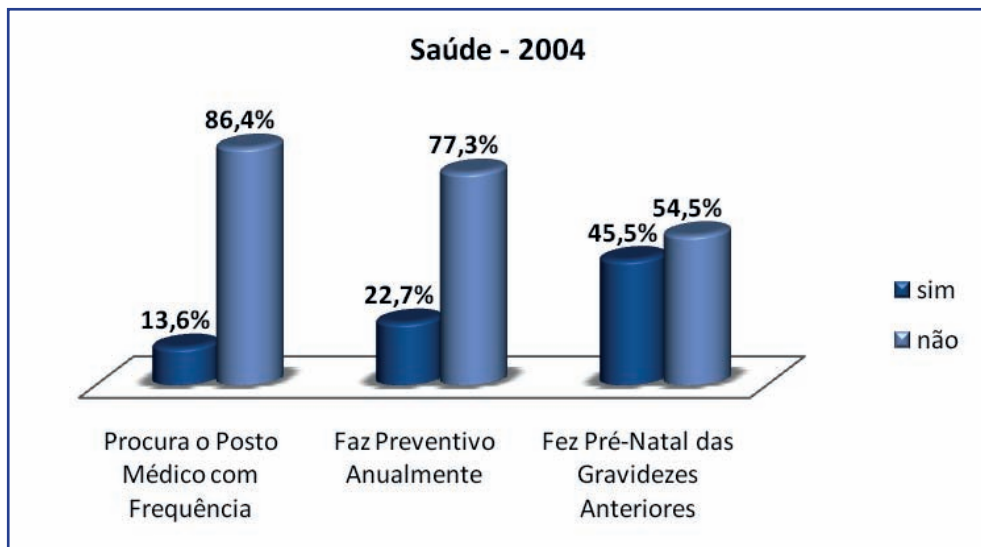
Camila – Programa Jovens Mães.

“As palestras são muito importantes. Apreendi muitas coisas, a educar e a saber mais sobre as doenças sexualmente transmissíveis. No meu tempo não tinha esse tipo de projeto não!”

Raquel – Programa Jovens Mães.

O direito à qualidade de vida tem sido a constante luta do Programa Jovens Mães. A saúde sempre foi encarada pela instituição de acordo com o que preconiza o Sistema Único de Saúde – SUS, através da Política Nacional de Promoção de Saúde que prioriza ações de melhoria da qualidade de vida dos sujeitos coletivos.

No entanto, podemos afirmar, com o exemplo abaixo, que as condições de saúde, antes de entrar no Programa Jovens Mães, a maioria das jovens utiliza muito pouco a rede de saúde básica: em sua maioria só procura a rede pública de saúde nos serviços de emergências e não realiza o exame preventivo anual, sendo a primeira consulta com o ginecologista somente após a primeira gravidez.



Enfocando os aspectos que determinam o processo saúde-adoecimento em nosso país como, por exemplo, violência, desemprego, subemprego, falta de saneamento básico, habitação inadequada e/ou ausente, dificuldade de acesso à educação, fome, etc., pretendemos contribuir para que a rua deixe de ser a principal referência de sobrevivência de várias famílias e que a saúde enquanto direito seja um objetivo, assim como a cidadania, a ser atingido.

Várias são as doenças transmissíveis que acometem essas populações. A Tuberculose, por exemplo, para os grupos que vivem em situação de rua, tem 70 vezes maior possibilidade de contaminação em relação a outros públicos. As coinfeções Tuberculose e HIV têm sido também um tema prioritário no

trabalho educativo do grupo. Procuramos capacitar todos os grupos de jovens mães que passam pelo programa com o acesso a informações sobre as diversas doenças, formas de transmissão, tratamento e prevenção.

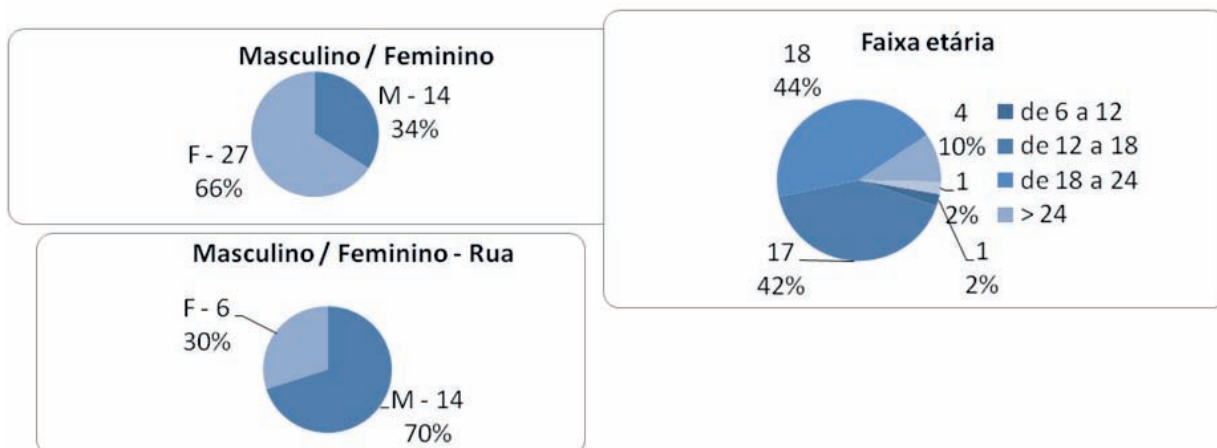
Em uma perspectiva do direito ao exercício de uma sexualidade saudável, o programa trabalha o eixo temático sobre o conhecimento do corpo, da sexualidade, do planejamento da gravidez, da gravidez na adolescência, e em especial a redução da incidência de infecção pelo HIV e o desenvolvimento de Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTs, Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs e AIDS, com prioridade na prevenção da transmissão heterossexual e transmissão vertical, através de ações que influenciem jovens mães e/ou em estado de gravidez, que estejam em situação de rua, na mudança de hábitos em relação ao exercício da sexualidade.

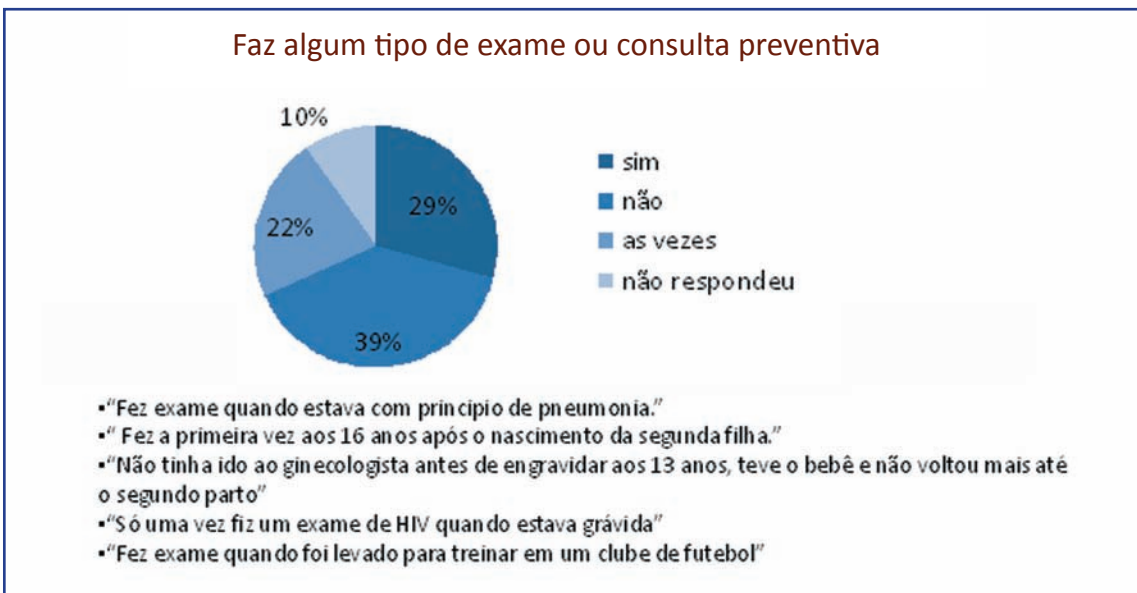
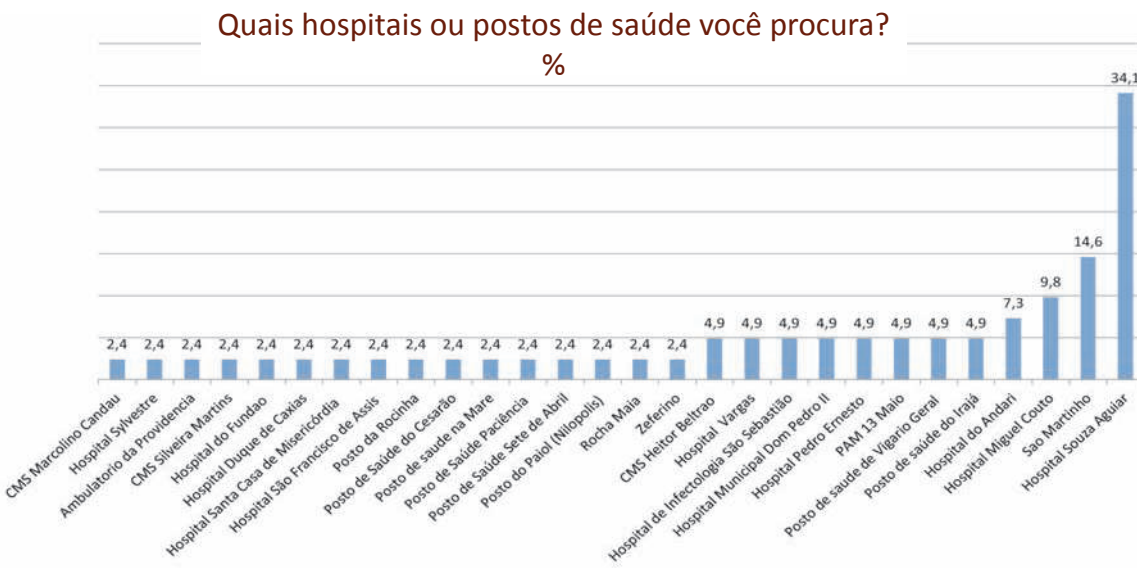
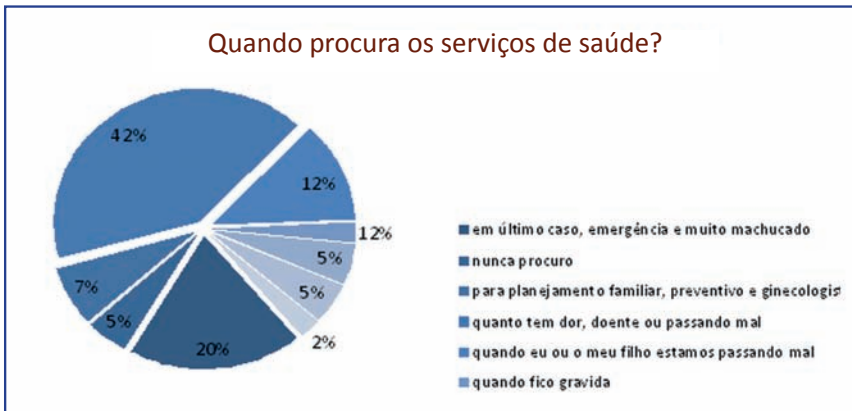
O programa mantém convênios com Unidades Básicas de saúde pública onde encaminhamos e acompanhamos as demandas específicas de diagnósticos e tratamento de doenças. Os desafios enfrentados são: falta de medicamentos, demora na realização de exames e falta de continuidade dos tratamentos necessários por parte do grupo.

Em 2008, a instituição realizou um diagnóstico sobre as condições de saúde dos jovens que naquele período estavam em situação de rua. Os dados em relação ao sexo feminino são referentes ao grupo de jovens mães que estavam começando a fazer parte do Programa Jovens Mães.

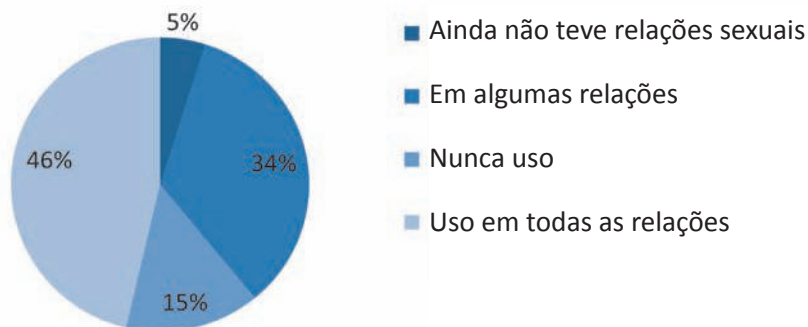
Diagnóstico das principais dificuldades encontradas no acesso as unidades e programas de saúde pelas crianças e adolescentes em situação rua.

Dados dos entrevistados





Usa ou não usa camisinha?



Do ponto de vista das questões relativas à saúde, utilizamos como norteadora a definição proposta pela Organização Mundial de Saúde: saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença e enfermidade (OMS). Esta afirmação também reforça a ideia de que a saúde é um direito humano fundamental.

A Organização Mundial de Saúde define como promoção da saúde o processo que permite às pessoas aumentar o controle e melhorar a sua saúde. A promoção da saúde representa um processo social e político, não somente incluindo ações direcionadas ao fortalecimento das capacidades e habilidades dos indivíduos, mas também ações direcionadas às mudanças das condições sociais, ambientais e econômicas para minimizar seu impacto na saúde individual e pública. Entende-se por promoção da saúde o processo que possibilita às pessoas aumentarem seu controle sobre os determinantes da saúde e através disto melhorar, sendo a participação das mesmas essenciais para sustentar as ações de promoção (HPA, 2004).¹³

Na temática da sexualidade sempre procuramos trabalhar no sentido do conhecimento sobre o tema, da vivência consciente de cada um de sua sexualidade, da prevenção ao risco das doenças e da gravidez indesejada. Ao longo do desenvolvimento do Programa Jovens Mães, isso foi deixando de ser uma questão de acesso e domínio da informação, para uma necessidade de mudança de comportamento da vivência da sexualidade, ou seja, o “cuidado de si”, que, na perspectiva de Foucault (2009), antecede ao trabalho das ações de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTs, Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs, HIV/AIDS.

Na perspectiva foucaultiana, o sentido desse cuidado, “cuidado de si (*epiméleia heautoû*)” é assim expresso: “é preciso que te ocupes contigo mesmo, que não te esqueças de ti mesmo, que tenhas cuidado contigo mesmo”. O mesmo remete ao período socrático-platônico, remete ao cuidado como uma espécie ou aplicação concreta, precisa e particular da regra que vinculava todo o cuidado de si mesmo. Deste modo, o ocupar-se consigo mesmo indica uma relação “singular, transcendente, do sujeito em relação ao que o rodeia, aos objetos que dispõe, como também aos outros com os quais se relaciona, ao seu próprio corpo e, enfim, a ele mesmo” (FOUCAULT, 2010, p. 50).

Apresenta uma complexidade maior, o cuidado de si aparece em uma teia de relações sociais, válido para todos, em todo o tempo e em todos os lugares.

13. HEALTH PROMOTION AGENCY FOR NORTHERN IRELAND. What is Health Promotion, 2004. Acessado em setembro de 2015.

Foucault afirma que, nessa perspectiva, ter cuidados consigo mesmo “é um princípio válido para todos, todo o tempo e durante toda a vida” (p.53). O cuidar de si durante toda a vida caracteriza-se como um princípio de formação do sujeito, durante a juventude, para preparar-se para a vida e, na velhice, para rejuvenescer:

Essa atividade de ter cuidados com a própria alma deve ser praticada em todos os momentos da vida, quando se é jovem e quando se é velho. Entretanto, com duas funções diferentes: quando se é jovem trata-se de preparar-se para a vida, armar-se, equipar-se para a existência; e no caso da velhice, filosofar é rejuvenescer, isto é, voltar no tempo ou, pelo menos, desprender-se dele, e isso graças a uma atividade de memorização que, para os epicuristas, é a rememoração dos momentos passados (FOUCAULT, 2009, p. 80-81).

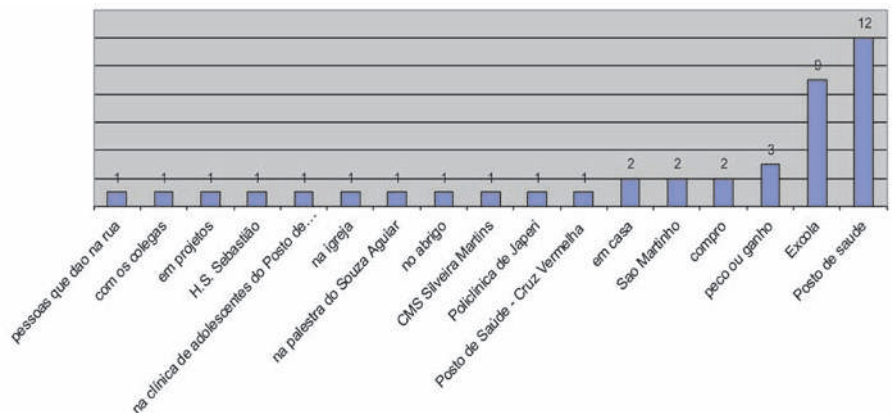
Percebe-se que a relação de corpo e cuidado de si para Foucault envolve o corpo em uma unidade corpo-alma, que precisa ser compreendido de um modo integral, pois um elemento está inteiramente conectado com o outro. Portanto, é fundamental a ocupação de si mesmo de forma não instrumental da alma com seu próprio corpo e vice-versa. O autor defende que o cuidado com o corpo enquanto sujeitos de ação é um investimento nas práticas de si que cada ser humano não pode dispensar a si próprio, pois se constituem em preocupações de várias ordens, que são elas: “o medo do excesso, a economia do regime, a escuta dos distúrbios, a atenção detalhada ao funcionamento, a consideração de todos os elementos (estação, clima, alimentação, modo de vida) que podem perturbar o corpo e, através dele, a alma” (FOUCAULT, 2009, p.62).¹⁴ A partir da apropriação da escrita do filósofo Foucault, entende-se que a prática de si envolve o sujeito de forma que se constitua face a si próprio, que se reconheça como alguém que precisa ser cuidado, seja por si próprio ou que dispense a quem tem capacidade para fazê-lo.

4.2.1. Concurso Camisinha na Cabeça

Sem camisinha não dá! (Tema escolhido no concurso melhor frase de prevenção às DSTs /AIDS)

A vivência da sexualidade, de forma consciente, era um assunto abordado em nosso trabalho nas temáticas sobre sexo, sexualidade doenças sexualmente transmissíveis. Inicialmente, trabalhávamos com o grupo o conhecimento do próprio corpo e de sua sexualidade. seguida, as informações sobre formas de transmissão e de proteção às doenças e à gravidez indesejada.

Onde consegue camisinha?



14. 12 Idem.

Com a criação, no final dos anos 1990, de políticas públicas de prevenção às DSTs/AIDS entre meninos e meninas em situação de rua, através do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde (atualmente Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais), bem como a criação de articulações nacionais em torno dessa temática, possibilitaram a ampliação do acesso às informações e aos preservativos. Essa ampliação de informações e de acesso não foi o suficiente para reduzir a alta vulnerabilidade de infecções ao HIV. Conforme a publicação do UNICEF (2011), *Tecendo redes: uma experiência de prevenção de DST/aids entre meninos e meninas em situação de rua*, um estudo sobre o comportamento sexual entre 161 adolescentes em situação de rua na cidade de Porto Alegre os dados apontaram que 9,1% dos participantes que haviam realizado o teste sorológico para HIV relataram ter obtido resultado positivo e, entre os que haviam tido relações sexuais, 9,5% tiveram alguma doença sexualmente transmissível no último ano.

Neste sentido, com a percepção de que nossas ações deveriam ampliar o debate em relação à essa temática pela necessidade de incorporar mudanças comportamentais. Nossas campanhas e material informativo foram elaborados com a participação das jovens mães, trabalhando informações e reflexões sobre a importância do uso do preservativo nas relações sexuais do grupo, pois verificamos que, na maioria das relações, muitas vezes por preconceito e falta de informação, o preservativo não era usado. Nesse sentido, a cada ano era realizado com o grupo um concurso de frases sobre prevenção nas relações sexuais. As melhores frases eram estampadas em camisetas cartazes: “Seja mulher! Diga NÃO para a AIDS”, “Sem camisinha não dá!”, etc.

Nas discursões sobre os riscos do não uso de preservativos, dois temas eram os mais relatados pelo grupo, o primeiro referia-se ao “esquecimento” de portar o preservativo/caminsinha, e que na hora que surgia a possibilidade da transa, nem elas, muito menos os meninos, portavam a camisinha; outro era que o tamanho dos pênis dos parceiros “eram sempre maiores do que o tamanho que os preservativos indicavam” e que, portanto, “com elas os preservativos sempre estouravam”(sic). Objetivando dar conta dessas demandas, criamos duas novas ações: primeiro, que o “estouro da camisinha” estava centrado no seu mau uso e, dessa forma, passamos a utilizar ensinar várias técnicas de manuseio correto do preservativo. A outra iniciativa foi criada a partir de uma frase de uma jovem: “a camisinha tem que estar no pau/ pênis, e não guardada em casa. Pensamos então na iniciativa de fazer com que as meninas lembrassem de portar o preservativo e impor seu uso na hora da transa. Dessa forma nasce o “Concurso Camisinha na Cabeça”, que teve várias edições. Com a criação do Salão Escola de Beleza Afro, que tinha como foco a formação técnica em penteados afros, foi incorporada ao concurso. O concurso consistia que através do domínio da técnica dos penteados afros as jovens criavam e concorriam ao prêmio dos melhores penteados, utilizando o uso dos preservativos. Essa ornamentação era

feita em forma de penteado na cabeça de uma participante do grupo. E através de um desfile das ornamentações “camisinha na cabeça” uma forma de lembrar de incluir o preservativo, junto com o batom, a escova de dentes, etc. O júri elegia os melhores penteados “camisinha na cabeça”. Antes e depois do concurso as estratégias criadas eram refletidas e analisadas no grupo. A mensagem era de que as meninas não têm que esperar o homem ter a camisinha mas podem portar o preservativo da mesma maneira que levam o batom na bolsa.

Os desafios em mudar o comportamento sexual envolvem questões afetivas, emocionais e de autoestima, portanto, só informação não é suficiente. O machismo também perpassa essa questão, pois, normalmente é o homem quem define, com quem faz uso ou não do preservativo, e a mulher, geralmente, tem pouco poder nessa decisão. Por isso, a perspectiva é de ampliar a autonomia da mulher, para assumir o slogan que o grupo das jovens mães criaram: “SEM CAMISINHA NÃO DÁ”.

4.3. Direitos Humanos e Violência Doméstica: Experiência da Campanha “Não Bata, eduque!”

“Amadureci mais, estou mais mulher, mais mãe e não bato mais no meu filho, eu educo. Eu também batia no meu irmão e nem bato mais nele. Antes eu era rebelde.”

Camila – Programa Jovens Mães.

“Aprendi como criar meu filho e educar, antes eu batia muito no meu irmão de 06 anos e agora eu parei.”

Monique – Programa Jovens Mães.

A visibilidade da violência de gênero, no âmbito doméstico, demanda o reconhecimento da violência contra a mulher enquanto uma violação de direitos humanos, uma violação que acarreta sérios danos à saúde física e psíquica das vítimas e, como tal, exige intervenção coordenada e interdisciplinar, tanto quanto qualquer outro problema social enfrentado em nível institucional. Em outras palavras, é preciso desprivatizar o conflito de gênero, tornar evidente e palpável a relação de poder imposta mediante a violência no âmbito doméstico.

E é exatamente isso o que pretende a Lei 11.340/06, também conhecida como “Lei Maria da Penha”, instrumento normativo que teve por escopo oferecer tutela integral à mulher vítima de violência doméstica, contemplando não apenas medidas diferenciadas de natureza penal e processual penal, como também medidas protetivas à vítima, seus familiares e eventuais testemunhas (artigos 18º a 24º). Complementando a rede de políticas públicas necessárias ao enfrentamento do problema, a Lei Maria da Penha enumera ainda medidas

de prevenção e conscientização de caráter genérico – campanhas educativas – e específico – sensibilização dos operadores de direito, acadêmicos e policiais (artigo 8º), bem como de assistência às vítimas de violência (artigo 9º).

No desenvolvimento do Programa Jovens Mães, após refletir com cada grupo sobre os diversos tipos de violência, as jovens manifestam em diagnóstico individual os tipos de violências já sofridas por cada uma delas. Como podemos constatar em sua grande maioria, 185 adolescentes e/ou jovens relataram já terem sofrido violência física, 67 relataram terem sofrido violência psicológica e 45 mulheres adolescentes e/ou jovens já foram vítimas de violência sexual.

GRÁFICO 15

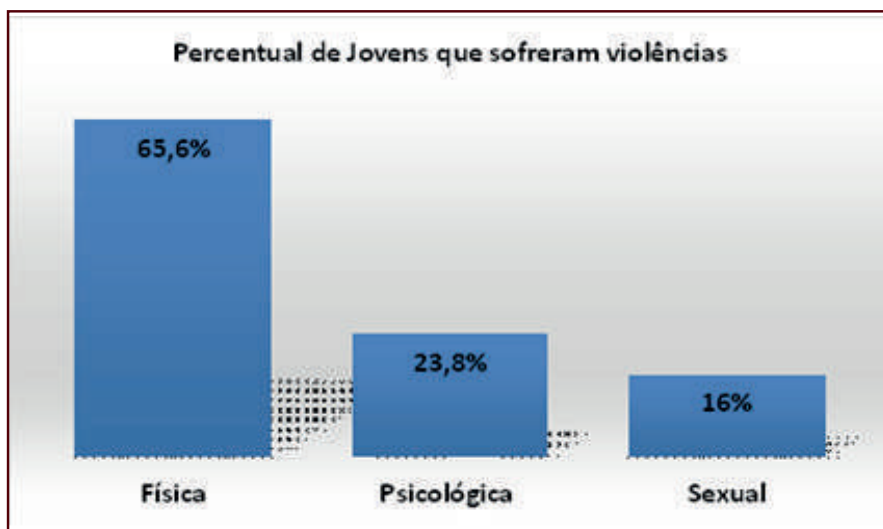


Tabela – Gráfico 15

Já sofreu violência	Quant.	%
Física	185	65,6
Psicológica somente	67	23,8
Sexual	45	16,0

O projeto Direitos Humanos é um projeto presente no Programa Jovens Mães desde o seu início, pois esse é um grupo que convive cotidianamente com violação de seus direitos e de seus filhos. Entre as maiores violações está a falta de acesso aos serviços básicos de saúde, à educação, à habitação, ao emprego, a violência policial, violência sexual e doméstica. As ações desenvolvidas no Projeto Jovens Mães destacam a parceria da instituição com dois Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECAs), para onde são encaminhados e acompanhados os casos que necessitam de acompanhamento jurídico. Também de grande relevância é a participação do grupo em diversas campanhas sociais,



sendo destaque a participação do grupo no relatório de monitoramento da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em todas as edições das comemorações do ECA.

Em especial narraremos, em seguida, a participação do grupo, em 2008, da campanha denominada “Não bata, eduque”.

As jovens mães foram estimuladas a participar da Campanha Não Bata, Eduque, que é uma campanha a favor do direito das crianças e contra os castigos físicos e humilhantes, visando contribuir para a erradicação dessa prática de modo a reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos de direito.

A metodologia adotada consistiu na conceituação da história da luta pelos direitos humanos a partir da 2ª Guerra Mundial, criação da ONU, 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) e das diversas legislações e pactos em defesa desse público. Refletimos sobre o Brasil como signatário e não cumpridor de todas as medidas para a proteção desses direitos.

Durante os relatos, algumas dores foram revividas, mas elas contaram com o acolhimento do grupo. Para algumas, aquele havia sido o primeiro momento em que conseguiram falar sobre o assunto. O elenco de agressões foi categorizado por elas como físicas e psicológicas. Mencionaram surras de fio, vara de goiabeira, correia de forrar sofá, borracha de água, cinto, corrente de cachorro, cabo de vassoura, martelo, toalha quente, espada de São Jorge e a colocação de ovo cozido fervendo na mão. As violências psicológicas foram as que mais emocionaram. Falaram sobre humilhação, desqualificação, calúnia, difamação e ameaça. Depois da catarse coletiva, foram pensadas estratégias para que essas histórias não se repetissem com seus filhos. Naquele momento, o grupo avaliou que ainda não estava pronto para aderir à campanha e decidiram estabelecer o prazo de um mês para a apresentação de propostas de educação que não incluíssem nenhuma forma de violência. No período realizamos dois encontros onde foram apresentados dois filmes sobre experiências de cuidados com as crianças, sem o uso de violência. Também houve depoimentos de algumas jovens sobre experiências positivas que viveram com os filhos, onde o castigo físico foi substituído por uma ação educativa.

ESTUDO DE CASOS:

Caso 1 – O filho de 08 anos teve permissão para usar o DVD da casa e o quebra. A jovem mãe fica fora de si, e fica dois dias com raiva da criança, mas não bate, pedindo ao filho que se mantenha afastado dela fisicamente. Ela examina o DVD e consegue fazê-lo voltar a funcionar. Fica muito emocionada e reflete que, se tivesse batido no filho, ele estaria quebrado e o DVD não. Abraça

muito o filho e pede desculpas a ele por ter ficado dois dias sem falar com ele e por quase ter batido nele. A criança diz à mãe que fica sempre muito feliz quando vê a mãe satisfeita e que ela é linda quando sorri.

Caso 2 – Durante a apresentação do filme, uma criança quer ficar deitada no colo da mãe, mas esbarra com força na perna da mãe que reage apertando com força a bochecha da criança e briga com ela na frente de todos. A criança se esconde e chora baixinho, visivelmente envergonhada. O grupo reage, cobrando da jovem um pedido de desculpas à filha. Ela pega a filha no colo e a acalenta explicando que reagiu daquela forma porque havia sentido dor na perna. Houve discussão no grupo, que identificou a situação vexatória mais grave do que o apertão na bochecha. A mãe comentou nos encontros seguintes, que nunca mais procedeu com violência e que ela e a filha estão muito bem. Que foi repreendida pela filha, que a lembrou que não deve bater e sim conversar. Esse momento foi crucial para ela cair em si. Ela diz que foi a filha que lhe ensinou.

Caso 3 - A criança de 03 anos na hora do almoço precisava levar umas palmadas para comer tudo. A mãe providenciou uma mesinha com cadeirinha da altura da filha e não deixa mais a televisão ligada na hora da refeição. A criança agora come tudo sem precisar apanhar.

No dia marcado para a adesão do grupo à campanha, nova reflexão foi feita sobre novas práticas de educação vividas por elas e cinco jovens declararam não estar preparadas para assinar o termo de compromisso. Essa atitude foi muito discutida e houve consenso de que a decisão deveria ser prorrogada para o mês seguinte.

Finalmente, conseguimos que dezessete das vinte meninas assinassem o termo de compromisso, sendo fundamental declarar que as outras três preferiram esperar mais um período, apesar de não estarem batendo nos filhos. Elas alegaram que a campanha é um compromisso muito sério e que por estarem passando momentos muito difíceis, têm medo de cometer algum ato violento contra os filhos. Combinamos que o empenho de mudança permanece e que, em breve, integrarão o grupo na assinatura da campanha.

Consideramos que o processo todo foi muito intenso e que as jovens manifestaram grande responsabilidade com essa questão. Não encararam como um simples papel com assinaturas e sim uma mudança de postura diante do mundo. Elas sofreram muito, pois sabiam que haviam recebido maus-tratos e que reproduziam nos filhos. Mudar esse comportamento foi um exercício difícil, pois tiveram que reviver suas dores e seus algozes. Merecem todo o nosso reconhecimento. ■



ESCOLA DE BELEZA
AFRO

ESCOLA DE BELEZA
AFRO

ESCOLA DE
AFRO

5

PROTAGONIZANDO AÇÕES AUTÔNOMAS: A EXPERIÊNCIA DO SALÃO ESCOLA DE BELEZA AFRO E DOS GRUPOS ASSOCIATIVOS DE GERAÇÃO DE RENDA

O Salão Escola de Beleza Afro nasceu a partir das demandas trazidas pelas jovens mães em situação de rua atendidas na instituição. A opção pelas ruas muitas vezes vem acompanhada da necessidade de geração de renda e garantia de sustento. A interação com as jovens mães revelou que, além de trabalhar com informações sobre saúde e cidadania, deveríamos criar oportunidades para que as jovens pudessem atingir sua autonomia e garantir o seu sustento. No início a ideia das jovens mães era utilizar esse espaço para “alisar o cabelo”, cortar à “máquina zero”, os cabelos dos filhos e companheiros. Fomos problematizando essa questão da estética das pessoas brancas, e estética das pessoas negras, estudando com elas nossas origens africanas, a identidades étnicas raciais, e o grupo vai mudando a identidade daquele lugar de embelezamento, para um lugar também de afirmação cultural.

Através de levantamento realizado com os grupos, as jovens solicitaram oficinas de cabeleireiro e manicura como forma de geração de renda que poderia ser exercida em suas comunidades, não necessitava de alta escolaridade e permitiria manter os filhos por perto. Essa profissão parecia a mais adequada para as meninas nessa saída imediata das ruas. Vejamos a situação de precariedade na relação com o trabalho e/ou geração de renda das jovens do projeto.

GRÁFICO 16

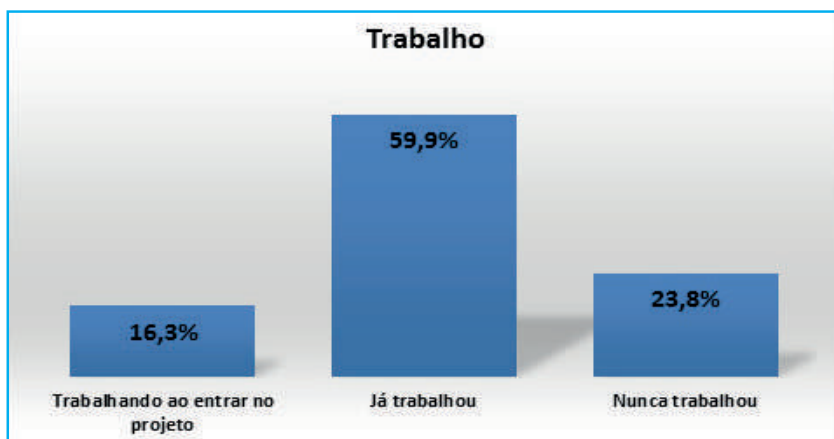


Tabela – Gráfico 16

Trabalho	Quant.	%
Trabalhando ao entrar no projeto	46	16,3
Já trabalhou	169	59,9
Nunca trabalhou	67	23,8
Total	282	100

GRÁFICO 17



Tabela – Gráfico 17

Jovens que fizeram curso profissionalizante anterior ao projeto	Quant.	%
Sim	78	27,7
Não	204	72,3
Total	282	100

Principais tipos de trabalho citados
Acompanhante de Idoso
Ajudante Cozinha e restaurante
Atendente
Auxiliar de serviços gerais
Babá
Camelô
Diarista
Doméstica
Em projetos sociais (bolsistas)
Engraxate
Entregadora de panfletos nas ruas
Exploração sexual -Garota de Programa
Manicure
Vendedora (doces, balas, água e refrigerantes nas ruas)

Diante da baixa escolaridade das jovens, da maternidade e de não ter políticas públicas de creche e de formação técnica para o desenvolvimento de uma profissão, em sua grande maioria a relação de trabalho destas jovens é no mercado informal. Em situações de falta de segurança e remuneração precária.

Em 2001, iniciamos as oficinas de cabeleireiro e técnicas Afro dentro do Projeto Jovens Mães como forma de trabalhar autoestima e como projeto piloto de profissionalização.

O sucesso foi tão grande que, em 2003, com apoio da Visão Mundial, conseguimos comprar uma sede própria para funcionar o Salão Escola de Beleza Afro, localizado na Praça Tiradentes, centro do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano capacitamos 20 jovens.

Em 2004, capacitamos 40 jovens para o mercado de trabalho. Nesse ano também implementamos uma experiência de Salão Escola em uma das comunidades de referência de parte do grupo das jovens. Os professores desse polo foram jovens profissionais qualificadas pelo Salão Escola de Beleza Afro. Em 2005, o Salão Escola de Beleza Afro funcionou apenas como local de sensibilização das jovens mães para o mundo do trabalho. Devido à falta de financiamento para abriremos turmas profissionalizantes; em 2006-2007, capacitamos 20 jovens e potencializamos um grupo de geração de renda formado por 10 jovens. Em 2008, capacitamos 40 jovens e formamos e acompanhamos dois grupos de produção, sendo um desses polos de produção em uma comunidade de onde advém a maior parte do grupo que nesse ano participou das capacitações. Essa comunidade tem grandes necessidades de serviços básicos e convivem com alto índice de violências. Em 2008, o Salão Escola de Beleza Afro trabalhou com o **Projeto Mulheres Protagonistas Sociais: Trançando novas Histórias**. Tendo os seguintes objetivos e ações:

1. OBJETIVO GERAL

Contribuir na diminuição da vulnerabilidade feminina de jovens em situação de rua, oferecendo capacitação profissional e geração de renda, articulando essas ações com a Rede de Serviços, com o Sistema de Garantia dos Direitos, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários.

2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Capacitação profissional

- Oferecer para jovens do sexo feminino um módulo básico de oficinas de capacitação voltadas para as temáticas: autoestima do grupo: valores e potencialidades; higiene pessoal e profissional, noções de criação de grupos associativos, economia popular e solidária;

- Oferecer para jovens do sexo feminino, aulas teóricas e práticas através de capacitação profissional de cabeleireiro nas seguintes áreas: corte, escova, hidratação e técnicas de penteados afros;
- Proporcionar estágios para reforço da experiência prática – aulas práticas;
- Proporcionar a organização de grupos de prestação de serviços na área capacitada – oficinas;
- Realizar encaminhamentos para acessar a rede pública e de organizações não governamentais de serviços sociais, educacionais, saúde e garantia de direitos.

3 - GRUPO DE GERAÇÃO DE RENDA

- Criação de grupos de jovens já capacitadas para gerarem renda e autogestão;
- Oferecer, através de capacitações, informações sobre venda de serviços, cooperativismo e grupo associativo, propaganda e marketing de produtos. Utilizar o salão para atendimento externo;
- Criar material de divulgação de serviços;
- Realizar parcerias para venda de serviços em feiras e eventos;
- Proporcionar geração de renda através da venda de serviços através do salão escola;
- Doar KIT de material de trabalho contendo o material necessário para que as jovens possam gerar renda.

4 - CAPACITAR GRUPOS

- O grupo associativo de produção está apto para oferecer capacitação para outros grupos sobre a história dos penteados afros e ensinar técnicas de diversos tipos de penteados.
- A capacitação consiste em apresentação teórica sobre a temática raça e beleza negra e oficina de demonstração da técnica de diversos penteados afro. ■



RESULTADOS

“É bom a gente apreende um bocado de coisas, gostei dos passeios, das palestras e do filme que falava sobre as mães.”

Jéssica Passos - Programa Jovens Mães.

“Gosto de conversar e estar perto dos meus filhos e poder passear com eles.”

Dayane - Programa Jovens Mães.

Apresentaremos alguns resultados desses anos de trabalhos, levando em conta que o processo explanado até aqui faz parte do que nos propomos a realizar. Destacaremos alguns dados apenas no sentido de reforçar a eficácia de iniciativas como essa. Começamos apresentando alguns resultados subjetivos que são de grande relevância para a mudança de vida do grupo:

- . Aumento da autoestima;
- . Protagonismos/ vontade e capacidade para o desenvolvimento de ações na vida e na comunidade;
- . Utilização da ferramenta do diálogo, como um instrumento importante de conquistas;
- . Capacidade para falar de si;
- . Aumento na afetividade e cuidado dos filhos;
- . Aumento das ações de solidariedade para com os outros;
- . Empoderamento das condições do gênero feminino;

Agora apresentando resumidamente dados quantitativos, temos:

SAÚDE

- 90% das jovens grávidas ou que engravidaram no período do Projeto fizeram pré-natal;
- 98% das jovens fizeram preventivo ginecológico com encaminhamento e acompanhamento do Projeto;
- 100% conheceram e passaram a acessar a Rede de Saúde Pública;

- 70% das jovens a partir da inserção no Projeto aderiram ao planejamento familiar, aderem a algum método contraceptivo;
- Nenhum caso de mortalidade neonatal durante a participação no Projeto;
- 90% das crianças não tiveram casos de desnutrição;
- 100% das crianças com a carteira de vacinação em dia;
- Mudanças comportamentais importantes no que se refere à adesão a tratamentos de saúde, em caso de DST/AIDS/HIV.

GARANTIA DE DIREITOS

- 70% dominam de forma razoável seus direitos sociais;
- 98% de regulamentação de documentos de mães e filhos;
- 50% dos grupos tiveram visitas domiciliares;
- 90% dos casos de violação de direitos e pendências jurídicas encaminhados para Centro de Defesas e Defensoria Pública.

EDUCAÇÃO

- 50% das jovens retornaram à escola no Programa de Aceleração da Escolaridade;
- 98% dos filhos em idade escolar matriculados;
- 80% das crianças de 0 a 6 anos inseridos em creches;
- 86% das jovens participaram das oficinas de capacitações oferecidas no Projeto;
- 40% foram capacitadas como multiplicadores sociais e agentes de saúde.

AUTONOMIA E GERAÇÃO DE RENDA

- 60% das jovens inseridas em programas de renda mínima/ bolsa família;
- 98% de redução de “moradia de rua” no número de jovens que no período do Projeto estavam nessa condição;
- 78% de redução da condição de “situação de rua”. Significa que 78% das jovens após serem atendidas pelo Projeto deixam de ter a rua como única referência de sobrevivência.
- 70% das jovens inseridas em curso profissionalizante de cabeleireiro e técnicas de penteados Afro. ■



6

VIVÊNCIAS DO COTIDIANO: RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Autor(as): Elizabeth Serra e Joelma da Silva de Andrade
Instituição: Associação EXCOLA / Programa Jovens Mães Data: 30.10.2008
Título: Acreditar Sempre!
Texto: <p>A jovem Joelma mora atualmente com as filhas Jennifer, Mayara, em uma comunidade no bairro de Santa Cruz, periferia da cidade do Rio de Janeiro. Joelma foi pela primeira vez às ruas do centro da cidade com 07 anos de idade vender doces para ajudar os pais nas despesas da casa. O pai trabalhava de pedreiro, naquele momento desempregado e a mãe, dona de casa, cuidava dos filhos menores.</p> <p>O interesse pela rua surgiu da necessidade de trabalhar para ajudar os pais, como já conhecia outras crianças que também já eram vítimas do trabalho infantil, junto com outras crianças ia às ruas para trabalhar, no início ficava durante todo o dia e retornava para casa à noite. O pai de Joelma não sabia que a mesma estava envolvida nessa atividade e, ao descobrir, agrediu fisicamente Joelma. Como a mesma já conhecia outras crianças vítimas de violência doméstica e que estavam vivendo nas ruas, Joelma decidiu voltar para a rua, dessa vez não mais retornando para a casa de seus pais.</p> <p>Joelma passou por muitas dificuldades vivendo nas ruas, nesse período passou por vários acolhimentos institucionais, até que um dia soube da notícia de que o irmão mais velho havia sido assassinado e resolveu voltar para casa, com o objetivo de dar apoio à família. Sua volta gerou alguns conflitos onde foi vítima novamente de violência doméstica, resultando na sua saída definitiva da casa da família. Aos 16 anos engravidou e estava vivendo em um abrigo quando soube por uma amiga da existência do projeto Programa Jovens Mães. Aos 17 anos estava grávida e participando do projeto, e segundo Joelma, “de lá para cá sua vida tomou outro rumo”. Após participar do projeto durante um ano, a jovem se destacou e foi escolhida pela equipe para ser agente de saúde, participava de um programa de rádio comunitária denominado jovens mães, onde falava sobre DST/AIDS/HIV e ações de prevenção, e os temas de demanda do grupo.</p> <p>O projeto Programa Jovens Mães proporcionou a Joelma realizar um grande sonho: se profissionalizar como manicura por uma instituição superconceituada. Após esse investimento, Joelma retornou à instituição onde também se especializou em técnicas de penteados afro, no Salão Escola de Beleza Afro. Hoje Joelma é professora no Salão Escola de Beleza Afro e uma das coordenadoras de um dos grupos de produção do projeto Mulheres Protagonistas Sociais: Trançando Novas Histórias.</p>
Lição Aprendida: Gerar oportunidades e acreditar sempre nas potencialidades humanas.
Palavras-chave: Luta, Garra, força de viver.

Autor(es): Denise Silva Couto
Instituição: Associação EXCOLA / Programa Jovens Mães
Data: 30.10.2008
Título: Profissional Aprendiz
Texto: <p>As histórias das adolescentes e jovens que participam e participaram do projeto Programa Jovens Mães são bem parecidas. A maioria sofre vários tipos de abandono e mora em comunidades afastadas dos grandes centros urbanos, com grandes necessidades de saneamento básico, e em condições de vida muito precárias. Essas situações de vulnerabilidades sociais fazem parte de uma história que reproduz em muito a trajetória de vida das mães dessas jovens, que também foram vítimas do trabalho infantil. Atendemos a segunda e terceira geração de jovens mães que tiveram que trabalhar desde a infância para sobreviver. Elas têm nas ruas dos grandes centros urbanos o único meio de sustento e sobrevivência.</p> <p>A rua não é a opção mais fácil ou mais cômoda, é de fato a única opção de vida, diante da falta de políticas e programas públicos que garantam o direito dessas famílias a uma situação de vida digna.</p> <p>A cada dia aprendemos com os grupos, a ouvir e a respeitar suas histórias, a compreender os estágios e processos em que cada jovem ou adolescente se encontra.</p> <p>Temos histórias de progressos e retrocessos, nós da equipe de profissionais do projeto somos apenas facilitadores do processo, mas o sucesso é mérito delas, que, apesar de tão jovens, passaram por tantas perdas, rejeições, violências. Mas a cada dia conseguem forças para reverter esse quadro.</p> <p>Acreditamos na potencialidade das adolescentes e jovens e nos seus filhos, mas sabemos que isso só não basta, todas elas têm o direito a ter oportunidades para se desenvolverem plenamente.</p> <p>Ficamos felizes de fazer parte da vida de cada uma delas, contribuindo para os avanços significativos e mudanças de vida merecidas.</p>
Lição Aprendida: Aprendemos cotidianamente com cada história que nos permitimos fazer parte.
Palavras-chave: Partilhar, Aprender a viver.





Autor(es): Denise Silva Couto
Instituição: Associação EXCOLA / Programa Jovens Mães Data: 30.10.2008
Título: A solidariedade não tem cara
Texto: <p>Tive a oportunidade de conhecer a jovem Gracinha quando ela começou a fazer parte de um dos grupos do projeto Programa Jovens Mães. A mesma já havia passado por vários acolhimentos institucionais/abrigos, mas morou a maior parte da sua vida nas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro. Por conflitos e sofrer violência por parte de grupos não institucionais armados que comandavam a comunidade onde sua família mora, a mesma não teve outras opções, teve que viver nas ruas. Gracinha teve seis filhos sendo que cinco deles não vivem com ela. Apenas o último filho que Gracinha teve já participando do projeto permanece com ela, já que a mesma construiu condições subjetivas e objetivas para ficar com o filho.</p> <p>A primeira vez que a encontrei estava suja, descalça e despenteada. Ao fazer parte do projeto foi melhorando a autoestima, começando a gostar de si, e vislumbrando que era possível construir uma história diferente da que até então vivia. Logo começou a participar do curso profissionalizante de beleza afro do Salão Escola de Beleza Afro, e se descobriu uma excelente profissional de técnicas de penteados afro. Destacava-se nas aulas e era elogiada pelos professores. Com o companheiro preso, e grávida, Gracinha continuava morando nas ruas, onde com apoio do projeto construía outras opções de moradia para ela.</p> <p>Em certa ocasião, fomos convidados para fazer parte de um dia de ação de solidariedade para outras pessoas que também necessitavam de ajuda, em que nosso grupo iria trabalhar voluntariamente cortando cabelo e fazendo penteados. Ao levar o convite para o grupo todas as jovens mostraram interesse em participar. Viabilizamos recursos do transporte para que as jovens chegassem até o local da atividade, nesse dia Gracinha havia faltado, entendemos que Gracinha tinha desistido de participar, na véspera do evento Gracinha me ligou dizendo que queria pegar o endereço do evento e o dinheiro do transporte para chegar até o local do evento. E comunicando que ela gostaria muito de ir ajudar outras pessoas no evento, mas que estava sem sapato e sem condições de pagar a passagem para chegar ao evento. Expliquei que como era sábado e o evento seria no domingo, que estava sem viabilidade de criar condições para ela ir ao evento. E que ela participaria do próximo evento.</p> <p>No domingo, dia da realização do evento, quando cheguei tinha uma única menina esperando para trabalhar voluntariamente. Gracinha. Sem sapato e sem recursos para pagar o ônibus ela foi a única que estava lá para cumprir o que havíamos combinado coletivamente.</p>
Lição Aprendida: Estamos sempre em condições de ajudar outras pessoas.
Palavras-chave: Solidariedade.

REFERÊNCIAS

ADUAN, W. E. O desafio do milênio. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 de janeiro. Caderno Opinião, p.7, 2003.

_____. *Políticas Integrals de redução da Pobreza: O desafio da efetividade*. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 67 p., 2004.

ALENCAR, Júlio Cesar Garcia de; JUNIOR, Carlos Augusto Alencar; MATOS, Aline de Moura Brasil. Crack Babies. Uma revisão sistemática dos efeitos em recém-nascidos e em crianças do uso do crack durante a gravidez. In: *Revista de Pediatria. SOPERJ*, v.12, n. 01, p.21-22, ago./ 2011.

ARAÚJO, V. L. A reflexão sobre a contribuição do conceito de memória na primeira parte do século XX. In: *Revista de História DIÁLOGOS*. Ano I, nº.1, p. 63-68.1997.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita; FRANÇA-JÚNIOR, Ivan; CALAZANS, Gabriela Junqueira; SALETTI FILHO, H. César. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de AIDS. In: BARBOSA, R.M. & PARKER, R. *Sexualidade pelo avesso: direitos, identidade e poder*. Editora 34,1999.

BERGSON, H. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fortes, 2002.

BHALA, A. & LAPEYRE, F. Social Exclusion: towards an analytical and operational framework. In: *Development and change*. v. 28, p. 413-433.1997.

BIASOLI-ALVES, Z. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira do século XX. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 6, n.3, p. 233-239, set./dez. 2000.

BINGEMER (Org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Edições Loyola, p. 9-19.1994.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

BRASIL. ESTATUTO DA JUVENTUDE, 2013c. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acessado em janeiro, 2016.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo Demográfico 2000.

_____. PNAD 2012. [.http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoe_rendimento/pnad2012/default_sintese.shtm](http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoe_rendimento/pnad2012/default_sintese.shtm). Acessado em janeiro de 2016.

BUARQUE, C. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.1993.

BUARQUE DE HOLANDA, A. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1993.

BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: _____. (Org.). *No meio da rua*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 27-55.2000.

CABRAL, C. *Trabalho Social com famílias*. Rio de Janeiro: Booklink Publicações Ltda. 2002.

CARVALHO, M.C. Brant de. O lugar da família na política social. In: _____. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, p. 15-22.2002.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial.2003.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.1998.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal Brasileira. In: ARANTES, A. A. (Org.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2. ed. Campinas: Unicamp, p.15-43.1993.

COSTA LEITE, L. *A magia dos invencíveis: Os meninos de rua na escola Tia Ciata*. Petrópolis: Vozes.1991.

CUNHA, M. F. Homens e mulheres nos anos 60/70: um modelo definido. In: *História: questões e debates*, Curitiba, n. 34, p. 201-222, 2001.

ECHABE, A. E. & CASTRO, J. L. G. Social Memory: Macropsychological aspects. In: U. Flick. (Editor). *The Psychology of the social*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 91-106.1998.

FARIA, A. A.C.; BARROS, V.A. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. In: *Revista Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 536-544, 2011.

FAVART-JARDON, E. *Women's family speech: a trigenerational study of family memory*. In: _____. v. 50, n. 2, p. 309-319, 2002.

FERREIRA FILHO; O.F.; TURCHIB, M.D.; LARANJEIRA, R. & CASTELLO, A. (2003). Perfil sociodemocrático e de padrões de uso entre dependentes de cocaína hospitalizados. In: *Revista de Saúde Pública*, 37(6), 751-759.

FERREIRA, V. & SILVA. J.C.(2010). *Crack e toxicomanias: dimensões subjetivas*. Recuperado em 02 nov. 2013 de <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0286.pdf>>

FERRI, C.P.; LARANJEIRA, R.R.; SILVEIRA, D.X. da; DUNN, J. & FORMIGONI, M.L.O.S. (1997). Aumento da procura de tratamento por usuários de crack em dois ambulatórios na cidade de São Paulo, nos anos de 1990 a 1993. In: *Revista da Associação Médica Brasileira*, 43(1), 25-8.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra. 1983.

_____. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FONTES, V. Apontamentos para pensar as formas atuais de exclusão. In: BOCAIUVA, P.C.C. & VEIGA, S.M. (Orgs.). *Afinal que país é este?* Rio de Janeiro: DPSA Editora, p.118-135.1999.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. 10. reimpr. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

GADOTTI, Moacir. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária. Conceitos e Práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. In: *Revista Diálogos/ Universidade Católica de Brasília*, v.1, n.1 (set./2012). Brasília: Universa, 2002.

GENOFRE, R. M. Família: uma leitura jurídica. In: CARVALHO, M.C. Brant de (Org.). In: *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, p. 97-104. 2002.

GOES DE OLIVEIRA, J. L. Exclusão social: questões conceituais e doutrinárias. In: *O Social em Questão*. v.2, n. 2, p. 15-28.1997.

GÓMEZ, J. M. Globalização da política: mitos, realidades e dilemas. 1999. In: HALBWACHS, P.M. (1925; 1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Édition Albin Michel.1999.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.1990.

JEDLOWSKI, P. Collective memories. In: Small-Group Meeting on Collective Memory, Bari. *Proceedings*, p.23-30.1997.

_____. Memory and Sociology: themes and issues. In: *Time & Society*. v. 10(1), p. 29-44.2001.

JESUS, C. M. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 8. ed. São Paulo: Ática.2001.

JODELET, D. Pensée et mémoire sociale. In: _____. (Editor). *Manuel de Psychologie Sociale*. Paris: J. P. Petard, p.111-159.1999a.

_____. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, p. 53-66.1999b.

JOUTARD, P. História Oral: balanço e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M.M. & AMADO, J. (Orgs.). *Usos e Abusos da história Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 45-61.2000.

KARAWEJCZYK, M. Mulheres, modernidade e sufrágio: uma aproximação possível. In: *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*. ano. 4, v. 4, n.4, out./nov./dez. 2007.

LANG, A. História Oral: Muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, J. C. S. (Org.). *(Re)Introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, p. 33-48.1996.

LIMA, S. C. *Trabalho doméstico: uma trajetória silenciosa de mulheres*. Rio de Janeiro: Virtual Científica.2003.

LOPES, J. R. Exclusão social e controle social: estratégias contemporâneas de redução de sujeitividade. In: *Revista Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 18, n, 2, p.13-24, 2006.

MACHADO, Rita de Cássia de Fraga. Autonomia. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.) *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MACEDO, M. S. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. In: *Caderno CRH*, Salvador, v 21, n. 53, p.389-404, 2007.

MAIOLINO, A. L. G.; MANCEBO, D. Análise histórica da desigualdade, marginalidade, segregação e exclusão. In: *Revista Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, 2005.

MANZINI-COVRE, M. L. A família, o “feminino”, a cidadania e a subjetividade. In: CARVALHO, M.C. Brant de (Org.). *A família contemporânea em debate*. 4.ed. São Paulo: Cortez, p. 105-122. 2002.

MARTINS, J. S. Exclusão Social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus. 1997. In: Fundação Getúlio Vargas. *Mapa do fim da fome*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2001.

MELO, S. Leser de. Família: perspectiva teórica e observação fatural. In: CARVALHO, M. C. Brant de (Org.). *A família contemporânea em debate*. 4.ed. São Paulo: Cortez, p. 51-60. 2002.

MENDONÇA, R. O paradoxo da miséria. In: *Revista Veja*, Edição 1735, n. 3, 23 de Janeiro, p. 82-93. 2002.

MONTENEGRO, A. T. O desvelar da pesquisa. In: MONTENEGRO, A. T.; FEITOSA, M. F.; LIMA, J. S. (Orgs.). *Senhores da rua: o imaginário dos meninos e meninas de rua da cidade de Rio Branco*. Rio Branco: Globo Editora, p.162-168.1996.

MOSCOVICI, S. The phenomenon of social representation In: FARR, R. & MOSCOVICI, S. (Editores.). *Social representations*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 3-70. 1984.

NAIFF, L.A.M. *A maioridade e o ser adulto na representação de adolescentes e jovens em situação de rua*. Dissertação de Mestrado não publicada em Psicologia e Práticas Sócio-Culturais: Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.2000.

NAIFF, L. A. M. & NAIFF, D. G. M. *A favela e seus moradores: culpados ou vítimas?* Representações sociais em tempos de violência. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, v.5, p. 107-119, 2005.

NAIFF, L. A.; MIGUEZ-NAIFF, L. A.; SÁ, C. P. de. De mãe para filha, o legado da exclusão social: um estudo de memórias autobiográficas. In: *Memorandum*, Belo Horizonte, v. 13, p. 88-99, 2007.

NAIFF, L. A. M.; SÁ, C. P. de; NAIFF, D. G. M. Preciso estudar para ser alguém: memória e representações sociais da educação escolar. In: *Paideia*, Belo Horizonte, v. 18, p. 125-138, 2008.

NAMER, G. *Mémoire et Société*. Paris: Méridiens Klincksieck.1987.

NASCIMENTO, E. P. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade? In: DOWBOOR, L.; IANNI, O. & RESENDE, P. (Orgs.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, p. 55-67. 1997.

_____. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (Org.). *No meio da rua*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 56-87.2000.

NEGREIROS, T. C. G. M.; FÉRES-CARNEIRO, T. Masculino e Feminino na família contemporânea. In: *Estudos e pesquisas em psicologia*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 1, p. 34-48, 1º sem., 2004.

NOVELLINO, M. S. F. Feminização da pobreza no Rio de Janeiro, Brasil (1992-1999). In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos populacionais, Ouro Preto. *Anais...*, p. 21-27. 2002.

OLIVEIRA, Elizabeth Serra; VARGAS, Paula (Orgs.). *Desafios educativos do fazer cotidiano: Diferentes Olhares*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio,2012.

OLIVEIRA, R. Darcy de. *Elogio da diferença*. O feminino emergente. São Paulo: Brasiliense.1991.

ONU.ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2000). *A pobreza Urbana*. Disponível em < <http://www.onuportugal.pt/vida/pobreza.html>.> Acesso em 15 de setembro de 2004.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA B. (Org.). Petrópolis: Vozes, 1999. p. 67-86.

RIBEIRO, D. *O povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

RIO DE JANEIRO. PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (2001). Moradia, segregação, desigualdade e sustentabilidade urbana. In: *Rio Estudos*, n.31. Disponível em <http://www.armazemdosdados.rj.gov.br> Acesso em 20 nov./ 2005.

RIZZINI, Irene et al (Coords.) *Vidas nas Ruas: trajetórias inevitáveis*. Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2013.

RIZZINI, Irene; CALDEIRA, P.; RIBEIRO, R.; CARVANO, M. *Crianças e adolescentes com direitos violados: situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: PUC, 2010.

ROCHA-COUTINHO, M. L. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROCHA, N. M. F. D.; GÓIS, C.W. L. Trajetórias de jovens no mundo do trabalho a partir da primeira inserção. In: *Revista Psicologia e Sociedade*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 466-475, 2010.

ROOM, G. (1999). Social Exclusion, solidarity and challenge of globalization. In: *International Journal of Social Welfare*: v. 8, p. 166-174, 1999.

SALEM, T. In: *Mulheres Faveladas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 49-99. (Coleção Perspectivas Antropológicas da Mulher).

SAMARA, E. M. O que mudou na família brasileira? In: São Paulo: *Psicologia USP*. São Paulo, v.13, n. 2, 2002.

SANTOS, M. *Pobreza urbana*. São Paulo: HUCITEC. 1978.

SARTI, C. Família e individualidade; um problema moderno. In: CARVALHO, M. C. Brant de (Org.). *A família contemporânea em debate*. 4. ed. São Paulo: Cortez, p. 39-50.2002.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE, 2003.

SAWAIA, B.B. O sofrimento ético-político como categoria. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, p. 97-118. 1999.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto.1998.

SOIHET, R; MATOS, I. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003.

SOIHET, R; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUZA, Antonio Reguete M. de. A ideia hegemônica e os mitos do uso e do abuso de drogas nas sociedades de consumo. In: *Aprendendo a apreender: Os caminhos da construção coletiva do fazer*. Elizabeth Serra Oliveira & Paula Vargas (Orgs.). Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

_____. *Crack e classe social: a face química da criminalização da pobreza*. In: *Desafios educativos do fazer cotidiano: Diferentes Olhares*. (Orgs.) OLIVEIRA, Elizabeth Serra e VARGAS, Paula (Orgs.). Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio. 2012.

SWAIN, T. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas femininas. In: *História: questões e debates*, Curitiba, n. 34, p. 11-44, UFPR, 2001.

SZAPIRO, A.M.; FÉRES-CARNEIRO, T. Construções do feminino pós anos 70: o caso da maternidade como produção independente. In: *Psicologia: Reflexão e crítica*, v. 15, n. 1, p. 179-188, 2002.

SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. 1992. In: CARVALHO, M.C. Brant de (Org.). *A família contemporânea em debate*. 4. ed. São Paulo: Cortez, p 23-28. 2002.

TAKASHIMA, G. K. O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, S.M. (Org.) *A família Brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez – UNICEF, p. 77-92. 1994.

TOLEDO, J. R. Os miseráveis são 25.000.000. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 de setembro. Caderno especial O Mapa da Exclusão, p. 1-3.1998.

VALA, J. Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In: VALA, J. & MONTEIRO, M.B. (Editores). *Psicologia social*. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2000.

VASCONCELOS, P. Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégia de classe. In: *Análise Social – Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, v. 37, n. 163, 2003.

VÉRAS, M. Exclusão Social: um problema brasileiro de 500 anos. 1999. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, p. 27-52.

VITALE, M. A. F. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, M. C. Brant de (Org.). *A família contemporânea em debate*. 4. ed. São Paulo: Cortez. p. 89-96. 2002.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B.(Org.). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, p. 16-26. 1999.

WOORTMANN, K. *A família das mulheres*. Brasília: Tempo Brasileiro. 1987.

ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.12, n. 35 (Online). 1997. <http://www.scielo.br>, citado em 5 de dezembro de 2002. ■

O presente livro, que também pode ser considerado um tipo de caderno pedagógico, trata do Programa Jovens Mães, de autoria e desenvolvido pela Associação EXCOLA, entre os anos de 1999 a 2012, junto a grupos de jovens mães em "situação de rua" na cidade do Rio de Janeiro. A sistematização e publicação desse trabalho é uma iniciativa da Associação Excola, em parceria com a Rede Rio Criança e a Instituição belga KMO. Tem o objetivo de socializar experiências vividas com grupos de mulheres que se tornaram mães na fase da adolescência (jovens mães); e possibilitar servir como referência mobilizadora para outros grupos/instituições com objetivos comuns na realização de um trabalho educativo e de formação profissional. Tendo a educação popular, a cultura e a formação profissional como eixos de intervenção, esta experiência priorizou o gênero feminino, em sua vivência de maternidade, em suas possibilidades de desenvolvimento e na criação de ações coletivas autônomas que pudessem contribuir nas mudanças de seus contextos sociais e socioafetivos.

ISBN 978-85-8340-011-0



9 788583 400110

Promoção

EXCOLA



kiyo
NISO voor
kinderrechten

Rio de Janeiro

Tel: (21) 2517-3315 • E-mail: rederiocrianca2001@gmail.com

Facebook: <https://www.facebook.com/Rede-Rio-Criança-937444472947712/>